

Universidade Federal de Pelotas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE OBRAS
RARAS E HISTÓRICAS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO
RIO GRANDE DO SUL

Vanessa Dias Santiago

Pelotas, 2021

VANESSA DIAS SANTIAGO

DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE OBRAS
RARAS E HISTÓRICAS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO
RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Memória
Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes

Pelotas, 2021

S235d Santiago, Vanessa Dias

Diagnóstico das políticas de gestão e preservação de obras raras e históricas nas bibliotecas universitárias federais do Rio Grande do Sul / Vanessa Dias Santiago. – Pelotas, 2021.

123 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes

1. Biblioteca universitária 2. Patrimônio bibliográfico 3. Memória
4. Obras raras e históricas I. Nunes, João Fernando Igansi II. Título

CDU: 027.7

Catálogo na fonte: Bibliotecária Vanessa Dias Santiago – CRB10/1583

Vanessa Dias Santiago

**Diagnóstico das Políticas de Gestão e Preservação e Obras Raras e
Históricas nas Bibliotecas Universitárias Federais do Rio Grande do Sul**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 23 de abril de 2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes – CA/UFPEL (Orientador)
Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP

Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni – ICH/UFPEL
Doutora em História da Arqueologia pela Universidade do Algarve

Profa. Dra. Maria Helena Machado de Moraes – ICHI/FURG
Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande

AGRADECIMENTOS

Gratidão a **Deus**, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta vida e a conclusão deste curso é mais um deles. Obrigada por me permitir aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e complacência, por Seu infinito amor, pela Sua voz “ao meu ouvido” que não me permitiu desistir e, enfim, obrigada por tudo.

Gratidão ao meu orientador, **João Fernando Igansi Nunes**, pela confiança em mim depositada, pelo carinho, incentivo, compreensão e orientação.

Gratidão à **minha família** pelo apoio e energia emanada nas horas difíceis, por compreender minha ausência, em especial, aos meus grandes amores: meu esposo **Daniel Moraes**, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em todos os momentos desta caminhada; meus filhos **Gabriel Moraes** e **Gustavo Moraes**, obrigada pelo amor incondicional e paciência. A existência de vocês em minha vida é o reflexo mais perfeito da existência de Deus. Como sou grata por ser mãe desses dois seres de luz que me ensinaram o verdadeiro significado da palavra amor. Obrigada, meus amores, por permanecerem ao meu lado, mesmo sem a atenção devida e depois de tantos momentos de lazer perdidos.

Gratidão aos meus pais: minha mãe, **Vera Dias**, por todas as lições de amor incondicional que sempre recebi, companheirismo, amizade, caridade, dedicação, preocupação, compreensão e garra; ao meu pai de coração **Everson Grilo** por todo apoio, compreensão, carinho e amizade; ao meu pai **Luiz Carlos Santiago**, por todo carinho e por acreditar e torcer por mim.

Gratidão a todos os amigos e familiares que souberam compreender minha ausência nesses quase dois anos de estudos que me incentivaram a continuar firme nessa jornada. Um obrigada especial à minha sogra, **Terezinha Moraes**, pela ajuda nas correções e pelos cuidados com meu Guguzito nos momentos de escrita, nos quais eu não podia passear e nem brincar com ele.

Gratidão aos colegas de sala de aula que, ao longo da jornada, tornaram-se grandes amigos, **Matheus Costa** e **Paloma Valério**, do Grupo carinhosamente apelidado de “Conceito A”, obrigada pelas risadas, pelas conversas, pelo apoio, por sempre estarem prontos a ajudar. Meu coração transborda de alegria em poder dizer “CONSEGUIMOS, mas uma etapa vencida!”

Gratidão à amiga **Márcia Della Flora Cortes**, pelos trabalhos e disciplinas realizados em conjunto e, principalmente, pela preocupação e apoio constantes.

Gratidão às amigas queridas **Cibele Dziekaniak, Karin Schwarzbald, Helena Machado e Paula Henning** que leram meu trabalho e contribuíram para qualificar meu projeto, realizando sugestões.

Gratidão às minhas amigas “incomodativas”, **Alessandra Lemos, Cibele Dziekaniak, Cristiane Oliveira, Cristina Jorge, Flávia Reis, Raquel Barcellos e Vania Machado**, pelo incentivo e carinho ao longo desta jornada, o apoio de vocês fez toda diferença.

Gratidão ao **Sistema de Bibliotecas (SiB)**, e à **Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**, pela oportunidade de me permitir desenvolver e realizar minha pesquisa de mestrado com dedicação exclusiva, por meio do afastamento total das atividades como bibliotecária.

Gratidão ao **Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC)** e aos **Professores** do Programa, pelas aulas ministradas.

Gratidão aos **colegas da turma**, pela amizade, pelo carinho e pelo incentivo.

Gratidão aos **participantes desta pesquisa**, sem os quais ela não se concretizaria, pela generosa contribuição e por dividir comigo um pouco das suas práticas.

Gratidão **A todos** que não foram citados, mas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta etapa.

Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pessoas tão especiais compartilhando e trilhando esta jornada terrena comigo. Minha eterna Gratidão a todos!

RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama histórico sobre Bibliotecas universitárias, memória, patrimônio e obras raras. Apresenta também noções sobre gestão, preservação e conservação de acervos. Traz o livro raro e histórico como um suporte fundamental de patrimônio cultural para a sociedade e traz ainda a biblioteca universitária como lugar de memória, já que a mesma pode ser caracterizada como guardiã do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio produzido no passado, mas de possibilitar o acesso ao passado e preservar a memória. O trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa e descritiva e foi utilizado um questionário semi estruturado aplicado nos cinco Sistemas de Bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, através do google formulários. A pesquisa tem por objetivo principal investigar a existência de políticas de gestão e preservação de acervos considerados raros e históricos nas bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, bem como compreender tais políticas caso sejam usadas. O estudo revelou que apenas um Sistema de Bibliotecas possui políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos regulamentadas, enquanto as demais estão em processo de elaboração ou regulamentação das mesmas. Outro resultado do estudo foi que, com exceção de uma instituição, as demais relatam ser difícil trabalhar com este tipo de acervo por falta de recursos humanos capacitados, recursos financeiros insuficientes e falta de espaço de armazenamento adequado. Por fim, sugere-se que os sistemas de bibliotecas que não possuem tais políticas desenvolvam-nas para que os acervos de obras raras e históricas não se tornem um mero amontoado de livros velhos e antigos empoeirados guardados nas prateleiras de uma biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Obras raras/históricas. Patrimônio Bibliográfico. Memória

ABSTRACT

This work presents a historical overview of university libraries, memory, heritage and rare works. It also presents notions about management, preservation and conservation of collections. It brings the rare and historical book as a fundamental support of cultural heritage for society and it also brings the university library as a place of memory, since it can be characterized as the guardian of knowledge, not in the sense of keeping the heritage produced in the country. past, but to enable access to the past and preserve memory. The work consists of a qualitative and descriptive research and a semi-structured questionnaire was applied in the five Library Systems of the Federal Universities of Rio Grande do Sul, through google forms. The main objective of the research is to investigate the existence of management and preservation policies for collections considered rare and historical in the libraries of the Federal Universities of Rio Grande do Sul, as well as to understand such policies if they use them. The study revealed that only one Library System has policies for the management and preservation of rare and historic collections regulated, while the others are in the process of elaboration or regulation thereof. Another result of the study was that, with the exception of one institution, the others report that it is difficult to work with this type of collection due to the lack of trained human resources, insufficient financial resources and lack of adequate storage space. Finally, it is suggested that library systems that do not have such policies should develop one so that collections of rare and historic works do not become a mere heap of dusty old and old books stored on the shelves of a library.

Keywords: University Library. Rare works. Historical works. Bibliographic Heritage. Memory

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária e memória	17
Quadro 2 - Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária, Memória e Obras raras	18
Quadro 3 - Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária, Preservação da Memória e obras raras	19
Quadro 4 - Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária, Memória e Livro raro	20
Quadro 5 - Tipologia e ano de criação das primeiras universidades	34
Quadro 6 - Resumo do processo evolutivo do livro	64
Quadro 7 - Quadro comparativo.....	99
Quadro 8 – Categoria - Tratamento do acervo.....	100
Quadro 9 – Categoria – Gestão do acervo.....	102
Quadro 10 – Categoria - Condições de trabalho.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação

BU – Biblioteca Universitária

BUs – Bibliotecas Universitárias

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SiB – Sistema de Bibliotecas

UFPEL – Universidade federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Gande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UnB – Universidade Federal de Brasília

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 BIBLIOTECAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA	25
1.1 Bibliotecas: delimitações conceituais e de origem	26
1.1.1 Bibliotecas universitárias como lugar de memória e fontes históricas ...	33
1.2 Patrimônio Cultural	45
1.3 Memória	50
2 REGISTRO BIBLIOGRÁFICO COMO SUPORTE DE MEMÓRIA	57
2.1 Livros: breve relato histórico.....	58
2.1.1 O livro no Brasil.....	65
2.2 Obras raras e históricas.....	71
3 GESTÃO DE ACERVOS.....	79
4 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS.....	84
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	93
5.1 As Instituições	94
5.1.1 Universidade Federal do Pampa	94
5.1.2 Universidade Federal de Pelotas	95
5.1.3 Universidade Federal do Rio Grande	96
5.1.4 Universidade Federal do Rio Grande do Sul	97
5.1.5 Universidade Federal de Santa Maria	98
5.2 Análise Qualitativa dos dados	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	110
Apêndice A – Questionário aplicado através do Google Formulários.....	122

INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias (BUs), no cenário das Instituições de Ensino Superior (IES), desempenham importante papel social, cultural e administrativo em relação à comunidade da qual fazem parte, uma vez que são o centro do saber da vida acadêmica e a principal fonte de fomento de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, as bibliotecas universitárias possuem a difícil tarefa de recolher, tratar, difundir, transferir e preservar a memória científica, artística, tecnológica, histórica e literária contida em seus acervos.

Pode-se dizer ainda que as bibliotecas universitárias são a base da produção de conhecimento, o qual deve ser armazenado, administrado, disseminado e preservado. Portanto, estas precisam, para tal, desenvolver uma política de gestão e preservação de seus acervos, em especial os raros e/ou históricos, uma vez que, de acordo com Rodrigues (2006, p. 116), “por meio desta documentação, desenvolvem-se pesquisas que trazem benefícios para o futuro e resgatam-se elementos da história cultural de um povo” e, conseqüentemente, a memória contida nestes materiais.

Uma das responsabilidades mais importantes e preocupantes das bibliotecas universitárias ao que diz respeito à gestão e preservação de acervos históricos é o compromisso de conservar o patrimônio cultural bibliográfico, para que possa ser consultado e acessado pela comunidade a qual ele representa.

Cabe comentar também que os acervos raros e históricos podem, segundo Rodrigues (2006), ser usados como fonte de pesquisa para produzir novas informações, uma vez que informações antigas, reutilizadas para uma nova ideia e inseridas no cotidiano de uma realidade existente no presente, servem de base para a geração de informações futuras e, se armazenadas e preservadas corretamente, servirão como fomento à memória do patrimônio cultural bibliográfico, no qual cada instituição está inserida.

Salienta-se que, na Constituição Federal do Brasil (1988), os acervos de bibliotecas são considerados patrimônio cultural de todo o país, visto que representam a memória da sociedade brasileira. Pela Constituição, considera-se, ainda, patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Os bibliotecários atuam em suas rotinas de trabalho com a memória, seja ela científica ou não, uma vez que realizam o tratamento da informação contida nos materiais bibliográficos, ao classificar, indexar, catalogar e, por fim, preparar para disseminação a informação que, ao longo dos anos, tornar-se-á a memória da sociedade científica, transformando de uma fonte de informação do presente para o presente, e do passado para o presente. Compete, então, ao profissional bibliotecário fazer uso de suas competências informacionais a fim de realizar a preservação dos acervos raros e históricos que constituem a memória coletiva de determinada biblioteca.

Neste contexto, afirma-se que todas as instituições que possuem obras raras e históricas necessitam elaborar políticas de gestão e preservação de acervos, a fim de conservar a memória presente na história deste acervo. Esta tarefa pode se basear em critérios já existentes em outras bibliotecas, que têm por política salvaguardar seus acervos raros e históricos, como também nas políticas públicas para preservação de bens culturais.

Atualmente, não existe uma política pública nacional que dê embasamento para a gestão e preservação de acervos raros e históricos das bibliotecas universitárias. Cabe, então, a cada instituição elaborar a sua com seus procedimentos, associando com critérios, na maioria das vezes, baseados nas experiências de outras instituições, ou então não realizar nenhum tipo de gestão para estes acervos, deixando-os esquecidos em salas isoladas do acervo corrente.

A fim de entender de que forma as bibliotecas universitárias podem auxiliar no processo de gestão e preservação do patrimônio cultural, bem como sua relação, neste caso, as obras raras e históricas, com a memória coletiva da comunidade na qual estão inseridas, serão abordadas nesta dissertação algumas questões teóricas referentes à memória, ao patrimônio cultural, aos lugares de memória, a acervos raros e preservação de acervos, tendo como objeto de estudo as Bibliotecas Universitárias Federais localizadas no Rio Grande do Sul, buscando identificar elementos que possam ser utilizados para a formação de uma política nacional de gestão e preservação de acervos raros e históricos, a fim de preservar a memória do material bibliográfico.

Salienta-se que o trabalho se enquadra na linha de pesquisa Instituições de Memória e Gestão de Acervos, pois tem por objetivos:

Objetivo geral: investigar a existência de políticas de gestão e preservação de acervos considerados raros e históricos, nas bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

Objetivos específicos:

- Analisar as políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos das bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul;
- Compreender quais políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos são utilizadas nas bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul;
- Demonstrar e identificar, através da análise dos dados obtidos, a importância da utilização de diretrizes para a construção de políticas de gestão e preservação de obras raras e históricas em meio à relação documento, história e memória.

Nesse contexto, busca-se resposta para o seguinte problema de pesquisa: como estruturar uma política de gestão e preservação de acervos raros e históricos, específica para a Biblioteca Universitária, de forma a funcionar como um instrumento eficaz de suporte à atuação administrativa do profissional bibliotecário e como instrumento de preservação da memória do patrimônio cultural contido nestas bibliotecas? Considerando, no entanto, que cada Biblioteca Universitária possui suas especificidades, tanto técnicas e administrativas quanto culturais, a pesquisa desenvolvida pretende ser compreendida como uma base conceitual, associada à prática cotidiana, tornando-se assim uma orientação à administração de qualquer BU, mas não deve ser aplicada como um modelo pronto, e sim como algo aberto a sugestões e modificações, como um regulamento no qual cada biblioteca possa colocar suas peculiaridades, de acordo com a realidade de cada Instituição.

A escolha deste tema como objeto de estudo surgiu a partir da prática profissional que realizo junto ao Sistema de Bibliotecas - SiB, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, já que no SiB ainda não há uma política regulamentada para gestão e preservação de acervos raros ou históricos com o objetivo de disseminar, salvaguardar, dar acesso e, conseqüentemente, preservar a memória destes. As experiências vivenciadas enquanto profissional bibliotecária do SiB, na gestão de Bibliotecas, criaram algumas inquietações, apontando questionamentos em relação às práticas de preservação da memória dos acervos da instituição FURG, no que diz respeito à gestão: - As universidades federais possuem políticas de gestão para preservação da memória dos acervos raros ou históricos de suas bibliotecas? - Caso

possuam, quais critérios foram utilizados para sua elaboração? - Como propor uma política de gestão e preservação de acervos raros e históricos, a fim de preservar a memória bibliográfica contida nos acervos do Sistema de Bibliotecas da FURG? E, ainda, como propor uma política nacional de gestão e preservação de acervos raros e históricos para que possa ser utilizada como um instrumento de gestão administrativa, a qual possa ser utilizada por todas as bibliotecas universitárias? - O patrimônio cultural bibliográfico existente atualmente no acervo pode contribuir para a construção da memória bibliográfica e preservação das coleções do SiB/FURG?

Considerando a grande importância que uma biblioteca universitária possui para a comunidade acadêmica na realização de pesquisas científicas, torna-se sua responsabilidade salvaguardar e garantir o acesso público deste patrimônio de importante valor histórico e cultural, procurando sempre a melhor opção de gestão, armazenamento e preservação destas obras, garantindo assim o acesso às mesmas e o resgate da memória bibliográfica de seu país.

Justifica-se, então, a realização desta pesquisa, considerando a importância de estudar os livros como patrimônio cultural, uma vez que as instituições de guarda destes materiais, como bibliotecas, arquivos e museus, têm o compromisso e a responsabilidade pelo cuidado com os mesmos. Ressalta-se que a cultura é um processo contínuo de propagação de valores, crenças, saberes e maneiras que caracterizam uma comunidade, a fim de preservar ou resguardar suas memórias e, neste caso em específico, a memória contida nos acervos de livros raros e históricos.

Com a temática de Política de gestão e preservação de acervos raros e históricos em Bibliotecas Universitárias, pretendeu-se fazer um levantamento bibliográfico de pesquisas relacionadas direta ou indiretamente à temática. Nos meses de dezembro de 2019 e janeiro de 2020, foi feita uma busca de produções acadêmicas voltadas para a temática. Os sites consultados foram: Banco de Teses e Dissertações da Capes; BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); BRAPCI (Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação); Portal de Periódicos da Capes, Google e Google Acadêmico. Para a busca de publicações que contribuíssem para a pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores: “biblioteca universitária”, “Preservação da memória”, “Patrimônio cultural”, “obras raras” “obras históricas” “Políticas de gestão”. A busca levou em consideração um número significativo de descritores, com a finalidade de trazer maior levantamento de publicações que

tivessem alguma relação com o assunto pesquisado e que contribuíssem com a pesquisa. Verificou-se que não existem trabalhos acadêmicos que abordam exatamente a relação Política de preservação da memória em bibliotecas universitárias, porém, existem trabalhos e pesquisas que tratam de ambos os assuntos separadamente, que poderão ser úteis na discussão do tema, e para uma contextualização geral.

Nesta parte do projeto, serão apresentados os resultados de busca considerados mais importantes. Com a leitura dos títulos, resumos e principais ideias dos autores dos textos encontrados, que tiveram alguma relação com a pesquisa, foram incluídos nesta explanação das publicações compreendidas como Estado da Arte ou Estado do Conhecimento do projeto. Cabe salientar que existem inúmeros outros trabalhos, porém, estão descritos aqui os trabalhos que mais poderão contribuir no estudo. Ressalta-se, ainda, que a autora como profissional bibliotecária pode verificar que os melhores sites de busca são o Google e a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação, pois em ambos o índice de revocação (que é a capacidade de recuperar documentos úteis, ou seja, o que se obtém de uma busca, no entanto, nem tudo que é recuperado é relevante) é grande, porém o índice de precisão/relevância (capacidade de evitar documentos inúteis, ou seja, serão recuperados documentos relevantes) também é grande, o que permitiu encontrar documentos realmente relevantes para a pesquisa. Importante salientar, ainda, que, ao realizar a busca no google, foi verificado cada documento através de sua origem primária pelo link ali referenciado e só após a constatação do site de origem e sua veracidade o documento foi encaminhado para lista de documentos relevantes. Em oposição, os demais sites possuem uma péssima revocação, pois não permitem busca por termo composto ou uso de operadores booleanos e as buscas remetem a um número excessivo de documentos, tornando demasiadamente inviável sua análise. O Portal Capes, por exemplo, recupera mais de 32.000 registros e a precisão dos documentos para a temática é péssima. Sendo assim, optou-se por analisar as 10 primeiras páginas de revocação dos mesmos, visto que a precisão encontra-se nestas.

Foram encontradas 25 publicações referentes às temáticas trabalhadas, entre elas 13 artigos de periódicos científicos, 1 tese de doutorado, 4 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso e 6 anais de eventos. A seguir, são

apresentados separadamente os principais trabalhos acadêmicos encontrados nesta busca, divididos em blocos temáticos, que estão interligados ao tema maior da pesquisa de mestrado. Também, são sistematizados os trabalhos encontrados em cada bloco temático:

QUADRO 1 – Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária e memória

Biblioteca Universitária e Memória				
Site de Busca	Título do trabalho	Palavras chave	Ano	Formato e Armazenamento
Portal de Periódicos Capes	A biblioteca universitária híbrida como espaço de memória	Espaço de memória Biblioteca universitária Biblioteca híbrida Repositórios institucionais	2018	Artigo - Revista ABC
Portal de Periódicos Capes	Setor de memória documental da biblioteca universitária da UFSC: histórico e experiências	Memória Biblioteca universitária	2017	Artigo - Revista ABC
Google	Universidade, biblioteca universitária e memória institucional: revisão de literatura	Bibliotecas universitárias Memória institucional Universidades	2019	Artigo - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
Google	Bibliotecas universitárias: locais de memória	Biblioteca universitária Arquivo pessoal Política de formação de coleções especiais	2013	Anais - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
Google	A preservação da memória da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina em repositório institucional	Biblioteca Universitária Memória Documental Repositório Institucional Sitório Institucional	2016	Artigo - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
Google	Biblioteca, memória e patrimônio: um olhar sobre a biblioteca rio-grandense	Biblioteca Memória Patrimônio Biblioteca Rio-Grandense	2014	Artigo - Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação
BDTD Capes	Memória institucional em bibliotecas universitárias federais	Universidades Bibliotecas universitária Memória institucional	2018	Dissertação UnB
Google	Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”	Biblioteca Acervos – organização Coleções – organização Bibliotecário	2006	Artigo - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências da Informação

Google	Bibliotecas: lugar de memória e preservação – o caso da Biblioteca Nacional do Brasil	Biblioteca Nacional Lugar de memória Lugar de preservação do patrimônio bibliográfico	2009	Artigo - Revista Patrimônio e Memória
Google	Memória e patrimônio bibliográfico: a coleção Professor Junito Brandão no acervo da PUC-RIO	Não possuía descritores	2019	Artigo - Revista História & Parcerias

Fonte: Pesquisa organizada pela autora

Neste bloco Biblioteca universitária e memória, pode-se perceber que os trabalhos se concentram em trabalhos focados na memória institucional, repositórios e bibliotecas como lugar de memória. Este bloco foi aquele no qual se obteve maior índice de relevância na recuperação dos trabalhos, o que tornou a leitura dos mesmos muito interessante para a contextualização temática da dissertação.

QUADRO 2 – Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária, Memória e Obras raras

Biblioteca universitária e memória e obras raras				
Site de Busca	Título do trabalho	Palavras chave	Ano	Formato e Armazenamento
BDTD capes	A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica	Patrimônio bibliográfico Livros raros Cidade histórica Proteção Brasil	2015	Dissertação UFMG
Google	O histórico da biblioteca como instrumento de gestão e salvaguarda das coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária brasileira	História do Livro e da Biblioteca Universitária brasileira. Biblioteconomia de Livros Raros Formação e desenvolvimento de coleções bibliográficas especiais Histórico da Biblioteca. Diagnóstico de bibliotecas	2014	Anais - SNBU

Fonte: Pesquisa organizada pela autora

Neste bloco, ao incluir o termo obras raras, a revocação recuperou mais três documentos, evidenciando que, anteriormente, a temática de bibliotecas universitárias e memória não estava centrada nas obras raras e, sim, em obras no geral. Acrescentando mais especificamente os objetos de estudo da pesquisa, a revocação diminui consideravelmente.

QUADRO 3 – Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária, Preservação da Memória e obras raras

Biblioteca universitária e Preservação da memória e obras raras				
Site de Busca	Título do trabalho	Palavras chave	Ano	Formato e Armazenamento
Google	Uma biblioteca, duas funções: preservação da memória e biblioteca acadêmica	Bibliotecas universitárias Bibliotecas especializadas Coleções especiais Desenvolvimento de coleções Preservação de documentos	2015	Anais ENANCIB
Google	Biblioteca Central: preservação da memória institucional	Biblioteca Central Patrimônio Memória Preservação Setorização	2016	Artigo - LIBER - UFPE
Portal de Periódicos Capes	Patrimônio documental nacional: conceitos e definições	Patrimônio documental Patrimônio cultural	2016	Artigo - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências da Informação
Google	Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias	Coleção Especial Valor de Memória Biblioteca Universitária Patrimônio Bibliográfico Universitário	2017	Anais ENANCIB
BDTD Capes	Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas	Obras raras Preservação de acervos Patrimônio histórico-cultural Memória social	2012	Dissertação UFPEL
BDTD	Valoração de acervo bibliográfico: estudo de preservação do patrimônio histórico, cultural e científico de uma biblioteca universitária	Acervo impresso Valoração de coleções Patrimônio científico Biblioteca universitária	2019	Dissertação UFRGS
Google	Acervos de obras raras nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: um estudo	Biblioteca Universitária Obras raras Universidade Federal de Santa Catarina Preservação de acervo.	2015	Anais ENANCIB

Google	Preservação e conservação dos acervos históricos e raros das bibliotecas universitárias do Rio Grande do Sul	Biblioteconomia Acervo raro Acervo histórico Coleções especiais Bibliotecas universitárias Critérios de raridade Preservação Conservação preventiva	2014	TCC – Repositório FURG
--------	--	---	------	------------------------

Fonte: Pesquisa organizada pela autora

Neste bloco, usando os mesmos termos anteriores, porém acrescentando a palavra preservação, os índices de revocação e relevância aumentaram, visto que o tema preservação possui uma grande amplitude. Cabe destacar que este último documento apresentado no quadro acima é o que mais se enquadra na temática da pesquisa, pois tem por objetivo valorizar os acervos raros de uma biblioteca universitária, a fim de resgatar sua memória.

Quadro 4 – Bloco temático do estado da arte: Biblioteca universitária, Memória e Livro raro

Patrimônio cultural e biblioteca				
Site de Busca	Título do trabalho	Palavras chave	Ano	Formato e Armazenamento
Google	Livros e bibliotecas como bens culturais	Livro Biblioteca Bem Cultural Patrimônio Cultural Patrimônio Bibliográfico	2016	Artigo - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências da Informação
Google	Educação para o patrimônio: mediação cultural na perspectiva dos museus e bibliotecas: uma experiência interdisciplinar na ciência da informação	Interdisciplinaridade Biblioteconomia Museologia Educação Patrimonial Mediação	2012	Anais ENEBD
Brapi	Informação, memória e patrimônio cultural	Biblioteconomia Informação Patrimônio Cultural Educação Patrimonial Memória	2018	Artigo – Revista em Questão
Brapi	Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade	Patrimônio Cultural Identidade Memória Social. Construção Reconhecimento	2018	Artigo – Ciência da Informação em Revista

BDTD	Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do Mercosul: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina	Memória Patrimônio cultural Patrimônio documental Patrimônio bibliográfico Bibliotecas nacionais Depósito legal MERCOSUL Brasil Argentina	2016	Tese - UFPEL
------	--	---	------	--------------

Fonte: Pesquisa organizada pela autora

Neste último bloco, optou-se por não usar o termo bibliotecas universitárias, a fim de verificar se o índice de relevância da temática seria relevante para a pesquisa. Desta forma, apesar dos trabalhos não tratarem especificamente de BU, possuem potencial teórico para contextualização desta dissertação.

Assim sendo, com o referencial conceitual apontado acima e mais os estudados no decorrer das disciplinas, bem como os demais estudados ao longo da escrita, procura-se elaborar uma construção teórica sobre o tema, para que possa ser utilizada como aporte na construção de políticas públicas de gestão e preservação de acervos raros ou históricos.

A seguir, será proposta a estrutura desta dissertação, apresentando os procedimentos metodológicos adotados para sua elaboração, a fim de abordar todos os elementos necessários para o entendimento da temática, bem como a análise de conteúdo obtida através da coleta de dados.

Esta pesquisa se constitui em pesquisa qualitativa, pois, de acordo com o critério de classificação proposto por Appolinário (2006), utilizou-se da coleta de dados a partir da interação do pesquisador com o fenômeno pesquisado, ou seja, as Bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, sendo elas: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Porto Alegre (UFRGS), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Outro fator importante a ser ressaltado é que a pesquisa qualitativa não exige uma divisão especial para a análise e interpretação dos resultados:

Em primeiro lugar, a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa. Pelo contrário. Por exemplo: a coleta e análise dos dados não são divisões estanques. [...] É interessante salientar, uma vez mais, que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem

ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. (TRIVIÑOS, 1987, p. 131-133).

A presente pesquisa também é de caráter descritivo, segundo Gil (2008), já que procurou observar, descrever e analisar as políticas de gestão e preservação dos acervos raros e históricos adotadas nas bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. Desta forma, a coleta de dados torna-se uma das tarefas características desta pesquisa.

Foi utilizado, como instrumento para coleta de dados, um questionário, o qual foi construído com perguntas abertas e fechadas e desenvolvido por meio do *Google Formulários* (APÊNDICE A) e enviado em duas etapas. De acordo com Richardson (1999), os questionários encarregam-se de pelo menos duas funções: a de descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A escolha deste instrumento dá-se devido à inviabilidade de deslocamento da autora para a realização de entrevistas presenciais, porém ressalta-se que, ao enviar os questionários, a pesquisadora informou aos respondentes que quaisquer dúvidas em relação às perguntas poderiam ser sanadas através do e-mail da mesma. A primeira foi enviada em janeiro de 2020, para o e-mail dos responsáveis pelos Sistemas de Bibliotecas da Universidade Federal do Pampa e da Universidade Federal de Pelotas, solicitando sua participação através do preenchimento dos dados. A segunda etapa foi enviada em setembro de 2020, da mesma forma que a anterior, para as 3 (três) universidades faltantes, sendo elas: Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa buscou analisar a existência ou não de políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos presente nas Bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. Para isso, além da revisão bibliográfica apresentada ao longo da dissertação, foi realizada uma análise interpretativa dos questionários aplicados para os bibliotecários responsáveis pelos Sistemas de Bibliotecas, buscando compreender como estas bibliotecas tratam seus patrimônios culturais bibliográficos, ou seja, seus acervos raros e históricos a fim de salvaguardar a memória ali contida.

Para interpretação dos dados, foram utilizados dois métodos, sendo eles: análise descritiva para as questões fechadas e de múltipla escolha, e, nas questões abertas, foi utilizada a análise de conteúdo, uma vez que estas questões necessitam

de interpretação de significados. Segundo Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47).

Corroborando e de forma semelhante, Moraes descreve a análise de conteúdo como:

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p.1).

O primeiro capítulo apresenta os objetivos da pesquisa, o problema, a hipótese, a delimitação do tema e as razões para sua elaboração. Procurou-se concisamente apontar a sua relevância e importância para a gestão e preservação de acervos raros e históricos das bibliotecas universitárias.

O segundo capítulo apresenta questões sobre Patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, que fundamentam o sentido da gestão e preservação de obras raras e históricas. Apresenta-se também o patrimônio como uma construção social de uma sociedade, através dos valores atribuídos aos seus bens. Discutir-se-á, ainda, questões relacionadas à memória e às bibliotecas universitárias como lugares de memória, incluindo a história das bibliotecas.

O terceiro capítulo está relacionado a todos os outros, e nele se apresenta a conceituação e os aspectos históricos das obras raras e históricas. Nesse capítulo, é possível compreender a forma de produção das obras e porque podem ser consideradas patrimônio cultural, que devem ser preservadas a fim de salvaguardar a memória contida nelas.

O quarto capítulo apresenta o centro da pesquisa, pois aborda a gestão e preservação de obras raras e históricas nas bibliotecas universitárias.

O quinto capítulo aborda a análise e discussão dos dados coletados através dos questionários aplicados. A fim de reforçar os dados, são também empregados

gráficos que demonstram a relação entre as bibliotecas que possuem políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos e as que não tem.

A última parte apresenta as considerações finais, em que estão incluídas as conclusões e reflexões relacionadas a esse estudo de obras raras.

1 BIBLIOTECAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA

O homem, desde o início da humanidade, preocupa-se em gravar, memorizar e guardar todo o conhecimento por ele reproduzido. Vale lembrar que o método de registro vem evoluindo consideravelmente desde então, uma vez que, nos primórdios, o armazenamento era realizado em blocos de argila, placas de latão, parede das cavernas, papiro etc..., até o armazenamento atual que pode ser realizado através de uma rede digital e as ditas bibliotecas virtuais, além dos impressos, os quais são nosso foco de pesquisa, as bibliotecas físicas, cujo acervo encontra-se organizado, catalogado e armazenado em local próprio.

Procurando entender como as bibliotecas das IFES, do Rio Grande do Sul, podem contribuir para salvaguardar o patrimônio cultural bibliográfico contido em seus acervos, serão abordadas algumas questões teóricas relativas às bibliotecas, gestão, conservação e preservação de acervos, patrimônio e memória, tendo como objeto de estudo a existência ou não de políticas de gestão e preservação de acervos no que tange a obras raras e históricas. Para isso, torna-se necessário conhecer as noções relativas a estes conceitos, através de uma revisão de literatura, propondo-se então a discutir conceitos fundamentais de importantes teóricos.

Inicialmente, questiona-se qual a relação existente entre as três áreas. Usando-se das teorias de Chagas (1994), compreende-se esse questionamento apontando três entendimentos, que podem ser vistos da seguinte forma:

- 1º homem/sujeito: usuário, consulente, participante, público, comunidade;
- 2º documento/bem cultural: objetos, livros, papéis, coleção;
- 3º espaço/local: edifício, sala de consulta, sala de leitura, espaço de representação, armazenamento.

Segundo Chagas (1994, p. 34), “Esta relação: homem, documento e espaço é precisamente o ponto de UNIDADE CONCEITUAL [...]”. Pode-se afirmar ainda que essa relação tem a preservação de documentos como o ponto de intersecção entre as três linhas e, assim, a premissa de que o patrimônio cultural brasileiro, neste caso os livros/documentos raros, pode constituir a memória da comunidade acadêmica, científica, cultural, tecnológica e literária a que pertence é verdadeira. Desta forma, é preciso preservar os saberes ali registrados para que os cidadãos possam acessá-los quando necessário, fato este que corrobora e fundamenta a necessidade do estabelecimento de uma política de gestão e preservação dos acervos raros e

históricos das bibliotecas universitárias, mantendo-se, assim, de alguma forma, preservada ao longo do tempo a memória registrada neste material.

1.1 Bibliotecas: delimitações conceituais e de origem

A fim de compreendermos a temática, buscou-se utilizar uma abordagem histórica com vistas para a necessidade de investigação sobre as origens e a trajetória das bibliotecas para, após, contextualizarmos a gestão e preservação de obras raras e históricas. É importante voltarmos um pouco no tempo e pensarmos nesta linha do tempo.

A seguir, será explanado um breve relato das principais bibliotecas que surgiram na antiguidade e das quais serviram de modelo para as existentes na atualidade.

Na antiguidade, existiram muitas bibliotecas e é importante falar que elas eram dissemelhantes entre si e continuam até hoje, uma vez que permanecem assumindo diferentes atribuições, aumentando sua incumbência, seu objetivo, seus acervos e o público atendido e, assim, dividindo-se em diferentes categorias. Desde a antiguidade até os dias de hoje, as bibliotecas continuam com a mesma missão, de ser um espaço de salvaguarda do conhecimento produzido pela humanidade a partir de diferentes sociedades e tornar preservada sua herança cultural e intelectual.

O surgimento das bibliotecas acompanha a história da evolução da humanidade, da necessidade e dos esforços em se comunicar. Da criação de alfabetos rudimentares até o que conhecemos e utilizamos atualmente, passando por várias maneiras de registrar as informações, até a invenção do papel e da prensa, a fim reproduzir MECANICAMENTE os livros, a biblioteca teve seu papel nesse processo evolutivo. Com a função inicial de armazenar e preservar os acervos, foi essencial para o acesso ao conhecimento e desenvolvimento humano. (SILVA, MOMM, BENKENDORF, 2018, p. 3).

Para iniciar a abordagem histórica, pode-se dizer que as bibliotecas têm início conjuntamente ao surgimento da escrita. De acordo com Rodrigues (2015, p. 243), “As primeiras instituições das quais se tem notícia tinham uma função marcadamente utilitária: serviam como depósitos onde se guardavam documentos de maneira sistemática e organizada”.

De forma semelhante, Batista (2012) comenta sobre o surgimento das bibliotecas e seus acervos:

As bibliotecas da Antiguidade caracterizam-se pela sua constituição com tabletes de argila ou, posteriormente, com rolos de papiro e pergaminho: o manuscrito enrolado se manteve até meados do ano 300, aparecendo o códex por volta do século IV. Nesse período, as bibliotecas não tinham um caráter público e serviam apenas como um depósito, isto é, eram locais em que se escondiam os livros, ao invés de preservá-los e difundi-los. (BATISTA, 2012, p. 55).

Corroborando, segundo Rodrigues (2015),

As primeiras bibliotecas que se tem notícia surgiram há mais ou menos 3.000 anos e tinham como propósito guardar as tabuletas de argila que registravam informações comerciais e legais (compra de grãos, venda de terrenos, estatutos dos sacerdotes, posições das estrelas, textos religiosos etc.). Nos séculos subsequentes, muitos textos foram copiados e conservados por muçulmanos e cristãos, tendo sido os monges grandes contribuidores para a Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva, preservação da literatura e do conhecimento registrado, realizando cópias manuscritas das obras (monges copistas). (RODRIGUES, 2015, p. 253).

As primeiras bibliotecas, com estruturas iguais às que conhecemos hoje, surgiram na Mesopotâmia, no segundo milênio a.C. Nessas bibliotecas, foi verificado que:

[...] a organização das obras cunhadas em tábuas de argila era protegida por uma espécie de envelope, sobre os quais se transcreviam informações que cumpriam função semelhante à dos modernos resumos (fornecer informação concisa sobre o documento original). Desse modo, era possível conhecer o conteúdo das tábuas sem que fosse necessário quebrar o seu invólucro protetor. (WITTY, F. J. 1973 apud KOBASH, 1996, p. 5).

Batista (2012, p. 54) destaca que “a cronologia do aparecimento das bibliotecas é a seguinte: primeiro, surgiram as bibliotecas reais, na Antiguidade; as monásticas e universitárias, na Idade Média; as nacionais, no século XIX; e as públicas e especializadas, no século XX”. Sendo assim, dentre as inúmeras bibliotecas existentes na antiguidade, citaremos algumas das mais importantes, sendo elas: a Biblioteca de Alexandria, a Biblioteca de Nínive e a Biblioteca de Pérgamo.

Durante o século III até o século VIII a.C., erguem-se as mais importantes bibliotecas da Antiguidade. A Biblioteca de Alexandria no Antigo Egito, por exemplo, simboliza o vértice do período, já que, de acordo com Santos (2010, p.4), durante “sete séculos, entre os anos de 280 a.C. a 416 d.C. [...] reuniu o maior acervo de cultura e ciência da Antiguidade”, sendo assim apontada como a mais importante e famosa do mundo antigo, suportou muitos saques e incêndios até que não resistiu e chegou ao seu fim. Corroborando, Santos (2012) diz que:

Ela não se contentou em ser apenas um enorme depósito de rolos de papiro, ditos livros, mas por igual tornou-se uma fonte de instigação para que os homens de ciência e de letras desbravassem o mundo do conhecimento e das emoções, deixando assim um notável legado para o desenvolvimento geral da humanidade. (SANTOS, 2012, p. 180).

Cabe ainda dizer, baseado em Phillips (2010), que o acervo era organizado em rolos, etiquetados com os nomes dos autores e títulos das obras, dispostos em pilhas e separados em salas diferentes com base no assunto. Uma coisa muito importante que não se sabe nada a respeito é sobre o acesso aos materiais, não se tem registro se a biblioteca era exclusiva do alto escalão da realeza, ou se um público mais abrangente a frequentava. De acordo com a história, estudiosos afirmam que não se sabe exatamente quantas obras continham em seu acervo, mas estima-se que ela chegou a abrigar entre trinta mil e setecentos mil volumes literários, acadêmicos e religiosos.

A bibliomania, ou seja, mania de comprar e colecionar livros, dos três primeiros Ptolomeus (Dinastia que governou o Egito de 303 a.C. a 30 a.C.), teve grande influência na construção do acervo da Biblioteca e não pode ser desconsiderada. Eles não queriam apenas livros, queriam os melhores, se possível, todos os livros do mundo, e estavam dispostos a comprar, emprestar, ou roubar para pegá-los. Salienta-se que as fontes a seu respeito são raras e, por vezes, contraditórias (BERTI, COSTA, 2009).

A Biblioteca de Alexandria foi mais do que um repositório de obras e, durante séculos, estabeleceu um importante núcleo de atuação intelectual da época, a qual foi percebida e vivenciada por todo o mundo helenístico, tanto por meio da apreciação do conhecimento escrito, que motivou a criação de outras bibliotecas e a difusão de manuscritos, quanto por meio do trabalho de seus acadêmicos de diversas áreas do

conhecimento. Pode-se dizer também que teorias e modelos criados pela Biblioteca de Alexandria persistiram influenciando as ciências, a literatura e a filosofia, ao menos até a Renascença (SANTANA, 2019).

Outrossim, a herança ou o legado deixado pela Biblioteca de Alexandria teve impactos ou implicações que se estendem até os dias de hoje, fato este que permite que ela seja considerada um modelo da biblioteca universal. Sua fama está reservada à grande quantidade de documentos pertencentes ao seu acervo e também aos incêndios dos quais foi vítima.

A biblioteca de Alexandria não era uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, mas foi uma conquista considerável e sua destruição é um acontecimento que deixou consequências incalculáveis para a humanidade, ocultando e destruindo para sempre a maioria das obras da Antiguidade clássica. O incêndio da Biblioteca de Alexandria consiste em um dos mais comoventes acontecimentos da História e da cultura mundial.

Como Alexandria já o significava claramente, o domínio da memória escrita e a acumulação dos livros não deixam de ter significações políticas. Eles são signo e instrumento de poder. Poder espiritual da igreja. Poder temporal dos monarcas, dos príncipes, da aristocracia, da nação e da república. Poder econômico de quem dispõe dos recursos necessários para comprar livros, impressos ou manuscritos, em grande quantidade. Poder, enfim, intelectual e sobre os intelectuais, tanto é verdade que o domínio dos livros tem como corolário o direito de autorizar ou de proibir sua comunicação, ampliá-la ou restringi-la. (BARATIN, 2006, p.14).

A Biblioteca de Alexandria não foi a primeira biblioteca que surgiu, existiram outras bibliotecas, tanto na Grécia Antiga quanto no Oriente, porém foi uma das mais importantes e mais conhecidas bibliotecas da história.

Vale mencionar que outra biblioteca que obteve grande importância na história das bibliotecas mundiais, tornando-se a mais impotente do antigo Oriente foi a Biblioteca de Nínive, também conhecida por Biblioteca de Assurbanipal, fundada entre 668 e 627 a.C., pelo rei assírio Assurbanipal II, e estava localizada no Palácio do rei na Mesopotâmia (TURCI, 2016). O acervo da biblioteca contava com milhares de blocos de argila cozida com transcrições e textos sobre os mais variados assuntos, coletados sistematicamente pelo rei, os blocos eram classificados por assunto e identificados por marcas que demonstravam sua localização dentro da coleção

(BATTLES, 2003). Existia ainda uma espécie de catálogo no qual se registravam os diversos assuntos existentes na coleção; pode-se dizer que seria atualmente o catálogo sistemático de assunto existente nas bibliotecas tanto em meio impresso como digital, sendo um método utilizado da antiguidade o qual é utilizado por muitas bibliotecas até os dias atuais.

De acordo com Freire (2016), a biblioteca de Nínive manteve-se oculta por muitos séculos até ser descoberta por Sir Henry Layard, em 1845, quando foi desenterrado o palácio real de Senaqueribe (705-681 a.C.) e, em 1851, durante a escavação de uma parte do templo de Nebo, ao lado do palácio de Senaqueribe, foram encontrados objetos que formavam a biblioteca real. Em 1853, o estudioso assírio Hormuzd Rassam, colaborador de Layard, continuou as escavações de Nínive e descobriu o restante da Biblioteca, sendo considerada a mais importante descoberta arqueológica da história. Entre suas descobertas, estavam as tábuas em argila com a Epopeia de Gilgamesh, o qual era um antigo poema épico da Mesopotâmia, uma das primeiras obras conhecidas da literatura mundial.

De acordo com Polastron (2013), estas descobertas contribuíram para que hoje tenhamos conhecimento sobre a história da criação e sobre a história do primeiro homem (Adão). Outra descoberta importante achada na biblioteca de Nínive, de acordo com o mesmo autor, foi o conto popular "O homem de Nippur", precursor das "Mil e uma noites". Cabe dizer que muitos fragmentos, aproximadamente 25.000, foram encontrados e formam a maior parte da coleção de antiguidades assírias que estão hoje no Museu Britânico (SOUZA, 2005). Segundo Souza (2005), a Biblioteca de Nínive pode ser considerada a primeira coleção indexada e catalogada da história.

Através das leituras, sabe-se que foram encontrados nela relatos bíblicos escritos antes mesmo do dilúvio. Ela guardava não só textos religiosos, mas também literaturas de matemática, astrologia, medicina, documentos administrativos da cidade, etc. Esta biblioteca contribuiu muito para que hoje nós tivéssemos o conhecimento não só das coisas já citadas, mas também o conhecimento sobre esse grande império, que foi o Império Assírio, além de ter sido responsável pela maior parte do que se sabe sobre os povos da Mesopotâmia. Pode-se dizer que sua descoberta contribuiu para que a humanidade mudasse a maneira de compreender o passado e a cultura. (FREIRE, 2016, p. 16).

Outra grande biblioteca da antiguidade, que podemos citar, foi a Biblioteca de Pérgamo, localizada na Ásia Menor. Fundada por Átalo I e seguida por seu filho, Eumenes II, a biblioteca pertencia ao projeto real de tornar a cidade de Pérgamo um centro crítico e literário de toda a Ásia Menor (SANTOS, 2012). A Biblioteca estava situada onde é hoje a Turquia, sendo considerada uma das mais importantes bibliotecas do mundo antigo e um dos maiores centros da cultura helenística grega.

O pouco que se conhece sobre essa biblioteca é devido ao naturalista romano Plínio, em sua obra *História Natural*. Pode-se dizer que foi a segunda biblioteca da antiguidade de maior importância, depois da Biblioteca de Alexandria. Ambas disputaram, durante algum período de tempo, tanto em qualidade quanto em número de volumes.

Segundo Martins (2002), a biblioteca de Pérgamo tinha a intenção de confrontar com a Biblioteca de Alexandria e, naquela época, a disputa por matéria-prima era grande e, em determinado momento, a cidade de Pérgamo ficou sem o papiro e com medo de não poder dar continuidade à sua Biblioteca. O rei Átalo I determinou a construção de um novo suporte para registrar seus textos, surgindo, assim, o pergaminho.

A biblioteca de Pérgamo, com seu acervo de aproximadamente duzentos mil volumes, chegou a gozar de grande prestígio, porém Battles (2003) informa que a biblioteca não alcançou tanto prestígio quanto a Biblioteca de Alexandria, mas, mesmo assim, teve uma grande importância histórica, visto que foi a responsável por inventar o pergaminho (Charta Pergamentum), que, por ser reciclável e resistente, passou a ser o suporte preferido para a escrita durante os mil anos seguintes. Ainda, conforme o autor, devido ao saque feito por Marco Antônio, em 40 a.C., a biblioteca desapareceu, assim como várias outras da Antiguidade.

Muitas outras bibliotecas também tiveram grande importância para a história mundial das bibliotecas, como as bibliotecas judaicas, em Gaza, as bibliotecas gregas, as bibliotecas medievais situadas no interior de conventos, as quais eram lugares de difícil acesso ao leitor comum. Segundo Martins (2002, p.71), “as bibliotecas medievais são simples prolongamentos das bibliotecas antigas, tanto na organização quanto na natureza e no funcionamento”. Vale ressaltar que não se trata de diferentes tipos de bibliotecas, mas de um mesmo tipo que sofreu e vem sofrendo algumas

modificações, decorrentes de divergências de organização social, bem como seu propósito e público a que se destinam.

As bibliotecas, com o passar dos tempos, vêm sofrendo algumas mudanças, tanto no que tange ao uso de novas tecnologias quanto no processo de gestão de serviços e acervos, passando a ser, além de essenciais para o processo de ensino/aprendizagem, fundamentais para o papel social dentro de uma comunidade, seja ela acadêmica ou não. Podemos dizer ainda que elas vêm definindo seu papel ao longo do tempo, constituindo seu espaço e ofertando serviços para a comunidade, de forma a se tornar um lugar além de detentor de saberes, um centro possuidor de memórias, ou seja, um lugar de memória.

Salienta-se que, diferentemente do tipo de biblioteca, elas se tornaram, com o passar dos anos, entidades culturais, as quais possibilitam a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, lugares em que, de acordo com Rodrigues (2016, p. 23), “[...]a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber”.

De acordo com Verri (1996, p. 31), “[...] apesar do seu caráter discreto, a biblioteca vem existindo e resistindo às transformações das estruturas sociais e servindo à coletividade como um elemento social. Assim, ocupa espaços e opera segundo necessidades individuais ou grupais [...]”. Corroborando com a autora, pode-se dizer que as bibliotecas destinam-se a diferentes públicos, transpondo as classes sociais e sendo então o lugar de armazenamento e disseminação de suas histórias, suas memórias, seus costumes, seus hábitos, entre outros. Utilizando as ideias de Verri (1996) pode-se dizer que as bibliotecas caracterizam-se como uma instituição que, através da preservação de seus registros, relaciona-se e é vivificada através da evolução histórica do homem.

Diferentemente do que acontece hoje, as primeiras bibliotecas não eram acessíveis ao povo, e sim a um público reduzido, o qual possuía poder e conhecimento. A história da biblioteca anda lado a lado com a história do registro da informação e com a própria história da humanidade (SILVA e ARAÚJO, 2014).

A seguir, serão apresentados os principais tópicos apropriados às bibliotecas universitárias que fundamentam este trabalho, a partir das definições conceituais e de

origem das bibliotecas universitárias, seus objetivos e finalmente, ou seja, a biblioteca universitária como elemento social e lugar de memória.

1.1.1 Bibliotecas universitárias como lugar de memória

Segundo o relatório¹ da empresa Clarivate Analytics, a produção científica do Brasil cresceu 30% entre 2013 e 2018 – o dobro da média mundial, de 15%. O país continua sendo o 13º produtor de ciência no mundo, em número de trabalhos publicados, apesar da crise econômica e dos cortes expressivos no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que teve seus recursos reduzidos quase pela metade desde 2014. Sendo assim, de acordo com Boeres (2004), a biblioteca universitária, neste contexto, constitui-se em um importante instrumento de recuperação, acesso e preservação dos conhecimentos gerados através destas pesquisas, sejam elas armazenadas em formato impresso ou digital.

Conforme apontado anteriormente, discorrer sobre a evolução das bibliotecas universitárias e seu papel como lugares de memória colabora nas discussões sobre a importância da criação de políticas norteadoras para a realização da gestão e preservação de obras raras e históricas destas bibliotecas no âmbito das instituições federais de ensino superior, destacando sua importância para a preservação da memória do patrimônio cultural.

Fazendo uma breve análise sobre o surgimento das universidades mundo afora, ressalta-se que, durante a Idade Média, era a Igreja que comandava tudo relacionado à educação, definindo, assim, metodologias, práticas, conteúdos e locais para ensinar, fato este que gerava alguns conflitos, como, por exemplo, o controle e a administração do ensino.

Considerando o grande aumento na quantidade de alunos que tinham interesse em ingressar nas universidades, fato que exigiu a criação de novas instituições e, consequentemente, o aumento da demanda da solicitação de autorização por parte da Igreja para a criação de novas universidades, essa autorizava a criação de novas universidades fora do seu espaço original, permitindo então a clérigos e leigos a

¹ Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>

criação de suas escolas, desta forma garantindo sua liberdade em relação à igreja (VEIGA, 2007). De forma semelhante, Milaseni diz que:

Em um período, em que se, predominava a cultura religiosa, de preceitos rigorosos, devido ao crescente desenvolvimento social, e pela vasta demanda, de materiais, produzidos por estudiosos, na sociedade, medieval, surge as Universidades, e com elas, as bibliotecas universitárias, trazendo mudanças no desenvolvimento informacional, em relação a sua organização e disseminação da informação. Esse fato caracterizou-se como o início de um novo momento para os povos cristãos do ocidente: os livros extravasam o âmbito da religiosidade e avançam por outros territórios temáticos, em paralelo ao desenvolvimento dessas primitivas universidades. (MILANESI, 2002, p. 23).

Veiga (2007) apud Nunes e Carvalho (2016, p. 176) apresenta uma classificação para as universidades criadas nesse período, de acordo com o seu surgimento (Quadro 5).

QUADRO 5 – Tipologia e ano de criação das primeiras universidades

Tipo de formação	Universidade	Ano de criação
Espontânea	Oxford (Inglaterra) Montepellier (França) Bolonha (Itália) Paris (França)	1214 1220 1230 1250
Formadas por migração	Pádua (Itália) Cambrigde (Inglaterra)	1222 1318
Instituídas por autoridades religiosas ou da nobreza	Nápoles (Itália) Salamanca (Espanha) Valladolid (Espanha) Lisboa (Portugal)	1224 1218 1250 1290
Criadas por decreto real	São Domingos (América Espanhola) Lima (América Espanhola) México (América Espanhola)	1538 1551 1551

Fonte: VEIGA (2007)

Conforme o quadro 5, podemos verificar que as universidades mais antigas de que se têm notícia foram criadas de forma espontânea ou por autoridades religiosas e da nobreza. As primeiras universidades foram fundadas no século XIII e podem ser

consideradas como o início do modelo de universidade existentes até hoje. As universidades na Antiguidade não eram apenas de instituições de ensino, mas eram consideradas como o local de pesquisa e produção do saber, além de palco de debates e discussão.

Um fato importante que cabe dizer é que, de acordo com Rodrigues (2016), as primeiras universidades, surgidas na Europa, não possuíam bibliotecas, as quais, aos poucos, foram formadas, basicamente através de doações de acervos dos religiosos, coleções de reis ou nobres e também coleções de homens letrados. Essas bibliotecas surgem em decorrência de uma tradição monacal, haja vista o grande número de bibliotecas ligadas aos mosteiros e às congregações religiosas. Algumas destas instituições são bastante conhecidas até hoje, como as bibliotecas das universidades de Cambridge (Inglaterra) e de Oxford (Inglaterra).

É significativo falar que o progressivo aumento do número de novas universidades, que surgiam, a demanda dos estudantes para obtenção de locais de estudo, aliada à demanda de livros e mais algumas mudanças significativas, tanto intelectuais como sociais, impactaram no desenvolvimento das bibliotecas, entre os séculos XIII e XV.

Instituições milenares, elas foram definindo seu papel ao longo do tempo, estabelecendo seu espaço e oferecendo serviços ao público de maneira a encontrar-se como polo aglutinador de saberes, mas também como centro de profundas mudanças responsáveis por mantê-la viva e em atividade mesmo com todos os seus desafios. Assim, chega-se à Idade Média e às corporações de ofícios e às primeiras experiências no sentido da formação das primeiras universidades. Tais corporações são criadas em consonância com a expansão urbana e comercial europeia e têm como foco a associação de profissionais que trabalham num mesmo ofício, abrigados num mesmo regime jurídico, a fim de terem legitimadas suas atividades para fins comerciais. Elas também têm reguladas as relações internas, externas e de aprendizagem que envolvem mestres e aprendizes. (NUNES e CARVALHO, 2016, p. 175).

Segundo Martins (1996, p. 91), “é no Século XV, em decorrência do aumento das riquezas materiais das universidades, que as bibliotecas universitárias evoluíram em termos de estrutura física e também de pessoal”. Tal informação corrobora com o autor Santos (2012, p. 185): “um grande avanço das Bibliotecas Universitárias foi à criação do primeiro catálogo unificado que continha o nome dos autores e obras, bem

como a indicação das bibliotecas monacais onde poderiam ser encontradas tais obras”.

No transcurso da Idade Média para a Idade Moderna, estimulada pelo movimento renascentista, houve importantes mudanças sociais e culturais. Carvalho (2004, p. 79) afirma que “esse contexto de transformações também atinge as bibliotecas que iniciam o desenho de seu sentido moderno, juntamente com o livro que adquire seu significado social”.

Ressalta-se que as bibliotecas universitárias inicialmente eram um seguimento das ordens religiosas, seja por sua estrutura física, suas coleções, sua organização ou seu acesso. Porém, com o desenvolvimento das ciências, as bibliotecas universitárias se desprenderam do controle religioso e passaram a ter prédios diversos, sendo organizadas por área do conhecimento. Desta forma, ajudaram a estabelecer um propósito para as bibliotecas, mudando seu paradigma, deixando de ser vistas como depósitos de livros e tornando-se mediadoras da informação (OLIVEIRA, 2019).

Em 1549, foi instalado o Governo-geral em Salvador, na Bahia, demarcando o início da vida administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social do Brasil. Na mesma data, também chegaram jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, que, juntamente com a criação dos colégios, criaram também as bibliotecas, podendo-se dizer que estas tiveram, neste período, uma boa expansão e acervo em nível universitário. A crescente procura por livros para instrução dos alunos e dos mestres fez despontar várias bibliotecas em diversas províncias, como em Salvador e no Espírito Santo, seguindo-se, no século XVII, pelos colégios de Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará (MORAES, 2006).

As bibliotecas das ordens religiosas estabelecidas na Bahia, por exemplo, eram providas de importantes acervos e eram vistas, conforme apresentado por Reis (2008, p. 51), como autênticos “centros culturais”. É importante dizer que essas bibliotecas não eram limitadas aos membros dos colégios, mas eram abertas, segundo Moraes (2006, p. 9), “[...] para qualquer um que fizesse o pedido competente”.

Outro ponto importante a ser falado é que os padres, quando se retiravam de alguma capitania para fundar uma missão em outro local, levavam os livros necessários, o que aconteceu com diversas expedições. A inexistência de livros em determinado local era considerada um sinal de carência de meios para a ação dos

jesuítas. Um exemplo disso foi a Confraria dos Meninos de Jesus, no Espírito Santo, que atendia a meninos mamelucos e índios, e foi visitada, em 1552, por Nóbrega, que lamentou as condições precárias da biblioteca. Em contrapartida, quando um colégio possuía uma boa coleção era sinal de prestígio e, então, o mesmo era habilitado para a criação de cursos (LEITE, 2004).

De acordo com Moraes (2006), através da expulsão da Companhia de Jesus, ocorrida em 1759, as bibliotecas sofreram um grande golpe a partir do qual todos os livros foram retirados dos colégios e ficaram amontoados em lugares impróprios durante anos e quase todas as obras foram destruídas, roubadas ou vendidas como papel velho.

Surgiram, em 1808, na Bahia, os primeiros cursos de nível superior, sendo eles: curso de cirurgia, anatomia e obstetrícia da Faculdade de Medicina e, em 1812, surge o curso de Agricultura, em 1817 o curso de Química e Desenho Técnico (REIS, 2008). De acordo com Nunes e Carvalho (2016), ao longo dos anos, já no século XX, surgiram diversas ações, as quais tinham por objetivo elevar o nível de instrução da população brasileira e, para isso, criam-se as primeiras universidades, sendo elas: a Universidade de Manaus, em 1909, e a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, a qual passa a se denominar Universidade do Brasil, em 1937, e a Universidade da Bahia, em 1946, e com elas a criação das bibliotecas universitárias (NUNES; CARVALHO, 2016)

Ressalta-se que as tentativas de criação e regulamentação das universidades no Brasil se desenrolaram por anos, porém, só em 1931, foi estabelecido o regime universitário. Já as ações para a criação e regulamentação das BUs aconteceram mais tardiamente, diga-se de passagem com orçamentos escassos e inexistência de políticas governamentais integradas até hoje (CUNHA; DIÓGENES, 2016).

Corroborando, Lemos e Macedo (1975, p. 167) mencionam que, no começo do século XX, foi criada uma legislação sobre o funcionamento das bibliotecas ligadas aos Institutos de Ensino Superior. Para tanto, vale dizer que a tal legislação está registrada no décimo nono capítulo do código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário, e nela se descreve detalhadamente o funcionamento das bibliotecas, “especialmente as de uso do corpo docente e dos alunos, mas franqueadas a todas as pessoas”.

Alvarenga (2002, p. 6) mostra que foram criadas, em 1934, juntamente com a fundação da USP, as bibliotecas: da Faculdade de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia e da Escola Politécnica Direito. Já em 1945, com crescimento das universidades e do ensino privado e a exigência por mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia, são criadas mais bibliotecas ligadas às universidades, surgindo, assim, a biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em 1947, a Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (USP).

E, assim, foi se sucedendo a criação de BU como, em 1957, a Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em 1959, foi criado o Serviço Central de Informações Bibliográficas (SCIB), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por força de convênio assinado entre a universidade e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (SOARES, 2010).

Acompanhando a trajetória de renovação do ensino superior, em 1962, foi criada a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), opondo-se à tradição de múltiplas bibliotecas dispersas nas várias unidades de ensino das universidades. A UnB implantou o conceito de BU com centralização total, tornando-se a pioneira no conceito de biblioteca central (FERREIRA, 1980).

Em 1968, foi criada a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em 1976, foi inaugurado o prédio da Biblioteca Central; a partir de 1977, teve início o processo de centralização e organização do acervo para a Biblioteca, que passou a denominar-se Biblioteca Universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2021). E, assim, foi se sucedendo a criação de BUs espalhadas pelas sessenta e nove (69) universidades federais brasileiras organizadas do decorrer dos tempos.

É importante apontar que a biblioteca universitária sempre acompanhou as mudanças sociais, transformando os antigos paradigmas em novos e se moldando às diversas realidades, deixando de ser apenas repositório do conhecimento para se transformar em espaço do saber, a ser compartilhado e disseminado para a sociedade:

Durante seu percurso, sempre estiveram envolvidas num processo de vencer desafios gerados por mudanças significativas em suas funções. Fatores como: invenção da técnica de impressão; crescimento do volume e a da importância da informação; adequação

às tecnologias da informação e comunicação; reconhecimento da importância do compartilhamento de recursos e do valor dos documentos não impressos; e a busca da informatização dos seus serviços e produtos tem levado as bibliotecas universitárias a buscar formas mais apropriadas para seu gerenciamento [...] e para o atendimento de seus usuários. (CARVALHO, 2004, p. 79).

Diante do que já foi dito até aqui, devemos considerar as bibliotecas universitárias como centros de produção de conhecimento e, conseqüentemente, geradoras de patrimônios documental, bibliográfico, intelectual, tecnológico e artístico a serem preservados. Em outras palavras, pode-se dizer que as bibliotecas universitárias têm por objetivo manter a infraestrutura bibliográfica, documental e informacional a fim de auxiliar tanto nas atividades acadêmicas de uma universidade, procurando focar principalmente nas necessidades de informação dos sujeitos da comunidade acadêmica, quanto nos sujeitos da sociedade geral, os quais também necessitam de informação. Vale dizer ainda que, atualmente, as bibliotecas universitárias são consideradas como centros de referência para estudantes e pesquisadores que anseiam conhecer a história, a cultura e, até mesmo, a memória e identidade de determinada localidade.

Segundo Rodrigues (2006), referindo-se às funções das bibliotecas universitárias:

Além de assessorar a produção do conhecimento e preservá-lo, devem captar e monitorar informações que possam responder às novas demandas do mercado, estruturando e agregando valor à informação, de maneira que essa passe a ter uma importância contextual, transformando o conhecimento científico em inteligência prática. (RODRIGUES, 2006, p. 116).

Outro fator importante a ser ponderado é a responsabilidade social que estas instituições possuem para com a sociedade, fato que reforça não somente a necessidade que as bibliotecas possuem de estar intimamente ligadas ao fazer da universidade como também de representar um lugar de memória. Assim sendo, devem encarregar-se da elaboração e execução de uma política de gestão e preservação de seus acervos raros e históricos, considerando-se que é através destes acervos que pesquisadores poderão desenvolver novas pesquisas, trazendo benefícios tanto para a ciência e tecnologia como para resgatar a história e memória cultural de uma sociedade.

Neste contexto, Teixeira (2014) afirma que a memória é a base do conhecimento humano ligada ao passado, e que os livros, os documentos, as fotografias são alguns dos suportes físicos dessa memória:

A biblioteca é um espaço reservado para a conservação da memória escrita do homem - além do que o papel social desta vai além das quatro paredes e do emaranhado de estantes e livros “velhos”. É dever da biblioteca possibilitar o acesso a informações gerais e específicas, oportunizando a transferência do conhecimento nela armazenado através de seus registros para seus usuários potenciais. (TEIXEIRA, 2014, p. 16)

Melhor dizendo, a biblioteca universitária deve assumir, como uma de suas principais responsabilidades, a gestão e preservação do patrimônio cultural bibliográfico, tornando-o acessível ao público de maneira eficaz e eficiente (RODRIGUES, 2006).

Destaca-se que acervos raros e históricos gerenciados por bibliotecas universitárias estarão sempre protegidos, pelo menos é o que se acredita, visto que estas instituições se empenham em garantir a salvaguarda de seus materiais, buscando constantemente novas maneiras e novas técnicas de preservação e disseminação do conhecimento contido em seus acervos.

Neste contexto, surge a necessidade de definir critérios que possam orientar os gestores de bibliotecas universitárias para a gestão e preservação dos acervos raros e históricos disponíveis nas Bibliotecas universitárias, a fim de preservar a memória. Sendo assim, com o objetivo de preservar a memória dos acervos bibliográficos, nas últimas décadas, passou-se a designar as bibliotecas como lugares de memória, segundo teorias apontadas por autores franceses.

Corroborando, Thiesen (2009, p. 65) diz que “[...] lugares de memória são portadores de identidades dos povos que eles representam, formadores e reprodutores da memória coletiva de grupos e nações”. A autora afirma que:

Se a memória é a presentificação do passado e, se a sua materialidade, ou seja, o documento se perde ou está fora do lugar instituído para obrigá-lo, então não há como suscitar a presença do passado, nem pela via da memória, nem pela mão da história. Contudo, como a memória é sempre ‘negociada’, os grupos sociais investem em ações que, em breve, podem restituir a memória recente do país aos seus cidadãos. E com isso os lugares de memória refletirão uma memória enquadrada que terá quebrado o silêncio. Uma

memória que será plural, mas contraditória, inacabada, sempre sujeita a flutuações. (THIESEN, 2009, p. 78).

Pode-se dizer ainda que estes lugares permitem conservar e preservar a transmissão da memória entre as gerações, transformando-se em um elo e, conseqüentemente, permitindo a recuperação dessas informações, tornando então a memória um importante componente para a construção das identidades culturais, visto que, conforme Nora (1993, p.09), “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

As bibliotecas universitárias possuem um importante papel em nossa sociedade, uma vez que, além de facilitar o acesso à informação, colaboram para o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural. Podemos dizer que elas ainda podem contribuir com a missão das universidades e tornar-se incentivadoras e disseminadoras do conhecimento contido em seus acervos. Buscar o que foi registrado, assim como armazenar o que foi registrado e disseminar o que foi preservado pode alcançar a herança viva na memória da humanidade, o que seria inviável se não existissem as bibliotecas (MILANESI, 2002).

Lugares que conservam e preservam a história e a memória da sociedade, de acordo com Nora (1993),

São lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. [...] enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

Do ponto de vista de Nora (1993, p. 26), “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. Os lugares de memória, ainda do ponto de vista do autor, são ao mesmo tempo lugares materiais, simbólicos e funcionais apenas em graus diferentes.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número, uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22).

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como uma biblioteca, só é lugar de memória se a imaginação o envolver simbolicamente. Há locais de memória porque não há mais meios de memória, porém estes lugares não podem ser considerados repositórios, mas sim uma espécie de oficina, que contém elementos a partir dos quais a memória trabalha, como se fosse o seu laboratório.

O que seria do homem sem seus registros, suas histórias e suas memórias, registradas através dos lugares de memória? Para a perpetuação da história através da memória de um indivíduo ou uma sociedade, é necessário que arquivos, museus, bibliotecas, memoriais, entre outros preservem o patrimônio material produzido por homens e mulheres do passado e assim possibilitem estudos e investigações sobre tantas experiências passadas, que de alguma forma estão presentes nestes lugares. Corroborando, Batista (2012, p. 52) diz que “Os documentos armazenados em arquivos, bibliotecas e museus contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas em papéis muitas vezes sem conservação”.

Muito já foi falado sobre o entendimento dos lugares de memória, principalmente a partir do momento em que a discussão da memória se tornou inevitável nos últimos anos, porém a trajetória da admissão de um único conceito para noção de “lugares de memória” tornou-a uma inquietação, haja vista as diversas apropriações, críticas e controvérsias sobre o assunto. Fala-se ainda que a ideia dos lugares de memória é um conceito histórico posto em evidência por Pierre Nora, através de sua obra *Les Lieux de Mémoire*.

Cumprir entender como o lugar de memória emergiu como uma problemática historiográfica e em que medida ele se relaciona, atualmente, com a crescente epistemologia do patrimônio, o qual hoje ocupa um dos núcleos principais das formas públicas de história no mundo globalizado. De início deve ficar claro que o lugar de memória foi uma abordagem francesa, criado por Pierre Nora e assumido por uma série de outros profissionais (historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etc.), a fortuna da expressão explica-se pelo largo alcance da historiografia francesa no ocidente, notadamente no Brasil. (SANTIAGO JUNIOR, 2015, p. 246).

Os espaços detentores de memória, como bibliotecas, arquivos e museus, aparecem como possibilidade de armazenamento documental de nossas memórias. Surge, então, a necessidade de criar bibliotecas, arquivos, museus, entre outros a fim de tornar possível o armazenamento e acesso às memórias que nossa memória não consegue guardar:

[...] em virtude de sua historicidade e das funções sociais que as bibliotecas assumem, as mesmas se transformam no refúgio contemporâneo de Mnemosyne e que, devido às práticas de sociabilidade que se engendram em torno e a partir de seu espaço, elas se mostram capazes de enunciar ou exhibir uma série de construções culturais cujos referenciais expressam de maneira significativa as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre as quais uma dada sociedade se constitui, nutre-se e se valoriza. (SILVEIRA, 2012, p. [2]).

Nessa perspectiva, Serrai (1975, p. 142) ressalta que “[...] a biblioteca, como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, do indivíduo ou da sociedade” e compete “a biblioteca reunir os documentos elaborados, os produtos intelectuais e espirituais das gerações”. As bibliotecas são como um local para armazenar a memória nacional, ou seja, o local que guarda e preserva o patrimônio intelectual/literário/artístico, um lugar que conversa com o passado e serve à sociedade.

A história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções. (JACOB, 2000, p. 11).

Vale ressaltar que a maior parte da documentação histórica e científica brasileira está estabelecida nos acervos das bibliotecas de instituições científicas, históricas e nas universidades. Todavia, em grande parte dessas instituições ainda não foram incorporadas medidas de preservação e gestão de acervos, a fim de preservar a memória de seus acervos. Podemos dizer ainda que há muito a ser feito no que compete à preservação do patrimônio documental das bibliotecas. Desta forma, Santos (2018) destaca:

[...] a relação memória-história-arquivo também é percebida na constituição das chamadas instituições de memória, ou seja, entidades que tomam pra si a responsabilidade de preservar sua memória através da composição de uma história que a legitima. Entram em cena os museus, bibliotecas e centros de documentação e de memória, espaços que têm por objetivo a reunião de acervos que podem servir de referência para a construção e disseminação de conhecimento, e também para manter viva uma ideia subjetiva de passado. (SANTOS, 2018, p. 81).

É indiscutível que bibliotecas, arquivos e museus preservam a memória e o patrimônio histórico através de seus acervos. Além do mais, estas instituições de memória têm como função colaborar para a disseminação do conhecimento.

Contribuir com a preservação da história dos acervos das bibliotecas é registrar a memória do caminho percorrido na história e viabilizar sua perene memória para a posteridade, bem como reservar as suas relações culturais, patrimoniais e institucionais que a mantém como ícone patrimonial, visto que garantir a compreensão de nossa memória social, preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural, é a justificativa do porquê preservar (LEMOS, 2006).

Outro ponto importante que se deve considerar é que as bibliotecas universitárias desenvolvem características ligadas às instituições a que estão vinculadas, ou seja, as universidades, e, neste caso, desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim sendo, de acordo com Maciel e Mendonça (2000, p. 2) ,“não são organizações autônomas, e sim organizações, dependentes de uma organização maior – a Universidade, portanto sujeitas a receberem influências externas e internas do ambiente que as cercam”.

Por conseguinte, temos, tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo, características que marcam e compõem a identidade da biblioteca por intermédio da memória. Assim, a preservação da memória das Bibliotecas, através de seus acervos, faz parte de um conjunto de fatores que podem contribuir para a organização do processo e do sentido histórico da Universidade, bem como a divulgação dos serviços prestados pelas bibliotecas e disseminação de suas obras.

1.2 Patrimônio cultural

Usualmente, quando pensamos em patrimônio, logo pensamos em algo material, palpável e tangível. Entretanto, o conceito de patrimônio vai além de algo material e móvel, pois patrimônio pode ser tudo aquilo deixado por nossos antepassados, através de suas histórias e memórias, sejam elas individuais ou coletivas.

Falar em patrimônio requer saber as políticas básicas de sua construção social, isto é, é preciso compreendê-lo como algo significativo para a sociedade ou grupo ao qual pertence, tornando-se então patrimônio devido às qualidades exercidas. Assim, o valor significativo das coisas, ao tornarem-se patrimônio, é fomentado pelas memórias e histórias contidas em cada um, ou seja, o valor exercido pela sociedade sobre o bem.

Um princípio importante para compreender não só o conceito de patrimônio, mas reconhecer sua importância para a formação da memória coletiva, pois ajudará a entender de que forma auxiliam nessa formação, é conhecer os antecedentes históricos do patrimônio. Desta forma, será feito um breve apontamento sobre o tema.

A palavra patrimônio vem do latim *pater* e quer dizer “pai”; ela passou a ser usada ao passo que, nas antigas civilizações, os bens eram passados de pai para filho, característica da organização social denominada patriarcalismo. Pode-se dizer ainda que patrimônio é quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Validando esta definição, Choay (2006) diz que:

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. (CHOAY, 2006, p. 11).

Na Idade Média, o culto e a adoração aos objetos sagrados, isto é, a adoração às relíquias cristãs originou a premissa de que estes objetos, considerados verdadeiros tesouros por alguns, significava a presença de memória ligada à prática social da igreja, justificando assim a necessidade de armazenar e preservar o patrimônio, tanto nos templos e tumbas como em outros locais sagrados. Segundo Santos (2012), a adoração a estes objetos validou uma prática simbólica que

completou a noção de patrimônio, permitindo, assim, subsequentemente a definição de novos espaços que possuíam significado cultural, como bibliotecas e arquivos.

A partir do Renascimento, os intelectuais e estudiosos da época começaram a procurar por informações e vestígios da antiguidade grega e romana, surgindo a arte do colecionismo colecionismo, o qual deu origem ao Antiquário, o qual tinha por objetivo salvar os objetos, artefatos e construções que estavam em ameaça de destruição. Uma coisa que fica evidente é que, nesse período, o interesse não era apenas pelas antiguidades, mas também começava a oposição entre objeto e documento escrito como comprovação do passado (AZZI, 2011),

Na Revolução Francesa, no século XVIII, a qual ocasionou novas ideologias quanto à definição de território nacional, tornou-se necessário criar uma identidade que, por meio do patrimônio, representasse a sociedade. A partir daí, então, o patrimônio passou a ter caráter coletivo, adquirindo o sentido de propriedade coletiva.

Hernandez e Tresseras (2007, p. 12) dizem que um objeto histórico compreende frequentemente informações e valores que lhe são incorporadas com o tempo: “[...] a ideia de patrimônio se associa a coisas de valor e ao mesmo tempo compreendemos que esse valor serve para estabelecer algum tipo de vínculo entre os indivíduos”.

Usando-se desta definição, pode-se dizer que um livro, ao compor a coleção de uma biblioteca, não necessariamente comporá o acervo de obras raras e históricas. Ele será transformado em histórico à medida que, com o passar do tempo, adquirir um valor agregado ou vínculo com a comunidade, caso contrário será apenas um material qualquer da biblioteca que será substituído com o tempo.

Finalizando sobre o apontamento histórico de patrimônio, Canclini (1994, p. 95) diz que o “patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, [...], mas também os bens culturais visíveis e invisíveis”. Atualmente, a multiplicidade no campo da pesquisa, seja ela acadêmica, científica ou da sociedade em geral, tem estimulado o interesse das pessoas em buscar, através dos livros, a memória da cultura social ligada à comunidade a que pertence, seja ela local, estadual ou nacional.

Evidencia-se que a compreensão de patrimônio vem se modificando com o passar dos anos, admitindo várias características e sentidos, os quais vêm se complementando e se moldando ainda nos dias de hoje. Desta forma, colaborando com o exposto anteriormente, vale lembrar que a Constituição Federal de 1988, em

seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração inseriu o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, acima de tudo os de caráter imaterial:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 123).

Desta maneira, pode-se dizer que patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais (intangíveis), herdado de acordo com seus antepassados, tendo grande importância histórica e cultural para uma comunidade ou sociedade, seja ela local ou nacional. O patrimônio cultural de uma nação é o resultado de um processo de escolhas políticas que usam narrativas históricas como instrumentos simbólicos para contar a etimologia da nação sob certo ponto de vista (GONÇALVES, 1996)

Reforçando o conceito proposto pela Constituição Federal do Brasil, Cortes diz que:

O conceito de patrimônio cultural compreende todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que o homem possa acumular e transmitir às futuras gerações. Esses bens que constituem o patrimônio guardam em si referências da identidade local, composto por um conjunto de elementos e valores, seja estético, artístico, documental ou outros, que com o passar do tempo adquirem contornos simbólicos. Um fato histórico, personificado através de um bem, constitui-se em patrimônio à medida que representa e identifica-se com a sociedade que o criou. (CORTES, 2016, p. 17)

Cabe dizer ainda que os acervos raros e históricos possuem um valor único, um valor representativo, um valor simbólico e material. Assim, de acordo com sua particularidade e significativa forma de expressão cultural, é classificado como patrimônio cultural, estabelecendo-se sua salvaguarda, permitindo então a

conservação e preservação dos bens, com o objetivo de assegurar que as gerações futuras possam conhecer seu passado, suas tradições, sua história, os costumes, a cultura, ou seja, a memória e identidade de seu povo.

Entrando na esfera do patrimônio cultural, não poderia deixar de citar Llorenç Prats, antropólogo da Universidade de Barcelona, um dos principais autores nas abordagens sobre patrimônio, que emprega o termo “patrimônio cultural” ao se referir a tudo aquilo que socialmente se considera merecedor de conservação, independentemente de possuir um valor utilitário. De acordo com o autor, “el patrimonio cultural es una invención y una construcción social” (PRATS, 1998, p. 63). Neste mesmo sentido, Prats diz que:

ninguna invención adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o en sus significados) por el poder, por lo menos, repito, por lo que al patrimonio cultural se refiere. (PRATS, 1998, p. 64).

Ainda, de acordo com o autor, o patrimônio cultural pode ser analisado por meio de três lentes distintas: o patrimônio cultural como construção política, que representa ou simboliza as identidades políticas locais, regionais ou nacionais; o patrimônio como produto, a serviço de interesses comerciais, atendendo em especial os meios de comunicação de massa e à demanda turística; e, por fim, o patrimônio como construção científica, no qual o conhecimento é entendido como o verdadeiro patrimônio que pode efetivamente ser preservado, cabendo à ciência, assim como a outras formas de saber, a sistematização do conhecimento acerca de uma determinada cultura (PRATS, 1998).

Neste contexto, vale falar que, usando-se da ideia de Castriota (2009), os bens culturais materiais, ou tangíveis, são aqueles que possuem um suporte material de grande valor significativo agregado ao valor simbólico do bem. Podem ser coisas corpóreas, palpáveis, como documentos, edificações e monumentos, ou ainda são aqueles que guardam história e significados que se modificam com o passar do tempo. Incluem-se neste caso os livros propriamente ditos, os quais podem ser considerados suportes da memória, uma vez que é neles que ela está guardada, conservada, armazenada e, conseqüentemente, pode ser acessada para que a história possa reaparecer.

Rodrigues (2016) entende que o patrimônio cultural, no que tange ao patrimônio material, pode ser formado através de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental, ou seja, os acervos armazenados tanto em bibliotecas, quanto arquivos e museus:

O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de manifestações de uma comunidade [...]. É constituído dos mais diversos elementos e se apresenta, convencionalmente, dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material, onde se entende por patrimônio imaterial tudo o que está relacionado aos modos de fazer das pessoas, às técnicas e habilidades, aos valores e às crenças; e por patrimônio material os produtos da criação humana, como os artefatos, os objetos e as construções, por exemplo. (RODRIGUES, 2016, p. 39).

O patrimônio cultural bibliográfico de uma biblioteca precisa ser preservado para então resguardar a memória da humanidade contida em seus acervos, pois refletirá diretamente em seu desenvolvimento sociocultural. Com esta perspectiva, preservar a memória cultural presente nos acervos raros e históricos das bibliotecas é como preservar a memória das Bibliotecas, mantendo-as vivas e, assim, eternizando a memória da Instituição a que pertencem, pois a memória de uma biblioteca está diretamente ligada à história da Instituição.

Cabe lembrar que os livros representam o patrimônio cultural bibliográfico armazenado nas bibliotecas. Segundo Rodrigues (2007), os livros possuem:

[...] papel de extrema relevância na sociedade: já que permite que se caminhe livremente no tempo e no espaço por toda a produção cultural acumulada e possibilita o contato com as mais diversas informações e correntes de pensamento, levando-nos a refletir, a rever posições e mesmo a repensar nossos próprios pensamentos. (RODRIGUES, 2007, p. 11).

Desta forma, cabe dizer que as bibliotecas atuam como mantenedoras do patrimônio cultural bibliográfico da humanidade de acordo com sua práxis. Para Bellotto (2006, p. 156), “[...] os documentos de biblioteca são o resultado de uma criação individual ou coletiva, espontânea, de natureza científica, técnica, artística, filosófica e humanística, como resultado de manifestação, pesquisa ou reflexão [...]”.

Mais do que um documento, o livro é um veículo de disseminação de informação, um meio de comunicação social, estando presente no

cotidiano humano nas mais diversas situações. O livro é um dos elementos passíveis de tombamento como patrimônio histórico-cultural de acordo com o Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, compreendido como documento disseminador de informações tanto de caráter científico-intelectual como artístico-cultural. (CARTER, 2004, p.12).

A próxima seção abordará conceitos de memória, considerando as múltiplas relações entre patrimônio, informação e memória, e fundamentando o patrimônio como documento. Porém, antes de tratar a memória como uma informação, um recurso informacional, é preciso resgatar o histórico de como a memória foi trabalhada ao longo do tempo.

1.3 Memória

São inúmeros os enfoques e as tipologias para a memória social, seja ela individual, coletiva, social, virtual, natural, artificial, cultural, entre outras. Este fato acontece devido à grande procura pelo passado, uma vez que ele adentra o presente, ao passo que a memória tradicional desaparece e acumulamos vestígios, os quais são rastros do passado que podem ser difundidos, de acordo com Pomian (2000), através de criações exteriores ao próprio organismo capazes de uma existência autônoma em relação a este. Propõe-se, então, discutir inicialmente conceitos fundamentais de importantes teóricos, tais como Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Joel Candau e Pierre Nora, entre outros, para fundamentar o referencial teórico da pesquisa.

A memória começou a ser reconhecida por historiadores e filósofos como forma de conservar e lembrar momentos passados, tanto de determinado indivíduo como de uma sociedade, a partir do século V a.C. Essa categoria, que podemos dizer ser polissêmica, nos permite identificar vários significados, sendo que inicialmente foi tratada como individual e, com o passar do tempo, foram agregados outros conceitos para estudo do ponto de vista social, tratada então como coletiva.

Segundo Candau (2012), existem três tipos de memória: a memória de baixo nível ou protomemória, que são as aprendizagens primárias, adquiridas geralmente na infância, aquelas que dizem respeito à maneira de como se portar, como falar, como caminhar e como comer, que ocorrem sem que seja necessário pensar sobre ela, ou seja, é considerada uma memória operacional de atividades repetidas e que

realizamos de forma automática no nosso cotidiano, resultado dos saberes e experiências incorporadas; o segundo tipo de memória compreendido pelo autor é a memória de alto nível ou a memória propriamente dita, que é a memória de recordação, pela qual são evocadas, de maneira proposital ou inconsciente, as lembranças autobiográficas, os sentimentos, as sensações, os saberes, entre outros, e pode ser compreendida também como a memória que nos permite reconhecer e esquecer e ela ainda dá a dimensão do tempo e o trajeto de nossa existência; e o terceiro e último tipo de memória compreendido é a metamemória, que constitui-se na "representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, o que diz dela", ou seja, corresponde à representação que cada pessoa faz sobre aquilo que viveu e sobre o que diz de sua memória.

De acordo com Halbwachs (1990), cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, as lembranças de um conjunto de indivíduos, as quais sempre estão de acordo com os valores em comum e fatos que interessam a determinados grupos e não a outros. A memória pode ser considerada como o resultado de negociações e relações conflituosas, relações de imposições e hierarquias que, aparentemente, seria algo harmonioso e de coesão afetiva.

Ainda, de acordo com o autor, a memória individual existe, mas ela está intrínseca como parte dos quadros sociais, e é formada através da vivência de um indivíduo em diferentes grupos ao mesmo tempo, uma combinação das memórias dos diversos grupos dos quais ele tem influência (HALBWACHS, 1990). Halbwachs (2004, p. 11) afirma "que el individuo recuerda cuando asume el punto de vista del grupo y que la memoria del grupo se manifiesta y se realiza en las memorias individuales".

Por fim, pode-se dizer que a memória coletiva é um fato social estruturado no tempo e no espaço. Pode-se dizer que as pessoas são as primeiras testemunhas a que podemos recorrer para lembrar de alguma coisa que aconteceu no passado e não lembramos, visto que lembramos porque estamos inseridos em grupos. Apesar do ato de lembrar necessite sempre de um sujeito, são as vivências em grupo que se transformam em referências para a construção da memória coletiva. (HALBWACHS, 1990)

Da mesma forma, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 288) afirmam que os grupos aos quais os indivíduos fazem parte "estão presentes para o indivíduo, não necessariamente pela sua presença física, mas pela possibilidade de "retomar os

modos de pensamento e experiência comuns próprios do grupo”. Dessa forma, nossa consciência é reforçada com base nas lembranças de outros membros do grupo que pertencemos.

Candau (2012, p. 9) confirma a conceituação de Halbwachs, considerando a memória como uma "construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro", constantemente atualizada. Porém, ao contrário de Halbwachs (1990), Candau (2012) considera que a memória é essencialmente individual, visto que cada pessoa é diferente da outra e pensa e interpreta de maneira única, ou seja, não compreende a memória como uma memória compartilhada por um grupo, mas sim como uma representação que cada membro faz de uma memória.

Candau (2012) também discorda de Halbwachs ao considerar impossível admitir a memória coletiva, já que a palavra "memória" se refere a uma capacidade totalmente individual e, sendo assim, um grupo não está apto a recordar, apenas seus membros o são. Desta forma, para o autor (CANDAU, 2012, p. 24) o termo memória coletiva “é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros do grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Ricoeur (2007) retrata a consciência e as fronteiras da memória, a história e o esquecimento, investigando a natureza dos fenômenos mnemônicos. Ele tenta, primeiramente, uma abordagem que enfatize a memória como grandeza cognitiva, e o primeiro desafio a ser considerado é a separação entre memória e imaginação, já que, de acordo com o autor, estas apresentam duas deliberações distintas: enquanto a imaginação está para o fantástico, o irreal, aquela tem por objeto a realidade anteriormente vivida, a memória está para o meio que possuímos para manter vivo determinado evento, fixar, resgatar, conservar e estimular sentimentos e, sobretudo, (re)significar a realidade.

Dentro das contribuições proposta por Ricoeur, baseado em Aristóteles sobre a fenomenologia da memória, podem-se destacar dois outros termos que se mostram de vital importância, sendo: os de *mneme* e *anamnesis*. Considera-se a *mneme* como uma espécie de lembrança-afecção, a qual sobrevém à alma, quase que de forma espontânea, enquanto a *anamnesis* é entendida como um esforço para lembrar algo, sendo quase uma prática da memória, uma atividade.

Outro conceito importante defendido por Ricoeur é a memória-hábito, a qual está ligada ao presente, não sendo declarada como passado, como, por exemplo, a leitura de um versículo decorado da Bíblia, ou o ato de beber água. A memória-lembrança é algo representado, ela traz de volta algo que havia desaparecido da nossa consciência. Através do cunho seletivo da memória, podem-se acionar as lembranças e assim enfrentarmos o esquecimento, ocasionando uma espécie de derrota sobre algo que poderia estar presente, podemos pensar nos rastros, debatidos por Ricoeur (2007), como uma forma de garantir a salvaguarda da memória para posteridade.

Outro autor importante que fala sobre memória é Nora (1993), que, em sua concepção, destaca:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Resgatando mais uma conceituação sobre memória, Silva e Silva (2009, p. 275) afirmam que “a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”. Outra ciência que está relacionada diretamente com a memória é a História, a qual é considerada de grande importância para os pesquisadores da informação, uma vez que ela trabalha com conceitos válidos à Ciência da Informação, como, por exemplo, em pesquisas sobre tradição, história social e memória coletiva.

Vale salientar que Nora (1993, p. 9) faz uma separação entre história e memória, ao afirmar que “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]”. Já “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] a história [é] uma representação do passado”.

Pensando a memória como Nora e os demais autores a definem, sendo uma representação do passado, e de uma forma mais ampla, podemos pensar que esta representação pode ser expressa através de uma imagem. Poderíamos dizer, então,

que os livros, considerados patrimônio cultural material, são os suportes desta imagem em uma biblioteca, a qual pode, além de armazenar tais imagens em forma de memórias, transmiti-las às demais gerações, desde que sejam devidamente preservadas.

Pode-se dizer ainda que os bens patrimoniais das bibliotecas, neste caso, seu acervo, compreendem e funcionam também como suportes mnemônicos e mobilizam valores de memória de variados tipos e os valores não mnemônicos são de ordem variada e correspondem à pragmática do uso e significação social atribuído pelas sociedades a estes bens.

Com o passar dos anos, lembraremos das nossas memórias antigas e de coisas que havíamos esquecido, ou seja, a memória cresce, ajusta-se com o tempo. Assim sendo, mais uma vez, pode-se dizer que, no contexto das bibliotecas, os livros podem ser considerados suportes para os vestígios do passado, visto que podemos recorrer a eles para buscarmos determinados fatos ocorridos, dos quais não lembramos ou cuja memória e/ou história não nos faz parte. Através desses suportes, podemos, de certa forma, satisfazer uma necessidade e/ou vontade de memória, seja ela de um único indivíduo ou de uma sociedade inteira.

Todavia, para preservar a memória contida em tais suportes não basta apenas registrar os fatos e catalogar os suportes, mas compreender e apreender a relevância social deste passado para as próximas gerações. Visto isso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) afirma que:

O Brasil precisa cuidar judiciosamente da memória de sua produção científica e tecnológica sob pena de não se reconhecer como integrante do grande processo de construção do conhecimento humano. Levando-se em conta que a produção do conhecimento se confunde com o esforço de construção da Nação, uma política de memória da Ciência e da Tecnologia é de importância indiscutível; sem esta memória seria impossível pensar seriamente o trajeto brasileiro. (CNPq, 2003, p. 3).

Neste sentido, pode-se dizer que as bibliotecas universitárias, além de ter uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação, podem e devem se transformar em instituições cuja função consiste em preservar, disseminar e tornar acessível o material documental deixado como herança pela comunidade científica do passado, assim como do presente por meio da escrita contida em seus acervos,

tornando-se então um lugar de memória, cuja memória pode ser acessada e/ou lembrada através dos registros ali preservados e acondicionados.

A biblioteca e seus livros surgem, de acordo com Borges (1978), como a ideia de guarda do escrito, ou seja, como uma extensão da memória da humanidade:

Dentre os instrumentos inventados pelo homem, o mais impressionante é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões do seu corpo. O microscópio e o telescópio, são extensões da visão, o telefone uma extensão da voz, e finalmente temos o arado e a espada, ambos extensões do braço. O livro, porém, é outra coisa. O livro é uma extensão da memória e da imaginação [...] O que é nosso passado se não uma série de sonhos? Afinal de diferença pode haver entre recordar sonhos e recordar o passado? A função do livro é recordar. (BORGES², 1978).

Vale dizer que a excelência, a virtude ou a consequência da memória e do conhecimento humano está concretizada nas bibliotecas, uma vez que estas são um dos espaços em que nosso patrimônio material e imaterial é localizado, preservado e disseminado. Colaborar com a preservação da história das bibliotecas, neste caso, as universitárias, já que nelas estão os rastros e vestígios da memória científica e coletiva da sociedade acadêmica, é colaborar com o registro da memória e sua passagem na história, é possibilitar ou garantir sua permanente trajetória e resgate para o futuro, assim como guardar as suas relações culturais e institucionais que a transformam como representante do patrimônio cultural bibliográfico das universidades.

Segundo Le Goff (2003, p. 366), “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”. Assim, a preservação da memória surge do entendimento de conservação, desse modo, a organização e o armazenamento dos documentos que compõem os acervos das bibliotecas possibilitam a compreensão e a reconstituição da pesquisa científica, ou não, e sua trajetória histórica do passado da organização da memória coletiva.

Vale lembrar que a memória social de uma biblioteca está relacionada com a memória institucional a que pertence e preservá-la significa não apenas sobreviver à cultura do esquecimento, mas, acima de tudo, há uma necessidade de validar a natureza dos valores atribuídos ao patrimônio cultural bibliográfico institucional. A

² Trecho extraído de uma palestra proferida por Jorge Luis Borges, na Universidade de Belgrano, em 24 de maio de 1978, a qual foi publicada no ano seguinte no livro **Borges oral, Emecé Editores** / Editorial de Belgrano, Buenos Aires. Palestras. Disponível em: http://www.geocities.com/into_oblivionn/elotroborges_ellibro.html

memória pode ser considerada a pedra angular para a preservação de identidades culturais, ao unir o passado e o presente e moldar o futuro. O patrimônio documental que se encontra nas bibliotecas e arquivos constitui uma parte importante dessa memória e reflete a diversidade de povos, línguas e culturas. Preservar o patrimônio cultural bibliográfico das bibliotecas é indispensável para a preservação da memória coletiva dos povos.

O modo como o patrimônio se constitui relaciona-se diretamente na construção da memória social dos lugares, e a forma como a memória social se constitui é a essência do conhecimento coletivo e consequentemente a memória coletiva de um lugar, de uma sociedade. Le Goff (1990) diz:

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 1990, p. 475).

Atualmente, mais do que em qualquer outra época, a preocupação com a preservação da memória contida nos locais responsáveis por salvaguardá-la, como bibliotecas, museus e arquivos, é cada vez maior, não somente por parte das instituições oficiais como também da sociedade civil, isto acontece porque, segundo Pierre Nora (1993, p. 8), “[...] se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”.

A memória contida nos acervos raros e históricos das BUs possui contextualidade e processa-se de forma dinâmica no tempo e espaço como produção específica dos diferentes grupos sociais. Sendo assim, pode-se dizer que se encontra diretamente relacionada à importância que os setores científicos e tecnológicos alcançam em todas as esferas de uma nação.

Existe uma conexão poderosa entre o livro e a memória, ao passo que os livros, ao mesmo tempo em que estão presentes em nossa vida, permitem um diálogo com o passado. Eles são como um fragmento da história porque guardam história; também, podem ser vistos como repositórios vivos à espera da conservação física de seus conteúdos (LEIPNITZ, 2009). Por fim, pode-se dizer que, através do papel, a humanidade descreve sua história, registra e dissemina suas memórias para todos os povos em suas mais variadas formas de cultura.

2 REGISTRO BIBLIOGRÁFICO COMO SUPORTE DE MEMÓRIA

Antes mesmo de surgir a prensa móvel de Johannes Gutenberg, o homem já armazenava o conhecimento em suportes informacionais com a finalidade de garantir a proteção e a preservação de sua história, para que as gerações futuras pudessem acessar as memórias registradas nestes suportes.

Em consequência das constantes evoluções e inovações que vêm surgindo ao longo dos tempos, os suportes dos registros informacionais, tanto de livros como de outros materiais, vêm sofrendo profundas mudanças, seja nos processos de produção, tratamento ou disseminação. Desta forma, também emergem novos desafios para o campo da gestão e preservação da informação em bibliotecas, através de suas coleções de obras raras ou históricas. Isso significa dizer que os livros podem ser considerados como um dos suportes mais importantes que armazenavam e armazenam conhecimento ao longo dos anos e, se os mesmos forem acondicionados e conservados da forma correta, podem ser preservados muito bem ao longo dos tempos e as bibliotecas são capazes de demonstrá-lo em suas coleções de obras raras e históricas, uma vez que os livros raros e históricos, salvaguardados em uma biblioteca, mantêm a integridade do saber humano ali registrado.

O surgimento do livro primitivo está ligado aos suportes da escrita e foi a partir desses suportes que os primeiros registros foram escritos. Desta forma, torna-se evidente que a escrita foi, durante muitos séculos, a principal forma de fixar a linguagem e com ela a preservação do pensamento. Em princípio, escrever estava ligado apenas a inventariar os bens pessoais, porém, com o passar dos tempos, foram surgindo outras necessidades e interesses (OLIVEIRA, 1984).

Cabe salientar que diversos aspectos influenciaram na utilização de inúmeros suportes da escrita ao longo dos anos, como, por exemplo, os recursos naturais disponíveis na natureza, o local geográfico de cada povo, a resistência, a usabilidade, a praticidade e claro o valor econômico de cada material. Até hoje, a espécie humana continua se esforçando para preservar o conhecimento gerado através de seus experimentos e pesquisas, a fim de enriquecer a história da sociedade e contribuir cada vez mais com sua memória. Fundamentando essa assertiva, Bernd (1994, p.19) comenta que: “Dotado de memória, o homem organiza suas lembranças e, ao fixá-las, através da escrita, constrói paulatinamente sua identidade”.

Conhecer o contexto histórico referente à determinada temática é fator determinante para o estudo e a compreensão das estéticas que permearam o assunto. Desta forma, a fim de contextualizar a temática deste capítulo, antes de tratarmos do livro raro e histórico como suporte de memória, propõe-se resgatar a trajetória do livro ao longo dos tempos. Logo no próximo subcapítulo, será abordado um breve relato sobre a evolução do livro, o qual perpassa os registros bibliográficos em suas mais variadas formas até se tornar o livro que conhecemos hoje.

2.1 Livros: breve relato histórico

O desejo constante de se comunicar e manifestar o pensamento humano foi o que impulsionou o homem na busca por uma linguagem falada e um suporte que conseguisse gravar a linguagem na forma escrita de maneira a conservá-la e transmiti-la às gerações futuras. Assim, surge o livro como um objeto intelectual capaz de fixar a linguagem escrita, podendo ser considerado, até hoje, como um objeto de valor cultural, intelectual e histórico, importante para a disseminação do conhecimento e, apesar de seus mais variados suportes que percorreram seu caminho até os tempos atuais, o livro impresso ainda continua sua trajetória. Neste sentido, Sambaquy (1972, p. 62) comenta que “Os livros existem desde as épocas mais remotas; cresceram em número com a invenção da imprensa e continuarão a crescer em número até o século 21 e nos séculos futuros”.

A história dos livros é tão antiga quanto a história da escrita, e é marcada por inúmeras trajetórias de descobertas que possibilitaram melhores condições tanto de produção e conservação quanto para acesso e manuseio. Esta trajetória possibilitou o surgimento de novos suportes informacionais para o livro, os quais não acabaram com o passar dos tempos, pelo contrário, se intensificam até os dias atuais.

Diversos estudiosos apontam teorias a respeito de como o livro se tornou o objeto que conhecemos hoje, e como seus suportes precursores ajudaram para a evolução das sociedades. Os primeiros “modelos” de livros surgiram juntamente com a escrita através das gravações dos povos antigos (babilônios, egípcios, gregos, sumérios, entre outros) em placas de argila, cascas de árvore, pedra, madeira, barro, folhas de palmeiras etc. Oliveira (1984) descreve estes modelos afirmando que os povos antigos:

Valeram-se das paredes das cavernas, da pedra, do barro, do chumbo, do ouro, do bronze e escreveram livros minerais. Com o papiro, a madeira, o pano e o papel tivemos os livros vegetais. O couro, o pergaminho e até os intestinos de serpentes serviram de feitura de livros animais. (OLIVEIRA 1984, p. 28).

Corroborando, Paiva (2010) apresenta os principais materiais usados pelo homem para o registro do conhecimento gerado na época, sendo as superfícies de paredes de pedra das cavernas e montanhas, grandes e pequenos blocos de pedra e megalitos, pedaços de pedras mais macias e mais duras, como também pedras vulcânicas. O homem também fez uso de argila, placas de cobre, antimônio, bronze, latão, marfim, cristais, ouro e prata. Em outras ocasiões, utilizou materiais menos habituais, como pele de peixe, intestino de serpente, carapaças de tartaruga e finalmente a madeira, o córtex das árvores, o junco, as tabuinhas enceradas e as tabuletas de madeira, o papiro, a seda, o pano, o couro, o pergaminho e o papel.

Interessante ressaltar que os sumérios, nos primeiros períodos de sua história, mais do que inventaram a escrita, foram os autores dos primeiros livros que o homem conheceu. As anotações registradas nos templos deram lugar aos primeiros livros de contabilidade e, posteriormente, aos bilhetes burocráticos e administrativos foram denominados documentos literários (OLIVEIRA, 1984). Vale dizer que o livro também possui outras origens, como, por exemplo, os livros vegetais das tribos Batak, que viveram na Sumatra, feitos com cascas de árvores no formato de acordeon e livros tubos, no estilo flauta de bambu (PAIVA, 2010).

Aproximadamente 3.000 anos a.C. o povo egípcio começou a usar papiro, planta encontrada com facilidade nas margens do Rio Nilo, especialmente na região do delta e tornaram-se os maiores produtores desse suporte aprimorando a técnica de sua produção. O papiro era constituído do talo da planta triturado, entrelaçado, umedecido e batido, era tratado com óleo de cedro e posto a secar, transformando-se em uma folha. Os textos inscritos nesse suporte eram organizados em colunas, mesclados com ilustrações e, após seu término, as folhas de papiro eram coladas e enroladas em bastões de madeira ou marfim (CAMPOS, 1994).

O papiro, além de ter sido utilizado pelos egípcios, também foi adotado por romanos, árabes, gregos, coptas, arameus e bizantinos, sendo empregado até a Idade Média, porém, após sua escassez natural, foi preciso descobrir outro suporte. Dessa forma, surgiu o pergaminho, feito com o couro de carneiros ou cabritos.

Importante dizer que o pergaminho começou a ser utilizado e iniciou assim uma nova era para o livro, revolucionando todo o sistema bibliográfico. Com o tempo, percebeu-se que esse material poderia ser usado dos dois lados, ou seja, frente e verso. Foi assim que o pergaminho estabeleceu o modelo do livro no formato atual, pois, quando eram empilhados, descobriu-se a necessidade de costurá-los, criando então o caderno e, posteriormente, a encadernação (FREITAS, 2018).

No momento em que o pergaminho começou a ser escrito dos dois lados, surgiu o códice ou códex, que, ainda segundo Freitas (2018, p. 27), “era o nome dado aos manuscritos que possuíam folhas reunidas pelo dorso e recobertas por uma capa, assemelhando-se à encadernação moderna”. Jahn (2001, p. 44) comenta que “Adotando o formato do códice romano os manuscritos medievais eram constituídos por páginas reunidas e costuradas formando volumes que podiam ser manuseados sobre as mesas altas das bibliotecas dos monastérios”. Dessa maneira, pode-se dizer que seria o início do livro em formato atual, formado por vários cadernos e fólhos, folhas escritas dos dois lados, sendo as páginas numeradas. Ratificando, Chartier (1999) define o códice como folhas de papiro organizadas em cadernos que se assemelhavam ao livro moderno, onde estas eram dobradas uma certa quantidade de vezes, o que determinava o formato do livro.

Importante lembrar que, na Idade Média, devido ao fervor religioso, o livro passou a ser encarado como um objeto de salvação e a característica mais significativa deste período é o aparecimento dos monges copistas, homens dedicados à cópia de livros, os quais eram escritos à mão, usando penas de ganso e tinturas ou peles tratadas de carneiros ou cabras (MOTA, 2016). Os monges copistas eram homens cultos e faziam parte de um grupo seleto de pessoas que sabiam ler e escrever; eles acreditavam que ao copiarem os livros estariam servindo a Deus.

Nos mosteiros, era conservada a cultura da Antiguidade, pois, na maioria das vezes, a cópia e a encadernação dos manuscritos eram realizadas no interior deles, em um quarto chamado *scriptorium*, termo que deu origem à palavra escritório, tal como é empregada atualmente. (MOTA, 2016). Porém, cabe salientar que, no início do século XIII, os mosteiros deixam de ser os únicos produtores de livros, uma vez que é nas universidades onde eruditos, professores e estudantes começam a tratar com artistas especializados na produção e comércio das obras.

À sombra das universidades cresce um povo de copistas – são muitas vezes estudantes pobres que ganham assim sua subsistência – e de livreiros (*stationarii*). Indispensáveis à oficina universitária, impõe a sua administração como operários de pleno direito. Obtém o benefício de privilégios dos universitários, são abrangidos pela jurisdição da universidade. Engrossam os efectivos da corporação, alargam-se às margens dos artesãos auxiliares. (LE GOFF, 1984, p. 90-91).

Ainda na Idade Média, os livros também eram vistos como objetos de grande valor e, em razão disso, seu acesso era apenas para uma pequena parte da população (nobreza e clero). Além disso, existiam muitos livros considerados impróprios pela Igreja, fazendo com que o acesso a eles ficasse ainda mais restrito. Nesse sentido, Diana (2020) comenta que a maioria das pessoas da época não sabia ler ou escrever, desta forma dificultando ainda mais a disseminação do conhecimento registrado nos livros e armazenados nas bibliotecas a “sete chaves”.

Já no final da Idade Média, início do Renascimento, o alargamento das relações com o mundo oriental e o acesso às novidades advindas da China trouxeram novas descobertas e muitas mudanças para a produção de livros, como, por exemplo, a utilização do papel, conforme lembrado por Santiago (2016), uma invenção de origem chinesa, a qual era barata, farta e de fácil utilização. O papel passa então a substituir o pergaminho devido aos custos menores e à simplicidade de manufatura.

Destaca-se que a trajetória do livro continuou com o aparecimento de margens e páginas em branco, com a pontuação no texto, bem como com o uso de letras maiúsculas. Além disso, apareceram índices, sumários e resumos, e, na categoria de gêneros, além do didático, surgiram os florilégios (coletâneas de vários autores), os textos auxiliares e os textos eróticos. Gradativamente, apareceram livros em língua vernácula, terminando com o monopólio do latim na literatura (KATZENSTEIN, 1986).

Todavia, a invenção mais importante que marcou a evolução do livro e sua trajetória, desde a Antiguidade até a Modernidade, foi a invenção da imprensa, que compreendia a impressão do conteúdo em blocos de madeira em cada página do livro, sendo que estes eram mergulhados na tinta e o conteúdo transferido para o papel, produzindo várias cópias. Em 1405, surgiu, na China, a máquina impressora de tipos móveis, desenvolvida por Pi Sheng, porém, a tecnologia que promoveu uma revolução cultural moderna foi desenvolvida por Johannes Gutenberg. Sendo assim, um acontecimento importante, que ocorreu no fim da Idade Média, foi o surgimento da imprensa (máquina de impressão tipográfica), em 1455, através de Johannes

Gutenberg que criou a prensa com tipos móveis reutilizáveis e, desta forma, o livro popularizou-se definitivamente, tornando-se mais acessível devido à redução dos custos e da produção em série.

A prensa de Gutenberg consistia num suporte fixo com uma parte superior móvel em forma de parafuso. Para imprimir cada página, montavam-se os caracteres letra a letra para formar as linhas do texto. Os tipos móveis eram placas de metal nas quais se passava tinta para fazer a impressão no papel. Para imprimir, a prensa era movimentada por uma barra que movia a rosca e o prelo (LINARDI, 2011). De acordo com Sousa (2020, p. 1), “essa máquina permitia que o processo de fabricação dos livros fosse dinamizado”.

Reforçando, Robredo (2011) comenta que, com a invenção da imprensa por Gutenberg, surgiu um novo modelo que marcou o caminho do livro escrito para o livro impresso e que, mesmo com o avanço das novas tecnologias que possibilitaram a criação dos livros eletrônicos, o livro impresso resiste até hoje.

Com a imprensa, novos padrões foram estabelecidos. Os tipógrafos em geral imprimiam a língua da região comercial em que o livro seria vendido. Isso era feito para ele ser entendido pelo maior número de clientes potenciais – ou seja, para aumentar o lucro. (FISCHER, 2009, p. 248).

Hallewell (2005, p. 50) aponta este novo momento do livro como a “organização comercial da impressão” e não verdadeiramente como uma invenção tecnológica. De maneira semelhante, Belo (2008, p. 44) acrescenta que “além de ser um meio de divulgação de textos e imagens”, a imprensa apresenta “uma mercadoria com a qual se envolvem novas categorias de atores sociais”. Na ideia das práticas culturais, a tipografia de tipos móveis, de acordo com Leipnitz (2017, p. 25), “coroa uma longa evolução, engajada por uma mudança interior nas práticas de leitura e manifesta no aumento constante das demandas em relação às estruturas de produção dos livros manuscritos”.

Importante dizer que mudanças trazidas pela invenção da imprensa, em uma época turbulenta de acesso à informação, podem multiplicar o acesso ao conhecimento, pois a inovação técnica quebra, desta forma, paradigmas em várias cadeias sucessivas (BURKE, 2002). De outra forma, pode-se dizer que, com a difusão do papel e a agilidade da prensa com os novos tipos móveis, os livros se propagaram

entre as pessoas, a educação deu início a um processo, tornando-se popular e acessível e a imprensa começou a surgir.

Para completarmos sua trajetória, chegamos finalmente no final do século XX e início do século XXI, quando, diante do desenvolvimento da ciência, associado à evolução da tecnologia da informação, surgem os livros eletrônicos ou e-books, que, para vários autores, são considerados como um marco na trajetória do livro, uma revolução informacional.

O e-book surgiu no final do século XX, datando de 1971, quando a Declaração de Independência dos Estados Unidos foi digitalizada. Nesse período, teve início o Projeto Gutenberg, que é considerado a biblioteca virtual mais antiga do mundo. Hoje, o projeto disponibiliza cerca de 20 mil textos gratuitos e 100 mil livros, em vários idiomas, sendo que as únicas duas línguas em que o site está disponível são o inglês e português. (INATOMI; NASCIMENTO, 2011, p. 21-22).

O livro eletrônico modificou e ainda vem modificando a sociedade em sua forma de pensar, em sua forma de ler e na forma de como nós bibliotecários prestamos nossos serviços, isto é, o livro eletrônico traz um novo contexto, uma nova realidade, tanto para o livro e o leitor quanto para os profissionais da área da informação. É como se emergisse uma esperança de popularização da leitura devido ao seu potencial de distribuição rápida e mais barata de conteúdos. Cabe dizer que todas essas modificações vêm afetando principalmente nossos hábitos de leitura e escrita. Atualmente, é mais usual escrevermos e fazermos rascunhos no computador do que no papel.

O livro eletrônico proporciona novas possibilidades por ser mais flexível e aberto a modificações. Sendo assim, a relação do ser humano com o livro físico, com a leitura e com a tecnologia passará a ser cada vez mais modificada, já que muitas mudanças estão surgindo (CHARTIER, 1999).

Um fator importante que justifica a presença do suporte digital do livro é a proteção ao meio ambiente, já que o desmatamento para produção do papel e impressão de livros se tornou desnecessário, de certa forma, com o surgimento das tecnologias, visto que um livro com centenas de páginas pode ser trocado por folhas digitais. Outro fator que justifica é relacionado ao armazenamento de livros físicos, pois o mesmo é muito mais complicado do que apenas ler um arquivo e salvar na

nuvem ou no próprio computador, já que exige mais espaço físico nas bibliotecas, espaço este que não possuímos na grande maioria delas.

A era dos livros eletrônicos também trouxe a acessibilidade para o ambiente da leitura, visto que, além dos livros digitais possibilitarem mais acesso para a comunidade geral, também trouxeram acessibilidade para as pessoas com necessidades visuais através dos audiolivros. Vale ressaltar que a acessibilidade na leitura já havia sido considerada, no século XIX, quando Louis Braille criou o sistema de leitura tátil, para pessoas com necessidades visuais.

Para finalizar, a fim de agregar informações sucintas sobre o processo evolutivo do livro, tem-se, no quadro 6, um resumo com as principais características que se sobressaíram na História do Livro.

QUADRO 6 – Resumo do Processo Evolutivo do Livro

Idade Antiga	- Surgimento da escrita - Tabuletas de argila ou pedra, papiros (volumen) - Pergaminho (códex)
Idade Média	- Substituição do pergaminho pelo papel
Idade Moderna	- Imprensa de tipos móveis (produção em massa) - Livro de bolso
Idade contemporânea	- informação não-linear (hipertexto); - indústria editorial; - novos tipos de registros (sonoros, fotográficos, e filmográficos); - e-books (livros eletrônicos).

Fonte: Inatomi e Nascimento (2011)

De acordo com o quadro 6, podemos verificar que a trajetória do livro percorreu diversas etapas com características próprias até chegarmos no livro no formato e nos suportes que conhecemos hoje. Todavia, pode-se dizer que o mercado editorial pode determinar muitas regras e mudar o suporte dos livros várias vezes, porém, no final das contas, quem decide o futuro dos livros é o leitor.

2.1.1 O Livro no Brasil

A trajetória do livro no Brasil começou no período colonial pelos portugueses e, sobretudo, pelos jesuítas, os quais cooperaram com a catequização indígena e com a introdução da educação formal no país. Essa trajetória descreve a evolução dos processos de editoração e de aquisição do livro no país, compreendendo o início da atividade editorial, durante a colonização, até o mercado editorial atual. Demonstraremos, a seguir, diferentes tipos de atividades ou ações, que antecederam a Imprensa Régia e que não foram bem sucedidas, uma vez que precisaram por fim em seus prelos.

Em 1747, como comprovação da existência de uma tipografia, foi encontrado um folheto impresso, cuja autoria é atribuída a Luiz Antonio Rosado, e também foi encontrado um volume da tese denominada "Hoc est Conclusiones metaphysicae de ente reali", de autoria do padre Jesuíta Francisco de Faria, e cujo tipógrafo de ambos era Antonio Isidoro da Fonseca, reconhecido tipógrafo de Lisboa que vendeu sua tipografia no país, para vir para o Brasil, pois tivera problemas com a inquisição em Lisboa. Isidoro chamou sua tipografia de segunda oficina, já que possuía a primeira em Portugal. Porém, logo que a informação da existência da tipografia chegou até Lisboa, sucedeu-se a ordem para fechá-la, por não ser oportuno, no momento ter uma tipografia no Brasil, visto que Portugal julgava não haver a necessidade de uma oficina tipográfica para a metrópole, já que a população era majoritariamente analfabeta, e por haver tanto a inexistência de cidades estruturadas quanto a ausência de atividades comerciais e industriais, fora que a implantação de uma tipografia seria capaz de causar ideias revolucionárias na população.

Em decorrência do fechamento de sua tipografia, Isidoro da Fonseca voltou para Portugal, porém, após três anos, voltou para o Brasil e pediu licença para a Corte Real, a fim de instalar novamente sua tipografia no Rio de Janeiro ou em Salvador, comprometendo-se que, de modo algum, imprimiria qualquer coisa sem as devidas licenças civis e eclesiásticas, todavia sua solicitação foi recusada (HALLEWELL, 1985). Essa vigília sobre o que era impresso se esclarece através da imposição do controle político, econômico e até cultural, estipulado pelo governo português nas colônias do Brasil. Ratificando, Hallewell (1985, p. 20) assinala que, no Brasil, "Em tal

contexto, a proibição da impressão surge apenas como mais uma restrição à iniciativa econômica da colônia”.

Conforme a atenção pela Colônia portuguesa aumentava, sob a perspectiva econômica, o isolamento era fator tático. Esta proibição estava pautada na preocupação, por parte da Colônia, na influência dos textos escritos sobre a situação política que vigorava na Europa, visto que a imprensa já se revelava como importante instrumento de mobilização social em movimentos revolucionários (ROSA, 2009). Reforçando, Carvalho (1999, p. 83) afirma que “O ambiente cultural no Brasil refletiu o que se passava no Reino Portugal receava a difusão das ideias iluministas [...] como medida preventiva as idéias liberais proibiu a entrada de livros e o estabelecimento da imprensa”.

Segundo os historiadores Ferreira de Carvalho e Pereira da Costa, a cidade de Recife obteve a primeira impressora do Brasil, cujo tipógrafo é desconhecido, porém, o historiador Serafim Leite conta que a impressora funcionou de 1703 a 1706 e defende que o tipógrafo era o jesuíta Antônio da Costa, no entanto, não há provas da existência de tal impressora (HALLEWELL, 1985). Hallewell (1985, p. 21) também menciona a aparição de um alvará, registrado em 20 de março de 1720, o qual proíbe letras impressas em todo o Brasil, o que, de acordo com o autor, “implica que devia haver alguém, em algum lugar, que precisava ser impedido de imprimir na colônia, naquela época”.

Um fato importante para ressaltar é que, em 1808, os holandeses da região de Pernambuco montaram uma tipografia, porém, quando Portugal ficou sabendo, ela foi confiscada (ROMANCINI, 2007). Vale lembrar, ainda, que, segundo alguns historiadores, havia mais suspeitos de tentar implementar a imprensa no Brasil antes de 1808, todavia, Hallewell (1985) assegura existirem provas apenas de que Antônio Isidoro da Fonseca publicou impressos no Brasil.

A interdição de Portugal para que as impressões não pudessem ser realizadas no Brasil foi o motivo que fez com que todos os originais brasileiros fossem publicados na Europa ou então continuassem na forma de manuscritos. Somente com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil a tipografia deu entrada no país, pois Portugal percebeu a necessidade de uma tipografia para fins administrativos e, em 1808, Dom João oficializou a instalação de uma casa impressora destinada a publicar os papéis oficiais do governo e todas e quaisquer outras obras. Sendo assim, o próprio

D. João VI assinou a carta régia, a qual permitia que fossem realizadas impressões no Brasil através do uso de prensas móveis, as quais foram importadas da Inglaterra, por meio de Lisboa. Então, em 13 de maio de 1808, a Imprensa Régia foi inaugurada e manteve o monopólio da impressão no Rio de Janeiro, até 1822 (LEIPNITZ, 2017).

Significativo lembrar que estas mesmas prensas são aquelas que os governantes vinham esforçando-se para não deixar entrar no Brasil, pois acreditavam que elas poderiam trazer má influência de leitura (HAAG, 2005). Junto com a imprensa régia, surgiram também os grupos censores, os quais supervisionavam tudo que era publicado pela imprensa, uma vez que existiam assuntos os quais não era permitida publicação.

Quando se instalou a Imprensa Régia, que no começo era dirigida por uma junta administrativa, foi montado também um aparato de controle da informação que durou até a independência. O trabalho era feito diariamente por um grupo de censores reais que vigiavam tudo que era publicado. (GONTIJO, 2001, p. 187).

Para a criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, D. João dividiu os seus responsáveis em administrativos e censores. Os administrativos eram: José Bernardo de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, os censores composto por: Antônio Arrábida, Luís José de Carvalho e Melo, padre João Manzoni e José da Silva Lisboa, os quais eram subordinados ao Desembargo do Paço. Vale dizer que nada contra a religião, ao governo, ou a moral poderia ser impresso (FARIAS *et al.*, 2012).

Significativo lembrar que quando a família real mudou-se para o Brasil trouxe consigo 60 mil volumes da Biblioteca Real. Para que estes volumes fossem armazenados adequadamente, Dom João VI e seus ministros fundaram, em 1810, na nova capital, Rio de Janeiro, a Biblioteca Real, atualmente conhecida como Biblioteca Nacional, fato que teve como resultado um aumento no número de livrarias existentes na cidade, de duas, existentes em 1808 (as de Paulo Martim e Manuel Jorge da Silva), para cinco em 1809 (além das anteriores, somaram-se a de Francisco Luiz Saturnino da Veiga, Manuel Mandillo — que, após 1814, associou-se a José Norges de Pinho — e João Roberto Bourgeois); sete em 1812 (além das anteriores, Manuel Joaquim da Silva Porto — que em 1815 associou-se a Pedro Antônio de Campos Bellos — e José Antônio da Silva); doze em 1816 (além das anteriores, Fernando José Pinheiro,

Jerônimo Gonçalves Guimarães, Francisco José Nicolau Mandillo, João Batista dos Santos); e, em 1818, mais três (Antônio Joaquim da Silva Garcez, João Lopes de Oliveira Guimarães e Manuel Monteiro Trindade Coelho) (HALLEWELL, 1985).

Em 1809, Silva Serva foi para a Europa comprar material tipográfico, pois percebeu grandes oportunidades de negócios nas atividades tipográficas e, depois de tudo pronto, redigiu uma petição ao Conde dos Arcos, governador da Bahia, solicitando autorização para instalar uma tipografia, passo fundamental para a futura impressão de uma gazeta (SILVA, 2005). Nesse cenário sócio-político-cultural, Serva publicou, em 1818, a primeira impressão produzida pela iniciativa privada propagada no país, designada de Idade D'Ouro do Brasil.

Todavia, de acordo com Hallewell (1985), a nova constituição portuguesa, aprovada em 15-16 de fevereiro de 1821, eliminou a censura prévia, e desta forma fez com que surgisse, no Brasil, uma enxurrada de publicações sobre política. Destaca-se que foi aí que o monopólio da impressão pela imprensa do governo foi abolido, já que, em 1821, foi autorizada a instalação da “Nova Officina Typographica”, de domínio particular, seguida pela “Typographia de Moreira e Garcez”, no Rio de Janeiro.

Diante das grandes mudanças na vida intelectual que aconteceram na cidade, Hallewell (1985) considera surpreendente o crescimento lento das livrarias do Rio de Janeiro, visto que era considerada uma importante cidade do comércio livreiro. Deste modo, presumiu então que tal fato ocorreu devido à força da censura que permanecia presente na época.

De acordo com Feres (2019, p. 5), “diferentemente da Europa, a indústria editorial brasileira não surgiu a partir das universidades, nem tão pouco foi uma tradição destas instituições possuírem suas próprias editoras”, competindo, então, à iniciativa privada realizar tal atividade, no final do século XIX e início do século XX. Desta forma, pode-se dizer que, apenas no final do século XIX, a prática editorial é revigorada com a chegada da Livraria Catilina, a qual, apesar de ter começado suas atividades como varejista, realizou também a atividade de editora, publicando obras literárias importantes. De acordo com Toutain, Lima e Ribeiro (2016, p. 14), “Em 1841 o livro deixa de ser manufaturado e passa a ser industrializado, terminando então o período áureo da Imprensa Real, no Rio de Janeiro”.

O Brasil era apontado como um mercado promissor, de acordo com Dutra (2010, p. 70), “além de estratégico na distribuição de obras em espanhol para América Latina e para atender a demanda existente, casas editoriais em Londres e Paris desenvolviam uma considerável produção da língua portuguesa na época”.

Uma vez criado, o comércio editorial de livros de Paris em língua portuguesa iria percorrer uma longa história e, quando deixou de ser importante como atividade editorial propriamente dita, continuou a sê-lo como atividade gráfica até 1930. (HALLEWELL, 2005, p. 109).

No final do século XIX, começam a aparecer as edições mais populares, aquelas de custo mais reduzido. Importante dizer que tais edições deixam evidente a mudança ocorrida na trajetória do livro, visto que, a partir de então, de acordo com El Far (2010, p. 99), o livro deixou de estar “atrelado ao saber erudito ou ao aprendizado escolar, passando a ser visto também como entretenimento”.

Mazzini (2010, p. 108) comenta que, neste período, também foi estimulado o “desenvolvimento da indústria gráfica em geral”, como rótulos, embalagens, propagandas, cartões-postais etc. Deste modo, a indústria gráfica foi elemento importante para a produção de livros no país.

Já no século XX, a trajetória do livro começa a ganhar forças e este século é marcado como a emancipação cultural do Brasil. O ano de 1930, de acordo com Rosa (2009, p. 14), “foi marcado por uma série de fatos políticos decorrentes de mudanças na economia do país, estimulado pelo setor industrial brasileiro, voltado para o desenvolvimento nacional, em detrimento ao modelo baseado nas importações”.

Outro marco para a trajetória dos livros foi a era do governo Vargas, visto que, após vencer a Revolução de 30, Getúlio Vargas tomou posse do governo brasileiro e instituiu o Ministério da Educação e Saúde, efetuou reformas no ensino superior e no ensino secundário, a fim de organizar o sistema educacional brasileiro. Entretanto, em 1942, foi necessário realizar outra reforma no sistema educacional brasileiro, já que os integrantes do governo Vargas não demonstraram interesse no desenvolvimento do ensino superior, não eram adeptos às reformas inseridas pelo grupo da Escola Nova, o que fez com que o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, realizasse a reforma do sistema educacional brasileiro conhecida como “Reforma Capanema”, instituindo a ditadura conhecida como “Estado Novo” (ROSA, 2009).

Durante esta reforma as editoras sofreram com as transformações do mercado editorial exigidas pelo governo. Foi estipulado um prazo de apenas quatro meses para que elas fizessem os ajustamentos dos seus títulos às novas normas voltadas para os princípios estabelecidos pela reforma (ROSA, 2009). Publicar a partir de critérios de qualidade e, ao mesmo tempo, fazer essa produção circular continua sendo o grande desafio para as editoras, e claro no cenário atual em que estamos vivendo, mais desafios estão surgindo tanto para os livros quanto para as editoras.

A fim de encerrar a trajetória do livro, no Brasil, é inestimável falar sobre o legado que o escritor e editor pré-moderno Monteiro Lobato deixou na história, já que o mesmo foi o responsável pela maior divulgação dos livros no país. Através de uma decisão que modificou o mercado editorial brasileiro, ele imprimiu, por conta própria, nas oficinas do jornal “O Estado de S. Paulo”, seu livro *Urupês*, e ao constatar que, na época, o Brasil possuía cerca de 30 livrarias hábeis para receber e vender livros, ele então escreveu para todos os agentes postais do Brasil (1300 ao todo), requerendo os nomes e endereços de bancas de jornais, papelarias, armazéns e farmácias que poderiam ter interesse em vender livros. Responderam aos postais cerca de 100% dos agentes, promovendo, assim, uma rede de aproximadamente dois mil distribuidores de todo país. Lobato começou a publicar obras de seus amigos e de escritores iniciantes (ZOLLER, 2018).

Monteiro Lobato também fez a diferença no mercado editorial dos livros ao comprar a *Revista do Brasil*, na qual passou a dar espaço para novos talentos, transformando-se, dessa forma, em um intelectual comprometido na causa do nacionalismo. De acordo com a biografia de Monteiro Lobato disponível no site da Globo.com (2015), Lobato também foi pioneiro de alguns conceitos muito interessantes no campo editorial, ele começou a tratar os livros como objetos de consumo, com capas coloridas e atrativas, pode-se dizer que transformou os livros na época em uma produção gráfica imaculável. Elaborou também uma política de distribuição, uma grande e importante inovação na época: vendedores autônomos e distribuidores espalhados por todo o país.

2.2 Obras raras e históricas

O conceito de obras raras relacionado aos livros é algo muito abrangente, visto que um livro pode ser considerado raro por diversos motivos ou características. Ele pode ser raro por beleza tipográfica, limite histórico, encadernação, unicidade ou valor comercial, mas, também, pela capacidade de informação ou procura. De acordo com Toutain, Lima e Ribeiro (2016, p. 381), “Eles podem inclusive carregar significados que os retiram da categoria de livros comuns para as de raridades bibliográficas, adquirindo os símbolos de poder, de status, de riqueza”.

[...] aquele livro das folhas amarelas, não necessariamente, pode ser uma obra rara. Nem toda obra antiga é considerada rara, mas a antiguidade é um dos fatores relevantes. Também devem ser analisados o conteúdo, a importância do autor e a dificuldade em encontrá-la (raridade). Os detalhes técnicos bibliográficos como a edição, a quantidade de impressões da tiragem, o tipo de papel utilizado, autógrafo ou algum outro detalhe que demonstre a quem pertenceu dão à obra sua preciosidade tanto na forma quanto no conteúdo. (FREITAS, 2018, p. 29).

De maneira semelhante, pode-se dizer que, em todo o patrimônio bibliográfico disponível em uma biblioteca, sempre existem materiais com mais relevância que outros. Este fato ocorre devido aos valores históricos, sociais e culturais que determinado material possui perante a comunidade que representa. Por isso, algumas obras catalogadas e armazenadas nos acervos de bibliotecas são consideradas raras e outras não.

Existem circunstâncias muito evidentes em que não há como contestar a concessão de raridade a um livro, devido a uma consonância entre os profissionais da área, perante os fatos ou atributos considerados para determinado material. Porém, a problemática surge quando surgem aqueles materiais, cujos atributos são menos óbvios para os profissionais que lidam com a gestão de coleções raras, como, por exemplo, aquelas obras que são consideradas raras pelo interesse específico e de cada instituição e não, necessariamente, por atenderem a uma lista de critérios, fato que nos leva a considerar aquela obra de caráter histórico e não raro, denominando-se assim como obra histórica ou especial, sendo que a nomenclatura dependerá das políticas de desenvolvimentos de coleções que cada instituição possui.

De acordo com Freitas (2018), um livro considerado raro deve ser separado dos “livros comuns”, quando levamos em consideração seu valor histórico e cultural, junto a determinada área do conhecimento, uma sociedade, uma nação ou para a humanidade em geral.

Neste contexto, vale falar que o valor cultural de um livro nem sempre está relacionado com a data de publicação do mesmo, visto que muitos autores contemporâneos, de acordo com Freitas (2018, p. 28), “se consagraram por suas ideias e modificaram as áreas do saber, tornando suas obras relevantes para a sociedade”, ou seja, o valor cultural de um livro está relacionado com pensamentos de determinada época, com os valores da sociedade naquele momento.

As características ou atributos que transformam um livro de “comum” para raro estão além da importância de seu conteúdo textual, ultrapassando a noção de livro como suporte de informação, tornando-se um objeto informacional, isto é, as obras raras demonstram, em seus mínimos detalhes, a identidade cultural de seus criadores (CORTES, 2016). Ainda, vale dizer que:

O livro raro testemunha a evolução do pensamento científico social e cultural dos povos e graças ao conteúdo intelectual de obras raras e especiais, o homem traz a lume a origem do conhecimento de muitas teorias do saber contemporâneo. Esse fato chancela a sua importância enquanto fonte de informação e fornece subsídios para novas teorias contribuindo com isso para a evolução do pensamento humano. (CORTES, 2016, p. 43)

Partindo das assertivas expostas, começamos a pensar: Mas, afinal, o que é livro raro? Quais critérios devemos utilizar para considerar uma obra rara? Por que uma obra é considerada histórica e não rara? Essas e outras perguntas serão respondidas a seguir, são questões um pouco complexas para serem respondidas, já que envolvem fatores e contextos subjetivos os quais podem determinar o significado de tais conceitos. Em concordância, Pinheiro (2001, p.1) diz que “culturais - originais e acrescentadas”.

Especificamente sobre livro raro, de acordo com Rodrigues (2006), pode-se dizer que :

Livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do

conhecimento (física, biologia, matemática e outras). Enfim, os elementos qualificadores envolvidos são diversos. (RODRIGUES, 2006, p. 115)

De maneira semelhante, Batista (2012) comenta sobre as obras raras:

A palavra 'raro' significa também algo valioso e precioso; a partir dessa conceituação, pode-se dizer que uma obra rara seria então qualquer publicação incomum, difícil de achar, e com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado, possuidor de características especiais quanto a sua forma, materiais utilizados, qualidade estética e também quanto ao seu conteúdo. (BATISTA, 2012, p. 22)

Os livros raros são aqueles que possuem características especiais que os diferenciam dos livros comuns, seja pela forma ou pelo conteúdo que apresentam. Tais elementos intrínsecos e extrínsecos valorizam a obra, pelo seu carácter cultural, artístico, monetário e histórico que carregam. Ainda, conforme Rodrigues (2006), o livro raro pode ser considerado como uma testemunha da evolução do pensamento científico social e cultural de uma sociedade, devido ao conteúdo intelectual expresso nestas obras, sendo elas raras ou históricas, o homem traz a lume a origem do saber de muitas teorias do conhecimento contemporâneo.

Muitas vezes, as obras raras, trazem a origem de um determinado tema atual, chancelando a sua importância como referência histórica para os demais autores que a sucederam no tempo. Soma-se a isso, a originalidade quanto a produção da obra, que por ser de outro período traz as características de seu tempo, e por isso os bibliotecários preocupam-se com a data de publicação. (CORTES, 2016, p. 45)

Ressalta-se que identificar a raridade de uma obra não é tarefa fácil, e até mesmo entre profissionais da área, que acabam tendo divergência quanto ao estabelecimento da raridade de uma obra, fato este que poderia ser sanado caso existisse uma política nacional a ser seguida.

Da mesma forma, Cortes (2016) comenta sobre a dificuldade de identificarmos quando uma obra é considerada rara:

Diversas características conferem raridade à uma obra, nem sempre simples de se identificar uma vez que tanto a aspectos materiais quanto bibliográficos conferem preciosidade e valor a uma obra, na sua forma e conteúdo. Por exemplo, o tipo de encadernação utilizado, o tipo de

suporte em que foi impressa, o autor que escreveu, as ilustrações que possui, o tipógrafo que realizou, a dificuldade em encontrá-la, entre tantos outros detalhes que a tornam preciosa. (CORTES, 2016, p. 44).

Fortalecendo, Santos (2015, p. 34) comenta que “O livro raro é aquele fora de circulação, que possui um valor agregado relativo, o qual depende da história da palavra escrita impressa entre diferentes culturas”. De uma forma simplificada e com base nos autores, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de ser encontrado por ser muito antigo, ou por ser um exemplar manuscrito, ou ainda por ter sido de uma personalidade importante de determinada época, ou ser um material notoriamente significativo para determinada área do conhecimento. São livros que foram censurados e recolhidos, são valorizadas pelo requinte das ilustrações e de outros detalhes gráficos, são especiais para seu proprietário e são difíceis de localizar no mercado livreiro ou em bibliotecas, ou seja, é aquele material cuja denominação é baseada na atribuição de valores relacionados a sua materialidade ou conteúdo. Em síntese, os livros raros são aqueles que possuem características ou atributos especiais que os diferenciam dos livros ditos “comuns”, uma vez que os elementos qualificadores envolvidos são diversos (RODRIGUES, 2006). Fica evidente, assim, a necessidade de estruturar uma metodologia para justificar os critérios adotados na gestão destas obras dentro de uma coleção.

Respondendo a pergunta de por que uma obra é considerada histórica e não rara, e já aproveitando para esclarecer que, no decorrer da dissertação, não haverá mais conceituação sobre obras históricas, visto que basta dizer que uma obra é considerada histórica quando ela possui valores históricos em seu conteúdo e de importância para a comunidade à qual pertence, porém não se enquadra nos critérios utilizados pelos bibliotecários e profissionais da informação, para ser considerada rara. Construir e desenvolver uma coleção de obras raras em uma biblioteca universitária é um processo árduo para um bibliotecário, visto que é necessário muito estudo, paciência e esforço, já que, na grande maioria das bibliotecas universitárias, os bibliotecários dividem suas tarefas com poucos profissionais.

Cade dizer ainda que, para o profissional bibliotecário formar e desenvolver uma coleção de obras raras, necessita de cuidados e políticas especiais para gestão, preservação e desenvolvimento desta coleção, pois, caso não se tenham critérios específicos, corre-se o risco de desenvolvermos uma coleção a qual não passará de

um amontoado de livros salvaguardados pelo mero acaso, o que infelizmente não é difícil de acontecer em muitas bibliotecas.

Até o presente momento, não existe uma política nacional norteadora para que os bibliotecários possam utilizar como instrumento na tomada de decisões para identificação e avaliação de acervos raros. Cada instituição é responsável por elaborar seus próprios critérios, que, na maioria das vezes, são baseados nas políticas adotadas por outras instituições e na definição de raridade adotadas pela Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/Brasil).

Inexiste uma política norteadora da área de raridade bibliográfica que padronize o tratamento dispensado ao livro raro, havendo inclusive divergências sobre a própria determinação de raridade. Diferentes instituições adotam procedimentos diversos no tratamento dos mesmos livros, revelando não apenas a divergência que há na área, como também a ausência de diálogo eficaz entre os envolvidos na mesma. Infelizmente, além de confundir o leitor leigo, tais disparidades prejudicam a atuação dos próprios profissionais (CARTERI, 2005, p. 33)

Porém, vale destacar que existem padrões internacionais de definição do que merece ser considerado uma raridade bibliográfica e um dos critérios adotados por estes padrões é que todos os livros publicados de forma artesanal devem ser considerados raros. Desta forma, utilizar a data de publicação como um critério de definição está baseado em um fato historicamente dado e não numa questão cronológica. Sendo assim, "Cada instituição que mantém acervo de obras raras precisa criar uma política própria para a definição das características particulares que os livros devem possuir para que sejam considerados raros" (SANT'ANA, 2001, p.8).

Rodrigues (2007, p. 28) comenta: "O uso de critérios de raridade bibliográfica justifica-se pelo fato de que tais livros merecem tratamento diferenciado, visto seu valor histórico, cultural, monetário, e mesmo a dificuldade em obter-se exemplares". Desta maneira, torna-se necessária a elaboração de critérios norteadores para gestão e preservação de acervos raros ou históricos, tanto em bibliotecas universitárias quanto para as demais. O estabelecimento de critérios norteadores poderá ajudar bibliotecários no momento em que forem realizar o desenvolvimento das coleções no que tange à seleção e ao descarte (evitando, assim, que possa haver interferências pessoais na seleção dos itens). As bibliotecas universitárias possuem algumas particularidades e estas devem ser levadas em consideração quando tratamos do

patrimônio dessas instituições e sua importância para a disseminação das pesquisas no país.

Considerando que as obras raras e históricas de uma biblioteca universitária podem ser usadas como referência para muitas pesquisas, a fim de construir novas informações, já que informações antigas, transmitidas para um novo engendramento e adicionadas no cotidiano de outra realidade, servem de base para a construção de informações futuras, pode-se dizer então que as informações dos materiais bibliográficos para serem úteis devem estar disponíveis a toda a sociedade de forma organizada, disseminada e preservada (SANTOS, 2015).

Os livros, sejam eles raros ou históricos, devem ser vistos como patrimônio histórico, cultural, literário e intelectual, representativos da memória regional, nacional e mundial, uma vez que eles mantêm a memória do passado, pois retratam a comunidade e os indivíduos em determinados períodos da história. Devemos levar em conta ainda que o patrimônio bibliográfico de uma biblioteca é um elo identificador entre os membros de uma cultura, e seu propósito só é atingido quando ele é amplamente reconhecido, difundido e protegido.

Outro ponto importante a ser considerado no momento em que falamos sobre livros raros, além da definição de raridade bibliográfica, é a prática do colecionismo de livros ou bibliofilia. Sobre o colecionismo, acredita-se estar intrínseco ao ser humano o desejo de possuir coisas, de guardar objetos. Partindo deste argumento, é admissível concluir que um objeto cuja existência seja conhecida, por vezes, será considerado “objeto de desejo” de um indivíduo, haja vista a necessidade humana de possuir, surgindo então as coleções (RODRIGUES, 2011).

O colecionismo é um processo criativo que consiste na busca e posse de objetos de maneira seletiva e apaixonada, em que cada objeto é destacado de seu uso ordinário e concebido como um elemento de um conjunto de objetos dotado de significados a ele atribuídos pelo indivíduo ou pela sociedade em determinado contexto cultural. (COSTA, 2007, p. 20).

Mas, afinal, o que leva os seres humanos a este interesse, essa vontade, essa ânsia, esse desejo de querer guardar coisas, armazenar objetos? Rodrigues (2011, p.1) comenta que uma possível elucidação “seria o fato de que os seres humanos são dotados de um instinto de propriedade. Além do mais, possuir determinadas peças

confere prestígio a quem as possui”. Ou seja, haveria uma apropriação do poder intrínseco à obra, além do interesse em conservar o patrimônio para as futuras gerações, como forma de preservar sua memória.

Corroborando, Leipnitz (2017, p. 55) diz que “Os objetos têm frequentemente um valor associado à posse, à memória, ao ritual social e à exibição [...] Além disso, os objetos podem possuir valor de troca, objetivos e subjetivos”. Desta forma, os livros, como qualquer outro material colecionável, possuem valor simbólico, o qual reproduz a concretização da cultura e do conhecimento, tornando-se também como um objeto que dá suporte às ideias do saber humano, transformando-se em objeto de apreciação.

[...] o livro é a objetificação visível de diversas artes. Como suporte ele carrega a obra literária, a informação científica, a memória de um contexto histórico, a técnica de sua produção (impressão, fontes tipográficas, papel, encadernação etc), e ao ser escolhido para ser colecionado ele mantém em posse de seu colecionador a materialização desses patrimônios. (LEIPNITZ, 2017, p. 61).

Colecionadores de livros raros selecionam suas obras de acordo com as características do livro enquanto objeto, como, por exemplo, belas encadernações, anotações manuscritas, dedicatórias, ex-libris, lindas gravuras, tiragens especiais etc. (RODRIGUES, 2011). Já os bibliotecários ou gestores de obras raras devem selecionar as obras que comporão a coleção de obras raras de uma biblioteca através de critérios/políticas norteadoras desenvolvidas de forma que sejam padronizadas para que todas as bibliotecas que possuam o mesmo objetivo possam ter um instrumento ao qual possam recorrer, mas, claro, não esquecendo que cada uma poderá ter suas peculiaridades.

Vale ressaltar que existem algumas discordâncias entre bibliotecários e colecionadores, quanto à definição de raridade bibliográfica e guarda de livros raros, já que os colecionadores não se embasam na antiguidade da obra para sua caracterização, enquanto os bibliotecários e as bibliotecas utilizam a data como um dos principais critérios de raridade, juntamente com outros critérios de raridade utilizados por outras bibliotecas; todavia, ambos reconhecem o valor histórico de uma obra antiga (BATISTA, 2012).

No contexto dos livros, Murguia (2009, p. 87-88) comenta que o colecionismo “vai além da informação, pois a sua apropriação material está permeada por motivos diversos, que não unicamente a criação do conhecimento”.

Assim, os bibliófilos com o passar do tempo podem vir a ser responsáveis muitas vezes pela preservação da memória cultural, da identidade social, mesmo que parcialmente, de uma sociedade, de uma época e da cultura de um país, pois formam coleções importantes buscando sua completude e primam pela preservação e organização. (LEIPNITZ, 2018, p. 63).

Assim sendo, as bibliotecas, ao realizar a gestão de obras raras, devem priorizar a preservação destas, a fim de garantir a difusão do conhecimento abrangido nestes acervos, buscando tornar acessível esse material para pesquisa e garantir tanto a disseminação quanto a conservação da memória gerada por estes materiais.

3 GESTÃO DE ACERVOS

A preocupação com o livro enquanto patrimônio cultural e excesso de obras no acervo de uma biblioteca universitária e a forma de gerenciá-las recai fortemente sobre o livro raro, uma vez que o mesmo é responsável pela preservação da memória, tanto da região quanto da nação de modo geral, tornando-se necessário então maior interesse e preocupação em relação aos aspectos de gestão e preservação de acervos raros e históricos, tanto para disseminação quanto para armazenamento da informação contida nestas obras, de forma a concentrar-se mais na qualidade delas do que na quantidade das mesmas.

O livro raro, na qualidade de patrimônio cultural, exerce papel de extrema importância na sociedade, pois permite que se caminhe livremente no tempo e no espaço por toda a produção intelectual e cultural acumulada, possibilitando o contato com as mais diversas informações e correntes de pensamento. Sendo assim, torna-se necessária a criação de políticas de gestão norteadoras que possam ajudar bibliotecários e profissionais da informação quanto à gestão de acervos raros e históricos.

Neste contexto, vale dizer que a gestão de acervos tem por objetivo preservar a informação contida nos materiais de uma biblioteca, sem torná-la obsoleta. De forma semelhante, pode-se falar que as obras raras, relacionadas à memória científica e institucional que demonstram a memória através das pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica e científica de um país, representam uma referência à identidade da comunidade à qual se destinam, tornando-se como uma fonte histórica de sentidos permanentes.

A sociedade da informação e do conhecimento, por meio das tecnologias de informação e de comunicação, revolucionou o universo das bibliotecas e de seus serviços. Como exemplo pode-se considerar o desenvolvimento de coleções das bibliotecas que, atualmente, são mais focadas na qualidade dos itens que compõem o acervo do que na quantidade dos mesmos. (SOUZA; OLIVEIRA; ROSÁRIO, 2016, p. 80).

De forma semelhante, justificando a prerrogativa anterior, Marques e Karpinski (2012) afirmam que as bibliotecas universitárias necessitam realizar a gestão de seus

acervos, de forma que consigam gerenciar estrategicamente a informação armazenada nos mesmos e, para isso acontecer, primeiramente, devem tratá-la dissemelhantemente de outros bens que possuem, uma vez que sua função estratégica aumenta na mesma proporção em que for acessada.

Destaca-se que as bibliotecas universitárias não devem pensar apenas nas informações recentes, na hora de desenvolver suas coleções, uma vez que a inovação também acontece através do uso de informações geradas no passado. A memória gerada nas instituições através destas coleções tem sido tratada sob diferentes enfoques em diversas áreas do conhecimento (MOLINA; VALENTIM, 2011).

Assim sendo, para falarmos de gestão de acervos, torna-se necessário falar brevemente em desenvolvimento de coleções, já que a gestão de acervos em uma biblioteca universitária, diga-se de passagem, uma das tarefas mais importantes do fazer bibliotecário, está diretamente relacionada com a formação e desenvolvimento de coleções.

A atividade de formar e desenvolver coleções sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas, visto ser uma atividade que visa a desenvolver uma política que tem por objetivo potencializar o crescimento do acervo de forma equilibrada e racional, estipulando prioridades e critérios na aquisição, seleção e descarte do material. O desenvolvimento de coleções deve estar presente nas coleções de obras raras, já que esta coleção também necessita se desenvolver de forma a não se tornar um mero aglomerado de livros velhos e antigos empoeirados guardado nas prateleiras de uma biblioteca, mas que sejam obras de valor histórico, cultural e intelectual, servindo de elo entre a memória e a história de determinada área do conhecimento (RODRIGUES, 2014).

É importante explicar que formar e desenvolver coleções de obras raras ou gerais que comporão o acervo de uma biblioteca vai além de selecionar e adquirir obras, pois é um processo periódico e ininterrupto; é uma atividade que exige critérios que possam determinar a contribuição potencial de cada material da coleção. (VERGUEIRO, 1989). Desta maneira, torna-se necessário que uma biblioteca possua pessoal preparado para identificar tais critérios nas obras de uma coleção, assim como desenvolver políticas de gestão e preservação, para que os usuários potenciais saibam onde encontrá-las, como acessá-las e como utilizá-las, de forma que a informação não fique “trancada” dentro de um livro.

Significativo dizer ainda que o acervo de uma biblioteca universitária deve estar de acordo com as necessidades de ensino da graduação, pós-graduação, programas e projetos de pesquisa e extensão da universidade. Para isso acontecer, é necessário que seja realizada a gestão da coleção de forma adequada, tanto para a seleção e aquisição quanto para a conservação preventiva visando à preservação das coleções.

A atividade de desenvolvimento de coleções deve ser constituída por um estudo da comunidade a ser atendida, políticas de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbastamento (VERGUEIRO, 1989). Porém, a literatura ainda sugere a inserção de outros itens nesta atividade, sendo eles: armazenamento, conservação, preservação, compartilhamento de recursos informacionais, direitos autorais, liberdade intelectual, entre outros aspectos. Lamentavelmente, é muito comum encontrarmos, tanto em instituições públicas como privadas, o acúmulo desordenado de livros, que foram “armazenados e conservados”, sem a adoção de políticas adequadas.

As bibliotecas universitárias contam a vida da comunidade científica, cultural e intelectual, além de retratar a memória destas através de seus acervos raros ou históricos, possibilitando o resgate da história de uma sociedade por meio de estudos, pesquisas e atividades extensionistas desenvolvidas por elas, gerando resultado direto para a comunidade. A gestão de acervos ocupa-se de todo o ciclo de vida dos materiais, desde sua concepção até o seu final, seja na guarda permanente, sendo consideradas obras raras e/ou históricas, ou no descarte definitivo do material. Salienta-se que o descarte refere-se à retirada do material do acervo corrente de determinada biblioteca, podendo o mesmo ser doado para outra instituição ou pensando em sustentabilidade ambiental e social; assim, é recomendado que sejam desenvolvidas ações de reciclagem para reaproveitamento dos livros que são impossíveis de ser reutilizados.

Destaca-se ainda que a gestão dos acervos deve estar integrada ao planejamento de uma biblioteca, visto que, além de determinar os materiais que comporão o mesmo, também determinará seu crescimento. A informação é um recurso importante para a organização e pode ser utilizada como instrumento de gestão. De acordo com Padilha (2014), três elementos estão inter-relacionados com a gestão de acervo: o seu registro; a sua preservação e o seu acesso controlado, podendo ser considerada como a salvaguarda das coleções, o cuidado com o bem-

estar físico, além do cuidado com sua segurança a longo prazo e o acesso público ao seu conteúdo.

Vale lembrar que a gestão de um acervo deve ocorrer de forma processual, abrangendo metodologias que reconheçam as necessidades de informação dos usuários e as necessidades informacionais institucionais. Para tal, cabe dizer que a gestão eficaz de um acervo de uma biblioteca está diretamente ligada às filosofias administrativas de cada instituição, as quais devem ser conhecidas e adaptadas a cada realidade, já que, apesar de todas as bibliotecas universitárias terem suas semelhanças, as mesmas possuem realidades diferentes e, conseqüentemente, as metodologias aplicadas para gerir seus acervos podem ocorrer de forma dissemelhante.

Percebe-se, por meio das definições, que a gestão de acervos compreende vários processos ou metodologias e, conseqüentemente, diversas atividades devem ser realizadas para a eficácia da gestão e desenvolvimento eficiente de um acervo. Para se obter êxito na gestão de acervos, é preciso que a instituição compreenda que os livros são como um recurso estratégico de uma biblioteca e o treinamento adequado de seus gestores pode facilitar o acesso aos materiais, além de promover seu uso e suas informações. Desenvolver uma política de gestão de acervos para uma biblioteca é o mesmo que determinar critérios, práticas, processos e detalhes de manutenção, conservação e preservação das coleções. Uma boa política deve estabelecer objetivos e procedimentos para a realização de atividades que visem a desenvolver o acervo, servindo como um manual ou um conjunto de instruções para se realizar o desenvolvimento do acervo.

Nesse contexto, torna-se relevante comentar que uma biblioteca não se reduz a um depósito de papel, uma vez que atua como transmissora da informação, disseminadora do conhecimento e multiplicadora do saber humano. De forma semelhante, Lino, Hannesch e Azevedo (2007, p. 66) comentam que “o maior objetivo de uma biblioteca é o de informar e socializar o saber e, portanto, o seu acervo existe para ser utilizado” e, para que isso seja possível, é necessário que cada biblioteca elabore uma política de gestão, de forma a promover o desenvolvimento do acervo e atender aos objetivos da instituição à qual a biblioteca pertence. Elaborar e aplicar políticas de gestão de acervos é, portanto, uma atividade técnica comprometida com a estruturação de determinada área sob o enfoque institucional em relação aos

interesses de quem mantém a biblioteca. Uma política dessa natureza deve contemplar os objetivos da instituição e as necessidades da sua comunidade, corrigindo assim as fragilidades ou precariedades existentes.

4 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS

Preservar o patrimônio cultural é uma preocupação antiga das sociedades de todo o mundo, já que é através deste patrimônio que podemos disseminar e salvaguardar nossas histórias e nossas memórias, sejam estes patrimônios materiais ou imateriais, ou seja, não se trata apenas de um interesse pelas antiguidades, mas, de certa forma, pode-se dizer que todo patrimônio cultural serve como testemunho “autêntico do passado”.

Todavia, a partir do século XVIII, a compreensão de patrimônio foi fortalecida, integrando as noções de preservação, conservação e restauração paralelamente uma à outra. Essas noções, conexas com as ideias do Iluminismo, mostravam-se contra o vandalismo, que se propagou na França e na Grã-Bretanha, em um período de conflitos sociais e políticos (TOUTAIN; LIMA; RIBEIRO, 2016). Corroborando Lizz (2011, p. 368) diz que “o século XVIII, à luz da filosofia iluminista, pôde consolidar os avanços relativos à cultura material, sobretudo os que se referem às noções de colecionismo e patrimônio”. Com o passar dos tempos, a noção de patrimônio cultural obtém um novo e amplo significado, o qual reporta à herança ou ao legado deixado pela humanidade, o qual necessita ser preservado, conservado e gerido coletivamente pelas gerações futuras.

No Brasil, a concepção de patrimônio cultural e a necessidade de preservação e conservação começou a ser estabelecida a partir de discussões levantadas por Mário de Andrade, nos anos 1930. A respeito disso, o IPHAN (2015, p.1) destaca a relação de Mário de Andrade com a preservação do patrimônio cultural: “A preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil têm muito de seu DNA e, sem dúvida, o anteprojeto de criação do SPHAN significa sua certidão de nascimento”.

A partir das duas últimas décadas, algumas instituições públicas apropriaram-se da importância e vulnerabilidade do objeto cultural e da necessidade de preservá-lo (TOUTAIN; LIMA; RIBEIRO, 2016). Tomaram-se referência as bibliotecas universitárias e públicas, muitas delas ricas em objetos culturais e documentos históricos, as quais são testemunhas silenciosas da deterioração infundável e acelerada de tal material, em virtude das condições ambientais desfavoráveis, pelo descaso das autoridades, pela ausência de políticas públicas norteadoras de gestão, conservação e preservação, pela falta de especialistas e cursos na área e,

principalmente, por falta de recursos econômicos para investimentos, que resultem em: criação de laboratório de investigação, de preservação e de restauração de acervos; implantação de um polo difusor digital de integração dos fundos e coleções produzidos e acumulados pelos órgãos e unidades acadêmicas; e atualização dos currículos de ensino, pesquisa e extensão com foco à conservação e preservação de acervos documentais de destacado valor histórico e cultural.

Vale lembrar que os acervos raros e históricos das bibliotecas universitárias podem e devem contribuir com a pesquisa e o ensino, pois:

[...] a sua preservação está associada à concepção e resgate da memória, servindo de testemunho como um conjunto orgânico que pode ser aberto à pesquisa pública, estabelecendo contribuição como um fenômeno em interação com o contexto social, cultural e institucional. (TOUTAIN; LIMA; RIBEIRO, 2016, p. 370)

A seguir será abordado sobre preservação e conservação de acervos raros e históricos, como elo entre documento-história-memória. Sendo assim, torna-se importante compreendermos as noções relativas a estes dois conceitos, pois colaborarão na discussão proposta, de modo que se optou por usar os dois termos no decorrer da escrita.

Fazendo uma breve análise, pode-se dizer que a preservação e conservação dos acervos bibliográficos das bibliotecas universitárias vai além da conservação material para quantificação de acervos, o que deve ser considerado é a valorização deste material científico, para a preservação e conservação da memória contidas neles. Quando os gestores considerarem o potencial do patrimônio científico armazenado nas bibliotecas universitárias, a preservação e conservação serão um elo para a valorização dos acervos e, assim, teremos mais políticas para tratamento destes materiais, bem como mais recursos financeiros e humanos, de forma que seja algo comum nas bibliotecas ter profissionais responsáveis por esta demanda.

Desta forma, debater sobre a questão de preservação e conservação do patrimônio bibliográfico existente nas bibliotecas não é tarefa fácil, pois envolve muitas questões, não implica apenas em sua conservação material propriamente dita, mas também em sua acessibilidade ao público em geral e sua segurança, que deve ser considerada a partir da possibilidade de desastres naturais, incêndios, além de danos

intencionais, que são maiores do que se pode imaginar. Sendo assim, tratar-se-á apenas de conservação e preservação vinculadas ao fator físico do material.

Corroborando, Chagas (2002, p. 43) diz ainda que “A preservação e a destruição, ou de outro modo, a conservação e a perda, caminham de mãos dadas pelas artérias da vida”. Assim sendo, ao se refletir sobre os desafios e as oportunidades de conservação e preservação de acervos bibliográficos científicos, e o vínculo entre memória e patrimônio, aparecem muitos aspectos a serem analisados e detalhados. A memória aparece ligada ao patrimônio, uma vez que as coleções científicas contribuem tanto para o desenvolvimento científico como também são suportes de memória, pois referem-se às práticas científicas, às metodologias e aos conceitos do passado remoto e recente de várias categorias do conhecimento.

Consequentemente, as coleções científicas reproduzem parte da herança cultural, formando, assim, as evidências da história do conhecimento e do desenvolvimento da sociedade, obtendo importância científico-cultural. De acordo com Rangel (2009, p. 301), “apenas após a condução de estudos que propiciem, às mesmas, acesso de valor”, ou seja, é necessário que estas coleções permaneçam como agente promotor de informação e que o conhecimento produzido seja compartilhado com a sociedade e esta sociedade continue buscando por estas coleções, seja para a produção de novas pesquisas, seja para a obtenção de história e memória científica.

Para iniciar o diálogo sobre preservação e conservação, pode-se dizer que ambas têm estado presente em todas as civilizações através da história, sendo um tema fundamental para constituir o suporte físico que abriga sua essência cultural. Cassares (2000, p.12) define que:

Preservação: é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, Política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

Conservação: é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

Ratificando essas definições, pode-se dizer que preservar diz respeito à utilização de políticas que tenham por objetivo cuidar do acervo de uma biblioteca através de atividades que ensinem os cuidados que tanto usuários quanto seus

agentes (bibliotecários e atendentes) precisam entender e praticar ao manusear os livros e demais materiais. Já a conservação demanda técnicas e práticas específicas relativas à proteção de materiais contra os danos, a deterioração e a decomposição. A preservação e a conservação são técnicas muito importantes que devem ser utilizadas pelas bibliotecas, visto que, além dos benefícios propiciados aos livros, elas podem contribuir com a disseminação do acervo de forma que o mesmo ficará disponível para consulta e manuseio das gerações futuras. Sobre estas afirmativas, Medeiros (2005) diz que:

A importância de conservar e preservar um objeto que consideramos parte de um patrimônio está no fato deste se constituir registro material da cultura, da expressão artística, da forma de pensar e sentir de uma comunidade de uma determinada época e lugar, um registro de sua história, dos saberes, das técnicas e instrumentos que utilizava. (MEDEIROS, 2005, p.1).

Vale dizer ainda que a preservação e a conservação são um conjunto de ações, que, se executadas, previnem e evitam que o livro seja danificado pela ação do tempo e outras situações (CORADI, 2008). Sendo assim, é válido ressaltar que estas duas práticas são importantes para permitir tanto a durabilidade do material quanto garantir seu uso para as futuras gerações, assegurando a vida útil do acervo.

De forma semelhante, Cassares e Moi (2000) comentam que a preservação é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que auxiliam direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais e a conservação é um conjunto de ações que visam a delongar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de tratamentos específicos. Assim sendo, para preservar os acervos armazenados nas bibliotecas, sejam elas universitárias ou não, é necessário adotar medidas de conservação do material, como higienização, remoção de objetos metálicos, reparos, controle de temperatura e acondicionamento.

Posto isto, a preservação dos acervos bibliográficos raros ou históricos armazenados e salvaguardados em bibliotecas tem como principal objetivo preservar a integridade física, promover a durabilidade e garantir o acesso aos mesmos. Vale ressaltar que as instituições conservadoras destes acervos têm a missão fundamental de preservar tal bem cultural e intelectual, tornando-se um compromisso com a

sociedade a manutenção e conservação das coleções de forma a garantir o acesso prolongado.

O Patrimônio Cultural das bibliotecas deve ser reconhecido e valorizado por toda comunidade a que seu acervo serve e sua proteção deve ser formulada tanto pela comunidade a que pertence quanto pelos sujeitos que possuem o conhecimento, neste caso, os bibliotecários, os quais, com certeza, podem contar com a colaboração de outros profissionais. A sensibilização e conscientização do porquê e como preservar deve ser realizada através de políticas públicas que incluam as comunidades e os agentes que se relacionam com os bens portadores da memória. Neste contexto, Paula Porta diz que:

A formulação de plano de uso, de projeto de socialização ou de plano de salvaguarda é elemento essencial da preservação, praticamente uma garantia de eficácia. Essa ação deve estar na base das propostas de intervenção em bens culturais e precisa sempre levar em conta a participação da comunidade envolvida. (PORTA, 2012, p. 18).

Cada instituição que passa pela necessidade de preservar e difundir as obras raras existentes em suas bibliotecas acaba por desenvolver políticas e/ou procedimentos internos que possibilitem uma identificação padronizada de suas coleções, pois, conforme observa Rodrigues (2006, p. 1), “não existe uma política nacional que oriente a identificação e qualificação de acervos”.

Foucault comenta sobre a importância do documento para a preservação da memória, ao dizer que:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [...] O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 2012, p. 7).

Vale dizer então que o cuidado com a preservação dos acervos está diretamente relacionado com a gestão de acervos, com o objetivo de evitar a perda documental e eventuais “recortes” na memória (SCHWARZBOLD, 2015). As bibliotecas universitárias, atuam como suporte à produção de conhecimento, por meio

de seu acervo e, para que possam mantê-los salvaguardados, necessitam desenvolver uma política de preservação de acervos raros e históricos, uma vez que, através desta documentação, se desenvolvem pesquisas, as quais trazem benefícios para o futuro e resgatam elementos da história e memória de uma sociedade.

Percebe-se, assim, que as bibliotecas universitárias, ao desenvolverem uma política de preservação e conservação de acervos adequada, estarão possibilitando o resgate da memória ali registrada a qualquer tempo. É importante dizer, também, que a preocupação em desenvolver tal política deve existir por parte das bibliotecas que não possuem acervos de obras raras ou históricas, uma vez que tal preocupação indica a intenção de utilizar os critérios como uma norma para identificação de futuras aquisições e recebimento de doações.

Destaca-se que um dos principais cuidados que uma biblioteca universitária deve ter no que diz respeito a acervos raros e históricos é a responsabilidade de conservar o patrimônio cultural bibliográfico ali armazenado, tornando-o acessível ao público. Todavia, se ponderarmos sobre as implicações relativas a esta questão, poderemos perceber que a aquisição de uma coleção de obras raras e históricas não é tão simples, visto que este tipo de acervo necessita de cuidados especiais, como, por exemplo, climatização, controle do conforto ambiental, mobiliário adequado, equipamentos especiais, funcionários capacitados, entre outras demandas.

É significativo mencionar que, quando o acervo raro ou histórico pertence a uma instituição pública, que precisa de recursos públicos para sua preservação, este é mais um ponto que deve ser considerado na hora de formar esta coleção, já que os custos para a manutenção deste material deverão fazer parte do orçamento da instituição mantenedora.

Importante lembrar ainda que as informações contidas em acervos raros e históricos são de grande importância para a memória científica e, se não forem armazenados e salvaguardados através de políticas específicas, os mesmos poderão desaparecer ou perder seu valor por uso inadequado e desgaste físico e, conseqüentemente, não poderemos resgatar nossas histórias dispersas em fragmentos.

De forma semelhante, Sampaio comenta sobre os acervos de obras raras e históricas:

[...] é através dos mesmos que resgatamos nossas histórias dispersas em fragmentos que estão a cada dia desaparecendo, sem

percebermos que é uma origem, uma identidade que durante alguns anos poderá não mais existir, por isso, temos que proteger esses documentos e preservá-los contra os males que o tempo e as pessoas causam, tentando conservá-los por um período mais duradouro possível para que possam continuar sendo acessíveis no futuro. A deterioração de documentos sempre vem causando danos no mundo, por isso, todos que tem a preocupação com a conservação de documentos históricos devem combater ou ao menos amenizar esse grande problema que reduz o tempo de vida do acervo. (SAMPAIO, 2004, p. 1).

À vista disso, é extremamente importante que as bibliotecas universitárias utilizem uma política norteadora para a tomada de decisões na atividade de desenvolvimento, preservação e conservação de coleções específicas para o acervo de obras raras e históricas. Essa política se torna necessária, pois é preciso a gerência e o controle das obras raras para que o conhecimento e a cultura não se percam e que sirvam para impulsionar mais estudos e, conseqüentemente, mais conhecimento (FEITOSA, 2014). Ainda, de acordo com a autora,

[...] o objetivo fundamental de uma política de preservação consiste em retardar a deterioração de acervos bibliográficos e permitir o acesso aos bens culturais e históricos componentes de uma biblioteca, o uso da mesma torna possível cuidar de todos os assuntos relacionados no que diz respeito à paralisação ou combate à destruição do acervo. (FEITOSA, 2014, p. 15).

Como benefício da elaboração e execução de uma política deste caráter, temos o fato da mesma compreender os aspectos gerais de uma biblioteca, que vão desde questões administrativas e financeiras até a pesquisa sobre a composição do acervo e sua significância histórica, visando à conservação, defesa e salvaguarda do acervo.

Um fator bem importante que será falado agora é a conservação preventiva, pois ela atua na prevenção dos agentes causadores de deterioração do acervo e tem por objetivo evitar os danos irreversíveis aos documentos, sendo atuante principalmente no local e nas condições de acondicionamento das coleções. De forma semelhante, Teljgeler (2007, p. 47) afirma que “A conservação preventiva integra todas as etapas diretas e indiretas, bem como as medidas que vão otimizar as condições do ambiente, a preservação e o acesso ao objeto, de modo a prolongar o seu tempo de vida”. Validando as afirmativas anteriores, Barbosa (2015, p. 25) diz que “A Conservação Preventiva tem a finalidade de preservar, resguardar e difundir a

memória coletiva, e sua meta principal é o estudo e o controle das principais fontes de degradação do papel”.

A elaboração de um programa de preservação e conservação bem estruturado, que verifique e analise o meio ambiente no qual o acervo está armazenado, dará notoriedade para a seguinte prática: “conservar para não restaurar”, o que consequentemente estará resguardando o acervo e evitando gastos.

Alguns exemplos de conservação preventiva serão citados, visto que estas ações devem estar presentes em qualquer programa preventivo. São eles: controle da iluminação, temperatura/umidade, poluição atmosférica e também controle de pragas, manter janelas protegidas por cortinas, para bloquear o sol, ter um planejamento de emergência, realizar treinamento com pessoal, higienizar as obras e o ambiente, realizar pequenos reparos, entre outros. Estes exemplos são uma pequena amostra de itens que devem ser propostos, porém cabe salientar que para a elaboração de uma proposta completa, pode ser utilizado o Roteiro de Avaliação e Diagnóstico em Conservação Preventiva, organizado por Luiz Antônio Cruz Souza, Alessandra Rosado e Yacy-Ara Froner, o qual contém itens possíveis para um programa eficiente e eficaz. Segundo Souza, Rosado e Froner (2008, p. 4), “há vários roteiros de diagnóstico que podem ser direcionados aos mais diversos tipos de instituição ou coleção. Contudo, os modelos de diagnóstico sempre são guiados por alguns paradigmas”.

É importante dizer que as bibliotecas, principalmente as públicas (entende-se por públicas as mantidas pelo governo), possuem dificuldade de realizar programas de preservação e conservação do material bibliográfico corrente, mais ainda para o material raro ou histórico, o qual necessita de mais verba, além da necessidade de ter profissionais capacitados em seu quadro de funcionários, que consigam identificar os problemas de conservação, ter equipamentos especializados e, por último e não menos importante, ter espaço adequado para armazenamento e acesso.

De acordo com Egido (200-, p. 2, tradução nossa), “A conservação preventiva é uma estratégia de trabalho sistemático, com metodologia científica, para prevenir a deterioração”. Pode-se dizer, então, que a conservação preventiva do patrimônio, através de técnicas específicas, permitirá a preservação da memória coletiva existente nos acervos raros e históricos. É consenso entre os profissionais, conservadores, bibliotecários, e restauradores e arquivistas que a permanência e a vida útil de livros

e documentos estão relacionadas com as condições ambientais em que estes materiais estão acondicionados, bem como o manuseio dos mesmos por parte dos usuários frequentadores das bibliotecas e o tratamento aferido a eles pelas bibliotecas.

Pode-se dizer ainda que, a partir das ciências através de seus agentes, suas técnicas e suas práticas de conservação e preservação, poderemos disseminar para as gerações futuras a memória contida no patrimônio bibliográfico armazenado nos acervos das bibliotecas universitárias. Nesse campo, a conservação, a arte, a história e a química são áreas indissociáveis quando consideradas ações de preservação patrimonial. Para finalizar, pode-se dizer que os acervos raros e históricos precisam de tratamento especial, medidas que assegurem sua preservação e conservação, e, para que estas medidas sejam implementadas de forma eficiente nas BUs, elas devem fazer parte das políticas de desenvolvimento de coleções, voltadas aos acervos raros e históricos. Por esse motivo, é importante a oficialização desta política através do desenvolvimento de um documento que ganhe caráter oficial na instituição, já que esta política é uma ação superior que engloba o desenvolvimento e implantação de planos, programas e projetos diversos (LINO; HANNESCH; AZEVEDO, 2007, p. 64).

5 ANÁLISE DE DADOS

Nesta pesquisa, foram selecionadas as instituições federais de ensino superior do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, havia-se pensado em fazer com todas as instituições federais de ensino superior do Brasil, porém, percebeu-se que a pesquisa ficaria muito extensa e não se teria tempo hábil para tal, por se tratar de uma pesquisa em nível de mestrado. Sendo assim, optou-se por fazer um recorte que englobasse uma parte das universidades federais do país. Desta forma, vale dizer que, para a escolha das instituições analisadas, foi levada em consideração a atuação profissional da autora, pelo fato de trabalhar em uma instituição federal do estado do Rio Grande do Sul e, ao escolher este recorte, seria possível fazer um paralelo entre as iguais.

A pesquisa foi aplicada em cinco universidades federais do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a lista do Portal do MEC³. Porém, a amostra inicial para o projeto de qualificação desta dissertação foi a aplicação do questionário em duas universidades, sendo elas: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Após, o questionário foi aplicado para as demais instituições, sendo Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Salienta-se que a escolha quanto à aplicação da amostra foi aleatória, o retorno foi de 100%, visto que todas as universidades responderam ao questionário.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada junto aos Sistemas de Bibliotecas destas universidades e o sujeito responsável pelo preenchimento da pesquisa, de acordo com a proposta metodológica, seria o bibliotecário-chefe de cada um destes ou seu substituto. Porém, no decorrer da pesquisa, percebeu-se que o respondente variou de instituição para instituição, fato comprovado através do item 2 (dois) do questionário, o qual é preenchido com o cargo do respondente. Salienta-se que esta descoberta não trouxe prejuízos para a pesquisa, uma vez que o importante são os dados e não o respondente.

³oAdo ado Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>

Os dados a seguir foram analisados individualmente quanto à natureza qualitativa, visto que o questionário apresenta perguntas abertas e fechadas. Sendo assim, cada instituição apresenta respostas que necessitam ser agrupadas, usando como ferramenta a análise de conteúdo. A análise de conteúdo dos questionários foi realizada, em um primeiro momento, sobre as questões de múltipla escolha e agrupadas separadamente das questões dissertativas e, na tentativa de elaborar as categorias sínteses, passa-se à construção da definição de cada categoria

5.1 As Instituições

Todas as IFES, recuperadas na listagem disponível no Portal do MEC (2019), são instituições federais e públicas. As informações a seguir sobre as instituições foram retiradas dos seus respectivos sites das bibliotecas. Os dados fornecidos foram obtidos através do formulário *on-line*, já citado, e os nomes dos respondentes não constam no formulário.

5.1.1 Universidade Federal do Pampa

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), fundada em 2008, é uma instituição de ensino superior pública brasileira, mantida pelo Governo Federal com sede administrativa na cidade de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul. Possui também outros nove campi nas cidades de: Alegrete, Caçapava, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana.

Atualmente, conta com 12 mil alunos distribuídos entre seus dez campi, sendo alunos de 69 cursos de graduação, 04 cursos de doutorado, 10 cursos de mestrado acadêmico, 08 cursos de mestrado profissional e 35 cursos de especialização. Dada a sua estrutura originária multicampi, a Unipampa observa as seguintes diretrizes de organização: unidade de administração e patrimônio, com organização sistêmica multicampi de bibliotecas, laboratórios e outras instalações, equipamentos e tecnologias; convergência de áreas do conhecimento, nas Unidades Universitárias, abrangendo ensino, pesquisa e extensão; descentralização de responsabilidades e competências de gestão às Unidades Universitárias e Órgãos Complementares; cooperação entre as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares, visando à unidade de ação no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e

economicidade na gestão do corpo docente e técnico-administrativo em educação, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros.

O Sistema de Bibliotecas (SISBI) é formado por dez bibliotecas nas cidades onde a instituição se localiza, todas na região da fronteira oeste e campanha. A Coordenação de bibliotecas é o órgão responsável pelo SISBI, ligado ao Gabinete da Reitoria. Dentre suas principais atribuições, destaca-se a administração geral das bibliotecas, a criação e padronização de serviços e compra de material bibliográfico. Sua missão é prestar serviços de informação técnico-científica à comunidade acadêmica. O acervo do SISBI é composto por 222.220 exemplares, segundo relatório estatístico⁴ do ano de 2018.

O sistema possui a Seção de Desenvolvimento de Coleções – seleção e aquisição de materiais para o acervo (livros, periódicos, e-books, entre outros), intercâmbio de publicações, política de desenvolvimento de coleções, distribuição de publicações. A Instituição não possui acervo de obras raras ou históricas e, conseqüentemente, não tem uma política para gestão e preservação do mesmo, porém a coordenadora do sistema ressaltou que a universidade pretende desenvolver uma, para que possa ser usada conforme a universidade possuir tal acervo.

5.1.2 Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), fundada em 1969, é uma instituição de ensino superior pública brasileira, mantida pelo Governo Federal com sede administrativa na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Possui também um campus na cidade de Capão do Leão.

Atualmente, conta com 19.063 alunos, distribuídos entre os 94 cursos de graduação, 45 cursos de mestrado e 23 de doutorado, distribuídos em 22 unidades acadêmicas (6 Centros Acadêmicos, 4 Institutos Básicos, 11 Faculdades e 1 Escola Superior de Educação Física). Os cursos de mestrado e/ou doutorado estão concentrados em todas as áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências da

⁴ Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2019/02/2007-2018-acervo-itens-inseridos.pdf>

Saúde, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Direito, Letras e Artes, contando também com cursos com atuação Multidisciplinar.

O Sistema de Bibliotecas (SisBI) é formado por oito bibliotecas ligadas às Unidades Acadêmicas. São elas: Biblioteca da Faculdade de Ciências Agrárias, Biblioteca da Faculdade de Odontologia, Biblioteca da Faculdade de Direito, Biblioteca da Faculdade de Medicina, Biblioteca Central situada no Campus Porto, Biblioteca de Ciências Sociais, Biblioteca da Educação Física e Biblioteca de Ciências e Tecnologia. A Coordenação de Bibliotecas – CBib é o órgão responsável pelo gerenciamento técnico e administrativo das bibliotecas, ligada diretamente ao Gabinete do Vice-reitor.

O sistema possui o Setor de Aquisição de Material Bibliográfico e este é o órgão responsável pela composição do acervo, realizada em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções e a Política de Aquisição Institucional. O Acervo do SisBI é composto por 231.105 exemplares, segundo relatório estatístico⁵ do ano de 2018. A Instituição possui acervo de obras raras ou históricas, porém não possui uma política para gestão e preservação do mesmo, mas a bibliotecária entrevistada ressaltou que pretendem desenvolver uma.

5.1.3 Universidade Federal do Rio Grande

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), fundada em 1969, é uma instituição de ensino superior pública brasileira, mantida pelo Governo Federal, com sede administrativa na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Possui também campi nas cidades de Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul.

Atualmente, conta com 12.432 alunos, distribuídos entre os 61 cursos de graduação, 14 cursos de residência, 18 cursos de especialização, 31 cursos de mestrado e 13 cursos de doutorado.

O Sistema de Bibliotecas (SiB) está ligado à Pró-Reitoria de Graduação e se constitui de uma Biblioteca Central e sete Bibliotecas Setoriais, sendo elas: Biblioteca Central, Biblioteca da Área Acadêmica da Saúde, Biblioteca Setorial Campus Santa Vitória do Palmar, Biblioteca Setorial Campus São Lourenço do Sul, Biblioteca Setorial

⁵ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cpi/files/2018/01/Informa%C3%A7%C3%B5es-UFPel-2016.pdf>

Campus Santo Antônio da Patrulha, Biblioteca Setorial Museu Oceanográfico, Biblioteca Setorial Sala Verde Judith Cortesão e Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Oceanografia.

O Diretor do SiB é o responsável pelo planejamento, pela organização, pela coordenação e pelo controle das atividades desenvolvidas pelas Bibliotecas, suas divisões e setores, a gestão de pessoas, no que diz respeito aos servidores dessas Unidades, a supervisão do pessoal terceirizado de limpeza e portaria, que nelas atuam, a elaboração de projetos de melhoria contínua, os planos setoriais de desenvolvimento, o controle do orçamento e dos bens patrimoniais das Unidades, além de representar a FURG no que tange à sua área. O acervo do SiB é composto por 146.373 exemplares, segundo relatório⁶ do ano de 2019.

O sistema possui o Setor de Aquisição de Material Bibliográfico e este é o órgão responsável pela composição do acervo, realizada em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções e a Política de Aquisição Institucional. A Instituição possui acervo de obras raras ou históricas, porém não possui uma política para gestão e preservação do mesmo, porém o coordenador do sistema ressaltou que pretendem desenvolver uma.

5.1.4 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), fundada em 1934, é uma instituição de ensino superior pública brasileira, mantida pelo Governo Federal do Brasil. Situa-se em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Atualmente, conta com 38.543 alunos, distribuídos entre 89 cursos de Graduação presenciais e 4 cursos à distância, 71 Mestrados Acadêmicos, 9 Mestrados Profissionais e 68 Doutorados, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

O Sistema de Bibliotecas, está diretamente vinculado à Reitoria e é coordenando e supervisionando, sob forma sistêmica. O Sistema ainda é composto pela biblioteca central, pelo órgão coordenador, por 28 bibliotecas setoriais especializadas e 1 biblioteca de ensino fundamental e médio.

⁶ <https://www.furg.br/arquivos/institucional/2019-anuario-estatistico-furg.pdf>

No departamento de Obras Raras, o acervo é organizado e pertence à Coleção Eichenberg, é composto por aproximadamente 10.000 volumes, entre estes Livros, Relatórios, Periódicos datados desde o século XVI até os dias atuais, Revistas e Jornais que tratam tanto de assuntos científicos, como de temas gerais. O acervo do SBUFRGS é composto por 948.816 exemplares, segundo relatório estatístico⁷ de 2019.

A instituição possui um setor de restauração, onde é aplicado o método de conservação preventiva por um Técnico em restauração efetivo (faz parte do quadro de pessoal permanente da instituição). Foi criada uma Política própria (elaborada pela instituição), que auxilia na diferenciação entre acervo raro e acervo histórico.

5.1.5 Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada em 1960, é uma instituição de ensino superior pública brasileira, mantida pelo Governo Federal, situada na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. Possui também campi nas cidades de Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul e uma Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins.

Atualmente, conta com 25.203 alunos, distribuídos entre 131 cursos de Graduação presenciais, sendo 11 cursos superiores de tecnologia, 37 de licenciatura plena, 83 de bacharelado e 12 cursos à distância. Além disso, a instituição oferta 106 cursos de pós-graduação, sendo 34 de doutorado, 59 de mestrado, 12 de especialização e um programa de pós-doutorado. Na educação básica e técnica, são 24 cursos técnicos pós-médios, 4 técnicos para ensino médio, um curso de ensino médio e um curso de educação infantil.

O sistema de bibliotecas (SiB) é composto pela Biblioteca Central e quatorze bibliotecas setoriais. São elas: Biblioteca Central, Biblioteca Setorial do Centro de Artes e Letras, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Naturais e Exatas, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Biblioteca Setorial do Centro de Educação, Biblioteca Setorial do Centro de Educação Física e Desportos, Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia,

⁷ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibliotecas/sobre/sbufrgs/#ser>

Biblioteca Setorial do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Biblioteca Setorial do Colégio Politécnico, Biblioteca Setorial do Campus de Cachoeira do Sul, Biblioteca Setorial do Campus de Frederico Westphalen e Biblioteca Setorial do Campus de Palmeira das Missões. O SiB tem por objetivo colocar à disposição da comunidade universitária a informação bibliográfica atualizada, de forma organizada, favorecendo o desenvolvimento do ensino, pesquisa e da extensão. O acervo do Sistema de Bibliotecas é composto por 555.802 exemplares, segundo relatório estatístico⁸.

5.2 Interpretação dos dados

Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa em forma de Quadros, relacionando as perguntas as respostas de cada Instituição, formando um quadro comparativo, cruzando os dados para poder obter uma conclusão em relação à temática oferecida neste estudo. Após cada quadro, é exibida a discussão dos dados quanto aos resultados obtidos.

QUADRO 7 – Quadro Comparativo

Descrição: Quantidade de bibliotecas pertencentes ao Sistema de Bibliotecas, cargo do respondente e a importância de se desenvolver uma política de gestão e preservação de acervos raros e históricos	
Tema	Respostas
Quantidade de bibliotecas que compõem o Sistema de bibliotecas	FURG: 8 bibliotecas UFPEL: 8 bibliotecas UFRGS: 30 bibliotecas UFSM: 13 bibliotecas UNIPAMPA: 10 bibliotecas
Cargo do respondente	FURG: Bibliotecário – Diretor do Sistema de Bibliotecas UFPEL: Bibliotecário UFRGS: Bibliotecário UFSM: Bibliotecário UNIPAMPA: Bibliotecária – Coordenadora do Sistema de Bibliotecas

⁸ Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html?categoria=301>

Relevância da gestão e preservação de obras raras e históricas para conservação da memória bibliográfica	FURG: Muito importante para a preservação da memória institucional UFPEL: Muito importante UFRGS: Muito relevante UFSM: Extremamente relevante, pois preserva, ou seja, aumenta o tempo de vida útil dos documentos relativos à memória/identidade institucional e do desenvolvimento de áreas do conhecimento, consequentemente, da identidade/memória local, regional e da história de áreas do conhecimento. UNIPAMPA: Esses acervos são parte importante da nossa história, conhecimento histórico, social e cultural destacando sua relevância não só nas bibliotecas, mas também perante toda a sociedade. A tarefa árdua de reconhecimento e promoção pode ser iniciada por nós profissionais bibliotecários, elaborando políticas, estratégias e ações.
--	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

De acordo com o quadro 7, com exceção da UFRGS, as demais instituições possuem uma quantidade semelhante de bibliotecas pertencentes a seu sistema. Outro fator relevante que foi constatado é que somente em duas universidades o respondente foi o responsável pelo sistema de bibliotecas, acredita-se que isso possa ter ocorrido em decorrência de o detentor das respostas para tais questionamentos não ser o responsável pelo sistema.

Representantes da FURG, UFRGS e UFPEL relatam ser super importante preservar as obras raras ou históricas, a fim de conservar a memória bibliográfica e institucional das bibliotecas universitárias. Na UNIPAMPA considera-se que acervos são parte importante da história e, por isso, não devem ser tratados apenas na questão de patrimônio, mas valorizar o conhecimento histórico, social e cultural destacando sua relevância não só nas bibliotecas, mas também perante toda a sociedade. Na UFSM considera-se extremamente relevante preservar estas obras, pois, ao preservá-las, aumenta o tempo de vida útil dos documentos relativos à memória/identidade institucional e do desenvolvimento de áreas do conhecimento, consequentemente, da identidade/memória local, regional e da história de áreas do conhecimento.

QUADRO 8 – Categoria - Tratamento do Acervo

Definição: Existência de acervos raros e históricos nas bibliotecas e como este acervo é armazenado e disponibilizado para o público	
Temas	Respostas

A Instituição possui acervo de obras raras ou históricas	FURG: Sim, possui obras históricas, não possui obras raras UFPEL: Sim, possui obras históricas e obras raras UFRGS: Sim, possui históricas e obras raras UFSM: Sim, possui obras históricas e obras raras UNIPAMPA: Não possui obras raras e históricas
Armazenamento das obras	FURG: São armazenadas em local separado do acervo corrente UFPEL: São armazenadas em local separado do acervo corrente UFRGS: São armazenadas em local separado do acervo corrente UFSM: São armazenadas em local separado do acervo corrente UNIPAMPA: Não se aplica
Acesso às obras	FURG: Acesso é fechado UFPEL: Acesso é fechado UFRGS: O acesso é aberto em algumas e fechado em outras UFSM: Acesso é fechado UNIPAMPA: Não se aplica
Disponibilização das obras	FURG: Permite consulta local UFPEL: Não permite consulta local UFRGS: Permite consulta local UFSM: Permite consulta local UNIPAMPA: Não se aplica

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No quadro 8, pode-se verificar que duas instituições não possuem acervo de obras raras, sendo que a FURG possui apenas obras históricas e a UNIPAMPA não possui nem obras raras e nem obras históricas. Acredita-se que a inexistência deste tipo de acervo dá-se pelo fato desta Universidade ser uma universidade de apenas 12 (doze) anos de fundação.

Outro ponto observado é quanto ao armazenamento deste acervo, sendo que a UNIPAMPA, por não possuir este tipo de acervo, não se aplica à análise. Todavia, nas outras 4 (quatro) universidades, o acervo de obras raras ou históricas encontra-se armazenado em local separado do acervo corrente, porém, ressalta-se aqui que o fato do acervo estar armazenado em separado do acervo corrente não quer dizer que o mesmo esteja em local apropriado para seu acondicionamento.

Quanto ao acesso e disponibilização destes acervos, a FURG e a UFSM relataram que estes materiais encontram-se com o acesso fechado e a consulta é apenas local, a UFPEL diz que o acervo tem acesso fechado e não permite consulta local, já a UFRGS relatou que, dependendo da biblioteca do sistema, o acesso é aberto ou fechado, porém em ambos a consulta é local. Cabe aqui falar que o termo consulta local quer dizer que não é permitido empréstimo domiciliar ao material. Mais

uma vez, a UNIPAMPA, por não possuir este tipo de acervo, não se enquadra na análise.

No quadro 9, encontra-se a resposta para o objetivo geral que impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa, que é o de investigar a existência de políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos nas bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

QUADRO 9 – Categoria - Gestão do acervo

Descrição: Existência e regulamentação de políticas de gestão e preservação de acervos raros e históricos.	
Temas	Respostas
A instituição utiliza políticas de gestão e preservação de obras raras e históricas	FURG: Não para ambas UFPEL: Não para ambas UFRGS: Sim para ambas UFSM: Sim para ambas UNIPAMPA: Não se aplica
Há política pertence ao sistema de bibliotecas ou a uma biblioteca em específico	FURG: Não se aplica UFPEL: Não se aplica UFRGS: Para cada biblioteca uma política, devido às características de cada acervo. UFSM: Para cada biblioteca uma política UNIPAMPA: Não se aplica
Regulamentação da política	FURG: Não se aplica UFPEL: Não se aplica UFRGS: Sim, está regulamentada UFSM: Não está regulamentada UNIPAMPA: Não se aplica
Pretensão em desenvolver uma política de gestão e preservação de acervos raros e históricos	FURG: Sim, estamos estudando o desenvolvimento de uma política UFPEL: Sim, temos a pretensão de desenvolver uma política UFRGS: Não se aplica UFSM: Sim, pretende-se regulamentar a política informal existente UNIPAMPA: Sim, pretendemos elaborar uma política
Tempo de utilização da política	FURG: Não se aplica UFPEL: Não se aplica UFRGS: Cerca de 20 anos UFSM: Cerca de 4 anos UNIPAMPA: Não se aplica
Tipo de documento utilizado para regulamentar a política	FURG: Não se aplica UFPEL: Não se aplica UFRGS: Documentos internos UFSM: Regulamento interno UNIPAMPA: Não se aplica

Elaboração das políticas	FURG: Em processo de elaboração UFPEL: Em processo de elaboração UFRGS: Elaboração baseada em políticas da Biblioteca Nacional e de outras instituições renomadas UFSM: Elaboração baseada na literatura existente sobre preservação e gestão destas obras UNIPAMPA: Não serão elaborados no momento
--------------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com quadro 9, pode ser observado o que a autora já imaginava, que a maioria das Bibliotecas Federais do Estado do Rio Grande do Sul não possuem nenhuma política de gestão e preservação para este tipo de acervo, a qual possa ser utilizada como instrumento regulamentador das atividades dos bibliotecários responsáveis pela gestão destes acervos. Apenas uma instituição, a UFRGS, possui tal política regulamentada há cerca de 20 (vinte) anos e a elaboração desta foi baseada em políticas da Biblioteca Nacional e de outras instituições renomadas no assunto. Importante dizer que a UFRGS comenta que cada biblioteca possui uma política específica devido às características de cada acervo. A UFSM relata que ainda não há uma política oficial (redigida) de preservação e gestão, mas uma política informal, utilizada há cerca de 4 (quatro) anos, baseada na literatura existente sobre preservação e gestão destas obras. A FURG e a UFPEL relatam que tais políticas encontram-se em processo de elaboração. A UNIPAMPA aponta a necessidade de criar uma política, mas ainda não foi elaborada pois não há demanda em relação a esta tipologia de acervo.

QUADRO 10 – Categoria - Condições de trabalho

Descrição: Existência de local específico para trabalhar com acervo raro e histórico, condições de trabalho adequadas e as principais dificuldades encontradas	
Tema	Respostas
Existência de setor específico para a gestão e preservação	FURG: Cada biblioteca do sistema faz a gestão de seu acervo UFPEL: Cada biblioteca do sistema faz a gestão de seu acervo UFRGS: Cada biblioteca do sistema faz a gestão de seu acervo. Existe um setor de conservação que dá orientações para todo o sistema sob demanda. UFSM: Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central UNIPAMPA: Não existe setor físico, apenas a Seção técnica de Desenvolvimento de Coleções

Condições de trabalho adequadas	FURG: Não, falta de espaço físico e recursos humanos UFPEL: Não, falta de espaço físico e recursos humanos UFRGS: Sim, pessoal capacitado e espaços adequados UFSM: Não, falta de espaço físico e recursos humanos UNIPAMPA: Não, falta de espaço físico
Principais dificuldades em trabalhar com a gestão e preservação de obras raras e históricas	FURG: Falta de pessoal capacitado e recursos para investimento UFPEL: Falta de espaço físico adequado e pessoal capacitado. UFRGS: Falta de espaço físico adequado e recursos para investimento UFSM: Falta de espaço físico adequado, pessoal capacitado e recursos para investimento UNIPAMPA: Falta de espaço físico adequado e pessoal capacitado.

Fonte: Dados da pesquisa 2020

No quadro 10, pode-se verificar que cada sistema de bibliotecas possui diretrizes diferentes para tratar este tipo de coleção, uma vez que, na FURG, na UFPEL e na UFRGS, cada biblioteca é responsável por tratar seus acervos raros e históricos, enquanto a UNIPAMPA, apesar de não possui o acervo, possui um setor denominado Desenvolvimento de Coleções que trata deste tipo de questão e a UFSM possui um setor dentro da Biblioteca Central para tratar destes acervos.

Outro fator importante que pode ser analisado foi que 4 (quatro) das 5 (cinco) instituições declararam não possuir condições de trabalhar com obras raras ou históricas, tanto por falta de espaço físico e recursos financeiros como por falta de pessoal capacitado. A única instituição que relata ter condições de trabalhar com acervos raros e históricos é a UFRGS, já que possui pessoal capacitado e espaço adequado, fato este que demonstra por que o Sistema de Bibliotecas da UFRGS é o único que possui políticas de gestão e preservação de obras raras e históricas dentre as universidades pesquisadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros, sejam eles raros ou históricos, devem ser vistos como patrimônio cultural bibliográfico representativos da memória social regional, nacional e mundial, uma vez que eles organizam (códex), armazenam e dão acesso a registros, potencializando "ler o passado" em determinados períodos da história. Cabe ainda dizer que estes livros salvaguardados nas bibliotecas universitárias fazem parte do patrimônio da instituição e podem ser usados como referência para muitas pesquisas, a fim de construir novas informações, já que informações antigas, transmitidas para uma nova concepção e adicionadas no cotidiano de outra realidade, servem de base para a construção de informações futuras.

Muitos são os critérios para avaliar um livro e dizer se é raro ou histórico ou não. Sendo assim, é necessário que os bibliotecários e demais profissionais da área estejam preparados para classificar o que realmente seria uma obra rara ou histórica, visto que, nas bibliotecas universitárias, essa tarefa não é nada fácil de realizar, pois não existe uma fórmula para identificar livros raros e históricos, o que existe são características que os diferenciam dos demais e, como a pesquisa identificou através dos respondentes, faltam recursos humanos capacitados para trabalhar com este tipo de material nas bibliotecas universitárias investigadas.

Destaca-se que acervos raros e históricos, gerenciados por bibliotecas universitárias, estarão sempre protegidos ou, pelo menos, acredita-se nisso, visto que estas instituições se empenham em garantir a salvaguarda de seus materiais, buscando constantemente novas maneiras e novas técnicas de preservação, conservação e disseminação do conhecimento ali armazenado. Sendo assim, as BUs não pensam apenas nas informações recentes, na hora de desenvolver suas coleções, uma vez que a inovação também acontece através do uso de informações geradas no passado, fato que a pesquisa também pode constatar, já que todos os respondentes consideram que estes acervos são de grande importância para suas instituições.

Atualmente, as bibliotecas universitárias são consideradas como centros de referência para estudantes e pesquisadores que anseiam em conhecer a história, a cultura e a memória da comunidade científica que permeiam as pesquisas de um país

e, para que estes centros consigam disseminar de forma eficiente seus acervos, a biblioteca universitária deve assumir como uma de suas principais responsabilidades a gestão, conservação e preservação do patrimônio cultural bibliográfico, tornando-o acessível para todas as gerações, ou seja, preservar o presente para garantir o futuro, através do passado.

Diante do que já foi dito até aqui, devemos considerar que as bibliotecas universitárias devem manter a infraestrutura bibliográfica, documental e informacional da instituição à qual pertencem, com o propósito de auxiliar tanto nas atividades acadêmicas quanto os sujeitos da sociedade geral, os quais também necessitam de informação. Sendo assim, a maior preocupação dos gestores de bibliotecas é, ou deveria ser, em questões técnicas, a de preservar as obras de grandes cientistas, filósofos, literatos e estudiosos de cada área do conhecimento, entre outros, pois elas não são utilizadas apenas para abrigar novas pesquisas, mas para a busca de fatos históricos de determinada área ou comunidade, dependendo do enfoque em questão. O ideal é que toda biblioteca tenha um espaço adequado para armazenar estas obras, além de possuir pessoal capacitado e recursos financeiros que este tipo de material dispense. Porém, sabemos que não é esta a realidade de nossas bibliotecas universitárias; na grande maioria das vezes, nós bibliotecários lutamos para mudar este cenário, mas esbarramos em diversos obstáculos, o que acaba dificultando e desestimulando a continuidade do trabalho. Neste ponto, a pesquisa mostrou que, nas bibliotecas analisadas, este problema também acontece, com exceção apenas de uma instituição, a UFRGS, que relata possuir pessoal e espaço adequados para cuidar deste tipo de material.

As bibliotecas universitárias contam a vida da comunidade científica, ou, melhor dizendo, elas retratam a memória dessa comunidade através de seus acervos raros e históricos, possibilitando o resgate da história de uma sociedade por meio dos estudos, pesquisas e atividades extensionistas desenvolvidas, gerando resultado direto para a comunidade. Para que possam garantir a preservação desses acervos, torna-se necessário realizar adequadamente a gestão dos mesmos, a fim de cumprir o objetivo de preservar e disseminar a informação contida nestes materiais, sem torná-la obsoleta.

O desenvolvimento de políticas de gestão e preservação de acervos deve estar presente nas coleções de obras raras e históricas, já que estas coleções também

necessitam se desenvolver de forma a não se tornar um mero aglomerado de livros velhos e antigos empoeirados guardados nas prateleiras de uma biblioteca, mas que sejam obras de valor histórico, servindo de elo entre a memória e a história de determinada área do conhecimento. Neste ponto, a pesquisa pode demonstrar e identificar que, apesar dos 4 (quatro) de 5 (cinco) Sistemas de Bibliotecas não possuírem nenhuma política oficializada para o tratamento destes acervos, os bibliotecários respondentes ao questionário, sabem de sua importância para a realização do trabalho diário do profissional responsável pelo desenvolvimento de acervos e, desta forma, relatam que estão trabalhando para desenvolver uma política.

A pesquisa investigou a existência de políticas de gestão e preservação de acervos considerados raros e históricos, nas bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, para que, através desta investigação, fosse possível obter subsídios necessários para fomentar a criação de uma política de gestão e preservação de obras raras e históricas, a qual servisse de referencial teórico para futuras pesquisas na área das BUs a nível nacional. Todavia, a partir das informações obtidas através, da colaboração dos bibliotecários que responderam aos questionários, constatou-se que, apesar dos pesquisados saberem da importância de possuir uma política de gestão e preservação desses acervos nas BUs, apenas um Sistema de Bibliotecas possui tais políticas e os demais não possuem. Desta forma, pode-se dizer que o objetivo de investigar a existência de políticas desta natureza nas bibliotecas universitárias foi cumprido, constatando então que, das 5 (cinco) instituições pesquisadas, apenas uma possui, sendo ela a UFRGS, o respondente ainda relatou que cada biblioteca desenvolve suas próprias políticas devido às características de cada uma.

É importante dizer que, apesar de um dos sistemas possuir tais políticas, não foi possível cumprir os objetivos específicos da pesquisa, que são os de analisar e compreender as políticas de gestão e preservação utilizados, pois o sistema em questão, único que possui a política regulamentada, de acordo com as respostas obtidas através do questionário, não anexou nenhum arquivo na questão do formulário que solicita o anexo da mesma, para que fosse feita sua análise.

Ainda, de acordo com os respondentes, as bibliotecas em questão possuem dificuldades em trabalhar com a gestão e preservação de acervos dessa natureza, pois o número de profissionais nas bibliotecas é insuficiente, como também relatam

possuir poucos recursos financeiros, além de ter que lidar com a falta de espaço físico adequado para acondicionamento dos mesmos e de um local específico para realizar as tarefas inerentes à preservação.

Entende-se que é muito importante que as bibliotecas universitárias desenvolvam e utilizem uma política para tomada de decisões na atividade de desenvolvimento de coleções de obras raras e históricas. Essa política se torna necessária, pois é preciso a gerência e controle das obras para que, além do conhecimento e da cultura não se perderem, sirva para estimular mais estudos e, conseqüentemente, mais conhecimento, através da história e da memória presente nestes acervos.

Apesar de não ser possível analisar nenhum instrumento de gestão e preservação de acervos raros e históricos, esta pesquisa mostrou o quanto os bibliotecários das Universidades Federais do Rio Grande do Sul ainda têm que trabalhar para que possam gerenciar e preservar os acervos raros e históricos pelos quais são responsáveis, visto que foi constatado que as universidades aqui citadas não possuem políticas de gestão e preservação para estes acervos, exceto a UFRGS, que apontou possuir, mas não tivemos acesso ao documento contendo tais políticas. Sendo assim, torna-se relevante haver um engajamento entre os profissionais dos sistemas de bibliotecas investigados, com a finalidade de desenvolver diretrizes de gestão e preservação e, assim, colaborar para que estes acervos possam ser tratados de forma que não ocasione a perda da memória bibliográfica, visto o uso social e a utilidade pública que livros raros e históricos têm para a sociedade.

Concluindo, é importante dizer que a biblioteca universitária sempre acompanhou as mudanças sociais, culturais e técnicas, transformando os antigos paradigmas em novos e se moldando às diversas realidades, deixando de ser apenas repositórios do conhecimento para se transformar em espaços do saber a ser compartilhado e disseminado para a sociedade. Sendo assim, como o estudo proposto não esgotou o tema abordado, sugere-se que outros estudos sejam desenvolvidos, a fim de que as bibliotecas universitárias encontrem subsídios para elaborar e regulamentar uma política de gestão e preservação de acervos raros e históricos, visando à melhoria contínua destes acervos, bem como servir de instrumento norteador para o trabalho bibliotecário.

Para finalizar, como perspectivas futuras, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, encaminha-se a possibilidade da construção colaborativa, através de um grupo formado por bibliotecários das Universidades Federais do RS, de diretrizes norteadoras para a gestão e preservação de acervos raros e históricos, formulando então políticas públicas para as universidade federais voltadas ao tema.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Thais Castro Caldeira de et al. Sistemas organizacionais de bibliotecas universitárias do Estado do Rio de Janeiro: um breve estudo de suas gestões frente às novas tecnologias de informação. 2002. **Repositório - FEBAB**, Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4144>. Acesso em 20 jan. 2021,

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson, 2006.

AZZI, Christine Ferreira. O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. **Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 353-371, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/6910/4185>. Acesso em: 12 maio 2020.

BARATIN, Marc.; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2.ed. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, Dayse de França. **Um olhar sobre a preservação e conservação do acervo da Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista na cidade de João Pessoa – PB**. 2015. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) -- Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2014/um-olhar-sobre-a-preservacao-e-conservacao-do-acervo-da-bpigb.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BATISTA, Aline Herbstrith. **Conceitos e critérios para a qualificação de Obras Raras da Biblioteca de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. Disponível em: http://quaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1032/1/Aline_Herbstrith_Batista_Dissertacao.pdf Acesso em: 30 jan. 2020.

BATTLES, Mathew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BERTI, Monica; COSTA, Virgilio. [The Ancient Library of Alexandria: A Model for Classical Scholarship in the Age of Million Book Libraries](http://www.perseus.tufts.edu/publications/Berti-Costa_Alexandria_Kentucky.pdf). **Proceedings of the International Symposium on the Scaife Digital Library**. 2009. Disponível em: http://www.perseus.tufts.edu/publications/Berti-Costa_Alexandria_Kentucky.pdf Acesso em: 05 dez. 2019.

BOERES, Sonia Araújo de Assis. **Política de preservação da informação digital em bibliotecas universitárias brasileiras**. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado em

Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1693/1/Dissertacao_Sonia.pdf Acesso em: 16 nov. 2019.

BOURE, Alexandre. As primeira editoras e livrarias do Brasil. **Design do Escritor**, 2020. Disponível em: <https://www.designdoescritor.com/post/as-primeiras-editoras-e-livrarias-do-brasil>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 nov. 2019.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v.16, n.44, 173-185, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>. Acesso em: 3 ago 2020.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 23, p. 94-115, Rio de Janeiro: IPHAN/Minc, 1994. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/30983844/canclini-n-o-patrimonio-cultural-e-a-construcao-imaginaria-do-nacional> . Acesso em: 13 set. 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDAU, Joël. O livro raro e os critérios de raridade. **Revista Museu**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/artigos/art.asp?id=5484>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CARTER, Karin Kreismann. Educação Patrimonial e Biblioteconomia: uma interação inadiável. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. – (Projeto Como fazer, v 5). Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

CARVALHO, Kátia de. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Museologia**, n. 2, 1994.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologias**, n. 19. 2002.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq (Brasil). **Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia: Relatório da Comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq**. Brasília, 2003.

CORTES, Márcia Della Flora. **Turismo cultural: contribuição para a preservação da memória do acervo raro da Bibliotheca Pública Pelotense**. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12318/DIS_PPGPC_2016_CORTES_M_ARCIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 ago. 2020.

COSTA, Paulo de Freitas. **Sinfonia dos objetos: a coleção Ema Gordon Klabin**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344> Acesso em: 20 jun. 2020.

DIANA, Daniela. História do livro. **Toda matéria**. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-do-livro/>. Acesso em: 20 nov.2020.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, orgs. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2010.

EGIDO, Marian del. Reflexiones sobre las ciencias aplicadas y la conservación del patrimonio. In: **La ciencia y el arte: ciencias experimentales y la conservación del patrimonio histórico**. Espanha: Ministério da Cultura, 200-. Disponível em: <https://es.calameo.com/read/00007533584c6b757a9fb>. Acesso em: 09. jan. 2020.

EL FAR, Alessandra. A disseminação do livro popular na última duas décadas do século XIX e a trajetória editorial de Pedro Quaresma, proprietário da Livraria do Povo, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. p. 1-11. Disponível em:

<http://200-142-86-53.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/alessandraelfar.pdf> Acesso em: 05 jan. 2021.

FARIAS, Ismael *et al.* A importância das primeiras tipografias no Brasil para a construção da memória e do patrimônio social. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIAS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15., 2012, Juazeiro do Norte. **Anais...** Juazeiro do Norte: Universidade Federal de Alagoas, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/47278> Acesso em: 12 jul. 2020.

FEITOSA, Naiane da Silva Alves. **A política de preservação em bibliotecas públicas e bibliotecas universitárias.** 2014. 39 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/tccfinalnaianedasilvaalvesfeitosa1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FERES, Lília Baranski. A chegada do livro no Brasil. In: Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, 14., 2018, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: Uninter, 2019. p.1-6. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos-trabalhos-2019-2/4-lilia-baranski-feres-a-chegada-dos-livros-no-brasil.pdf>

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita.** São Paulo: Unesp, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 8. ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FREIRE, Emily Barbosa. **As primeiras bibliotecas no mundo antigo.** 2016. 36 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2736/1/FREIRE%2c%20Emily.pdf> Acesso em: 21 jan. 2021.

FREITAS, Camila Moraes de. **Gestão de acervos de obras raras na perspectiva do usuário.** 2018, 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37434/5/2018_dis_cmfreitas.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GONTIJO, Silvana. **O mundo em comunicação.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

GONTIJO, Silvana. **Los marcos sociales de la memoria.** Barcelona: Anthropos, 2004.

HAAG, Carlos. País feito de homens e de livros: estudo clássico sobre impressão no Brasil é relançado. 2005. **Pesquisa FAPESP**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/resenha-o-livro-no-brasil-sua-historia/> Acesso em: 20 jan. 2021.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: USP, 1985.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. 3 ed. - Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

INATOMI, Aline Yuko; NASCIMENTO, Isaura Mendes do. **O livro eletrônico como marco evolutivo no contexto da História do Livro**. 2011. 73 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7089/1/2011_AlineInatomi_IsauraNascimento.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Mario de Andrade**. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade#:~:text=A%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20do,significa%20sua%20certid%C3%A3o%20de%20nascimento>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.45-73.

JAHN, Heloisa. O livro: um apanhado histórico. In: FERLAUTO, Cláudio. **O livro da gráfica**. São Paulo: Rosari, 2001.

KATZENSTEIN, Ursula. **A origem do livro**: da idade da pedra ao advento da impressão tipográfica no ocidente. São Paulo: HUCITEC, 1986

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare** – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul/dez. 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4524093/mod_resource/content/1/Artigo%20Kobashi%202.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. rev. - Campinas : Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. - Lisboa: Gradiva, 1984.

LEIPNITZ, Fernando. **Gerenciamento de riscos na preservação de acervos bibliográficos**. 2009, 77 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101632/000717635.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 out. 2020.

LEIPNITZ, Fernando. **Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, RS.** 2017, 202 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11883/Leipnitz%2C%20Fernando.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2020.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de; MACEDO, Vera Amália Amarante. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Revista Biblioteconomia**. Brasília, v.2, n.2, jul./dez. 1974. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74736> Acesso em: 15 out. 2020.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LINARDI, Fred. Como funcionava a prensa de Gutemberg? 2018. **Super Interessante**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-funcionava-a-prensa-de-gutenberg/> Acesso em: 22 set. 2020.

LINO, Lucia Alves da Silva; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Política de preservação no gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123., 2007. Disponível em: http://planorweb.bn.br/documentos/Lucia_Alves.pdf Acesso em: 07 jan. 2021.

MACIEL, Alba Costa Maciel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha Mendonça. A função gerencial na biblioteca universitária In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 11., 2002, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/479/1/Maciel%2C%20Alba-A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20gerencial%20na%20Biblioteca%20universit%C3%A1ria-Evento.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação:** aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 6. ed. - Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MARQUES, Luciana Bergamo; KARPINSKI, Cesar. Memória e gestão estratégica da informação em bibliotecas acadêmicas: mapeamento da produção científica. **Rev. Interam. Bibliot.** Medellín (Colombia) v. 42, n. 2, maio-ago. 2019.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. - 3. ed. - São Paulo: Ática, 2002.

MAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia, orgs. **Impresso no Brasil:** dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

MEDEIROS, Gilka Flores de. **Por que preservar, conservar e restaurar?** Belo Horizonte: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 2005.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002.

MONTEIRO LOBATO. **Globo.com**, 2015. Disponível em: <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/autores/monteiro-lobato.html>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 05 jan. 2021.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MOTA, Ronaldo. Monges copistas eram brilhantes, mas sumiram. **Campo Grande News**. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/monges-copistas-eram-brilhantes-mas-sumiram>. Acesso em: 15 jul.2020.

MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p87/19836>. Acesso em: 15 dez. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 5 dez. 2019.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n.1, p.173-193, jan./mar 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00173.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **A fascinante história do livro**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1984.

OLIVEIRA, Luciano Alan Rodrigues de. **Bibliotecas**: uma breve revisão histórica. 2019. 52 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2019. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/8805/1/BibliotecasBreveRevisao_Oliveira_2019. Acesso em: 22 jul. 2020.

PAIVA, Ana Paula Matias de. **A aventura do livro experimental**. São Paulo: Autêntica, 2010.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iOX76k9PlvkJ:https://www>

cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2352-col-estudos-mus-v2-documentacao-museologica-e-gestao-de-acervos+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 22 jul. 2020.

PHILLIPS, Heater. The great library or Alexandria? **WebCit**. Disponível em: <https://www.webcitation.org/69S2DXRTx?url=http://unllib.unl.edu/LPP/phillips.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PINHEIRO, Ana Virgínia. O espírito e o corpo do livro raro: fragmentos de uma teoria para ver e tocar. **Revista Museu: cultura levada a sério**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/5677-o-espirito-e-o-corpo-do-livro-raro-fragmentos-de-uma-teoria-para-ver-e-tocar.html>. Acesso em: 09 jan. 2021.

POLASTRON, Lucien X. **Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

POMIAN, Kristof. Memória. In: GIL, Fernando (Coord.). **Sistemática**. [Porto]: Imprensa Nacional, 2000. p.507-516.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: MEC/IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf Acesso em: 15 jan. 2020.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad**. Madrid: Universidad de Barcelona, 1998. n. 27, p. 63-76.

RANGEL, Marcio Ferreira. **Um entomólogo chamado Costa Lima: a consolidação de um saber e a construção de um patrimônio científico**. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/19787/2/39.pdf> Acesso em: 20 jun. 2019.

REIS, Marivaldina Bulcão. **Biblioteca Universitária e a disseminação da informação**. 2008. 260f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7932/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20completissima.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROBREDO, Jaime. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.19-42, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3287/2903> . Acesso em: 15 out. 2020.

RODRIGUES, MÁRCIA CARVALHO. **Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do Mercosul**: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina. 2016. 173 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2017/05/TESE-MARCIA-RODRIGUES-versao-final.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

RODRIGUES, MÁRCIA CARVALHO. Como identificar obras raras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a12.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RODRIGUES, MÁRCIA CARVALHO. **Livros raros na Universidade de Caxias do Sul (identificação e catalogação descritiva)**. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/232/Dissertacao%20Marcia%20Carvalho%20Rodrigues.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 fev. 2020.

RODRIGUES, MÁRCIA CARVALHO. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, mai/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/54754/35091> Acesso em: 10 nov. 2020.

RODRIGUES, MÁRCIA CARVALHO. O que é livro raro? **ComCiência**, Campinas, n. 127, abr. 2011. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n127/a08n127.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In: PORTO, C.M., org. **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 75-92. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.1, n.1, 1972. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SAMPAIO, Ana Martha Machado. Políticas de conservação de acervos de bibliotecas universitárias estaduais. In: Encontro Nacional de Ciências da Informação, 4., 2004, Salvador. **Anais ...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/frames.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

SANTANA, Ana Lucia. Biblioteca de Alexandria. **Info Escola**, 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/biblioteca-de-alexandria/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto**

História, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan.- abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370> Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTIAGO, Emerson. Pergaminho. **Info Escola**, [20--]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/comunicacao/pergaminho/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, Amanda Carvalho dos. Perspectivas arquivísticas em centros de memória. **Archeion Online**. João Pessoa, v.6, n.1, p.80-95, jan./ jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/39736/20353> Acesso em: 05 dez. 2019.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235> Acesso em: 18 dez. 2019.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/08/pdf_0de2b615cc_0018549.pdf Acesso em: 05 jan. 2020.

SANTOS, Renata Ferreira dos. **A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica**. 2015, 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, BH. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AANEJV/1/disserta_o_renata_ferreira.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

SANTOS, Erika. Duas bibliotecas de José Galbinski: “conexões brutalistas?” In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 10., 2013. Curitiba. **Anais...** Curitiba. 2013. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mOdQvOU514UJ:docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/08/OBR_19.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15 out. 2020.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**. v.4, n.1-2, São Paulo, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

SCHWARZBOLD, Karin. Christine. **A capacitação em ead como forma de preservar o patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande-FURG**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11051/SCHWARZBOLD%2C%20KARIN%20CHRISTINE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set.1975.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves. As bibliotecas dos Jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.13, n.2, p.219-237, maio/ago 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v13n2/a14v13n2.pdf> Acesso em: 22 ago. 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, MOMM, Christiane Fabíola, BENKENDORF, Shyrlei K. Jagielski. **Fundamentos da biblioteconomia e ciência da informação**. Indaial: Uniasselvi, 2018. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=35640>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramaZero**: revista de informação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. [1-16], out. 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/101752>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SOARES, Nathália Priscilla Cionci. **Serviço de Referência Virtual**: uma análise da prestação do serviço em ambientes virtuais. 2010. 22 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1206/1/Monografia_Final_PAGINADA.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/341661425/Clarice-de-Souza> Acesso em: 18 dez. 2019.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara (org.). **Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes, 2008. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2014/04/Roteiro-de-Avalia%ca7%ca3o-e-Diagn%cb3stico.doc.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020

SOUZA, Thiago Lima; OLIVEIRA, Rosa Isabelle Souza; ROSARIO, Monica Heloísa Souza. Gestão da informação e do conhecimento: a gestão da qualidade nos serviços da biblioteca. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 78-85, 2016 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/28146/15437>. Acesso em: 06 jan. 2021.

TEIJGELER, René. **Conservação preventiva da herança documental em climas tropicais**: uma bibliografia anotada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

TEIXEIRA, Gabriela da Silva. **Preservação e conservação dos acervos históricos e raros das Bibliotecas Universitárias do Rio Grande do Sul**. 2014. 64 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5804/Preserva%c3%a7%c3%a3o%20e%20conserva%c3%a7%c3%a3o%20dos%20acervos%20hist%c3%b3ricos%20e%20raros%20das%20Bibliotecas%20Universit%c3%a1rias%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jan. 2021.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção do conhecimento. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Museu e museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MCT, 2009.

TOUTAIN, Lidia Brandão; LIMA, Ana Maria Cerqueira; RIBEIRO, Maria Alice Santos. Política de preservação, conservação e restauração: patrimônio artístico e literário da UFBA. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf. Campinas**, v. 14 n.3 p.368-386 set/dez. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27383/1/Politica%20de%20preservacao%20e%20conservacao%20e%20restauracao.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURCI, Érica. Mesopotâmia - Cultura: a biblioteca de Nínive e Gilgamesh. **Uol**, 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/mesopotamia---cultura-a-biblioteca-de-ninive-e-gilgamesh.htm> . Acesso em: 24 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Bibliotecas Universitárias**. Histórico BU. Disponível em: <https://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/historico/#:~:text=Em%201968%2C%20com%20a%20consolida%C3%A7%C3%A3o,e%20de%20otimiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20uso>. Acesso em: 03 jan. 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

Verri, Gilda Maria. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. Recife: Ed. da UFPE, 1996.

APÊNDICE A – Questionário Construído através do Google Formulários

PESQUISA DE MESTRADO

Meu nome é Vanessa Dias Santiago sou Bibliotecária e mestranda do curso de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL. Este questionário é o instrumento de coleta de dados para minha dissertação de Mestrado intitulada “Políticas de gestão e preservação de obras raras e histórias das Bibliotecas Universitárias Federais do RS” e tem por objetivo, investigar que políticas são utilizadas para gestão e preservação dos acervos raros ou históricos nas bibliotecas universitárias federais do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos serão utilizados para fins acadêmicos (dissertação) e não serão divulgadas informações pessoais. Considerando que as universidades desempenham importante papel acadêmico, social, cultural e administrativo para as comunidades a qual fazem parte torna-se essencial preservar o patrimônio cultural bibliográfico raro e histórico através da relação documento-história-memória, das Bibliotecas universitárias. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa. Obrigado pela sua colaboração.

1. Nome da Instituição

2. Qual a quantidade de Bibliotecas pertencente ao Sistema de Bibliotecas de sua instituição?

3. Qual seu cargo?

4. A Instituição à qual você pertence possui acervo de obras raras ou históricas?

(x) Sim, possui obras raras (x) Sim, possui obras históricas

(x) Não possui obras raras (x) Não possui obras históricas

5. Como estas obras são armazenadas e disponibilizadas?

(x) Acesso aberto (x) Acesso fechado

(x) Consulta local (x) Não permite consulta local

(x) Permite Empréstimo para domicílio

(x) São armazenadas junto ao acervo corrente

(x) Não possuem local específico

6. A instituição a qual você pertence possui políticas de gestão e preservação de obras raras ou históricas?

(x) Sim para gestão (x) Sim para preservação

(x) Sim para ambas (x) Não para gestão

(x) Não para preservação (x) Não para ambas

7. Caso sim, a política pertence ao sistema de bibliotecas ou a uma biblioteca em específico? Por quê?

8. Caso não, como são tratadas estas obras? Pretendem desenvolver uma política?

9. Está política está regulamentada?

(x) Sim (x) Não

10. Caso sim, que tipo de documentação (lista, resolução, regimento, documento interno)?

11. Caso não, justifique.

12. Quais são as políticas de gestão e preservação de obras raras ou históricas adotadas pela sua instituição? (Anexar documento com as políticas)

13. Como foram elaboradas essas políticas?

14. Qual o setor do Sistema de Bibliotecas é responsável pela gestão e preservação destas obras?

15. Há quanto tempo sua instituição utiliza-se desta política?

16. Sua instituição possui condições de trabalhar com obras raras ou históricas?

(x) Sim (x) Não

17. Caso sim, justifique

18. Caso não, justifique

19. Quais as principais dificuldades em trabalhar com a gestão e preservação de obras raras e históricas na sua instituição?

20. Na sua opinião qual a relevância da preservação de obras raras ou históricas para conservação da memória bibliográfica contida nestes acervos